

CA: Aprovado  
28.05.2020

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração



# Relatório de Gestão e Contas 2019



# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2019

## CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

<b>Índice</b>	<b>Pág.</b>
<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	05
<b>2. BREVE APRESENTAÇÃO</b>	07
2.1. Área de Influência do CHLO	08
2.2. Especialidades e valências existentes	09
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	11
3.1. Regulamento Interno	11
3.2. Organograma	11
<b>4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	13
4.1. Governo da Sociedade	13
4.1.1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa	13
4.1.2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	14
4.1.3. Informação sobre as Transações relevantes com as Entidades relacionadas	14
4.1.4. Informação sobre outras transações	15
4.1.5. Identificação do Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais	15
4.1.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	19
4.1.7. Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental	23
4.1.8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	27
4.1.9. Existência do Código de Ética	27
<b>5. GRELHA VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2019</b>	29
<b>6. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2019</b>	35
6.1. Taxa de Execução	35
6.2. Indicadores Globais por Linha de Atividade	36
6.2.1. Internamento	39
6.2.2. Bloco Operatório	41
6.2.3. Bloco de Partos	48

6.1.4. Consulta Externa	49
6.2.5. Urgência	54
6.2.6. Hospital de Dia	56
6.2.7. GDH's Médicos de Ambulatório	57
6.2.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	58
6.3. Desempenho Económico-Financeiro	59
6.3.1. Análise Económica	59
6.3.2. Análise Financeira	71
6.3.3. Execução Orçamental	74
6.3.4. Investimento	75
6.4. Recursos Humanos	76
6.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	76
6.4.2. Mobilidade de Pessoal	78
6.4.3. Absentismo	79
6.4.4. Estrutura Etária	81
6.4.5. Formação	83
6.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	84
6.6. Investigação Clínica	86
6.7. Departamento de Qualidade	86
6.8. Comissão de Qualidade e Segurança	88
6.9. Comissão de Ética	88
6.10. Grupo de Coord. Local de Prevenção Controlo de Infeção e Resistências aos Antimicrobianos	89
6.11. Serviço Social	91
<b>7. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2019</b>	94
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	103
<b>9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	104
<b>10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	105
10.1. Balanço	106
10.2. Demonstração de Resultados por Natureza	108

10.3. Demonstração de Fluxos de caixa	109
10.4. Demonstração de Alterações no Património Líquido	110
<b>11. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	111
<b>12. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>	156
<b>13. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>	163
<b>14. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	165
<b>15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	169

### Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde

ACES- Agrupamento de Centros de Saúde

ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental

CES – Comissão de Ética para a Saúde

EPE – Entidade Pública Empresarial

GDH – Grupo de Diagnóstico Homogéneos

HSFX – Hospital de São Francisco Xavier

HEM – Hospital Egas Moniz

HOSA – Hospital de Sant’Ana

HSC – Hospital de Santa Cruz

MCD – Meios Complementares de Diagnóstico

MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

ORL – Otorrinolaringologia

POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde

PNT – Período Normal de Trabalho

SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

TAC – Tomografia Axial Computorizada

UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

UNILEO – Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental

# 1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Se esta mensagem tivesse sido escrita até ao dia 31 de Dezembro de 2019, diria que cumprimos em 2019 o que se esperava de nós, Centro Hospitalar: trabalhar mais, resolver velhos problemas, alguns deles estruturais, adequar as condições de atendimento aos doentes, inovar na humanização, apostar numa atividade paralela entre assistencial, com qualidade e segurança, formativa e de investigação.

Iniciámos a Hospitalização domiciliária, avançámos no reequipamento apostando nas novas tecnologias, na remodelação dos serviços de internamento, em novas salas de espera para consulta, novos gabinetes de consulta e exames complementares, etc. etc.

Foi possível iniciar novas creditações de serviços - anteriormente acreditados por outros sistemas - agora numa uniformização com o modelo ACSA da DGS. Foi possível desenvolver as atividades mais diferenciadas e, ainda assim, assegurar que as atividades assistenciais de proximidade não fossem descuradas.

Uma vez mais, a resolução das listas de espera necessitada de soluções complexas e de difícil aplicabilidade para que o número de doente em lista não aumentasse foi abordada e, ainda que não tenha sido um objetivo superado, tudo indica já estar a originar frutos a neste ano de 2020.

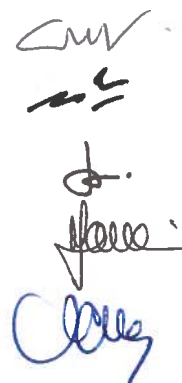
Terminaria com uma breve nota de encerramento referindo, então, que o CHLO teria apresentado um elevado grau de cumprimento do Contrato Programa, em consonância com o passado recente, no que se refere às principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial, com consistência ao nível do nº de Doentes Saídos, Consultas e Cirurgias efetuadas, respondendo de uma forma adequada às solicitações da área de influência.

Que Conselho de Administração continuaria a competir pelo equilíbrio pragmático, tarefa sempre meritória e ingrata na medida em que as variáveis exógenas dificultam e condicionam sempre esse objetivo. Que, tratando-se de um processo complexo, haveria que manter o envolvimento de toda a organização, os vários serviços clínicos e não clínicos, para que os objetivos pudessem ser atingidos, que, em última análise dependeria, em larga medida, do nível do financiamento que a Tutela viesse a prever para os próximos anos.

Mas a verdade é que vos escrevo em final de maio de 2020. Depois do início de uma pandemia, que por definição é mundial e que chegou a Portugal em meados de março.

Tudo mudou.

O que era principal passou a secundário, o que era dado e adquirido deixou de o ser, mas acima de tudo, percebeu-se a importância do SNS na nossa sociedade e a responsabilidade de cada um no percurso de uma doença.



Numa mensagem anterior, destacava a capacidade que os cientistas tiveram em encontrar terapêuticas e vacinas para doenças que assolavam, e ainda assolam, o mundo no século XX - não prevendo nada de parecido com esta pandemia - mas acentuando as diferenças entre o primeiro e o terceiro mundo, nomenclatura já velha e, efetivamente, sem sentido algum (veja-se, a título de exemplo, o caso de alguns países ditos do primeiro mundo onde é enorme e brutal a desigualdade entre as pessoas com e sem acesso aos cuidados de saúde), premiando os países como Portugal em que o baixo nível de investimentos que se tem registado no SNS foi superado por uma demonstração de efetividade sem paralelo e pela vontade férrea não só de manter, mas também de consolidar aquela que por nós todos, portugueses, é considerada a melhor conquista após o 25 de Abril.

Povo sereno e sábio...

A literacia em saúde, revelou-se diferente, fazendo com que nos confinássemos mesmo antes de ser decretado o confinamento... a intuição de que era grave. Os Hospitais prepararam-se. Expandimos os Cuidados Intensivos, recrutamos médicos de especialidade que não necessariamente ligados à especialidade de Medicina Intensiva ou Infeciologia, fizemos formação básica acelerada, criámos enfermarias, mudámos serviços, a par de uma enorme actividade nos serviços de suporte, tudo isso para que estivéssemos prontos no tempo previsto. Nunca, como agora, foram preciso esforços conjuntos e diários com os serviços de Instalações e Equipamentos (muitas portas, muitas adufas, muita alteração de ventilação foi necessária e nos três hospitais); de Compras que, dia e noite, dia útil e fim de semana, tentaram e foram sempre conseguindo com sucesso comprar EPI, ventiladores, monitores, intercomunicadores, produtos farmacêuticos e tudo o que foi necessário para todos os doentes...fossem COVID-19 positivos ou não; de Recursos Humanos que deram resposta às necessárias modificações nos registos dos que ficavam em quarentena, em isolamento, a tomar conta dos filhos menores, novas contratações, etc. etc.; e, finalmente, Financeiros que aglutinaram e controlaram a documentação produzida para memória e processamento atempado relativo a todas as aquisições necessárias e resposta em tempo oportuno ao necessário reporte à tutela.

Aos profissionais que tratam ou trataram os doentes, e ainda que seja essa a sua missão, não deixo de agradecer aquela atitude de disponibilidade que demonstram sempre que são chamados em crise ou fora dela, aos que dão a primazia aos outros e aqueles que no seu dia a dia estão permanentemente a pensar como podem melhorar o Hospital, a saúde, a assistência aos doentes, como podem contribuir, porque são esses que fazem a diferença entre nós, os da saúde e os demais.

Muito e muito obrigada.

Rita Perez  
Presidente do CA

Lisboa, 20 de maio de 2020



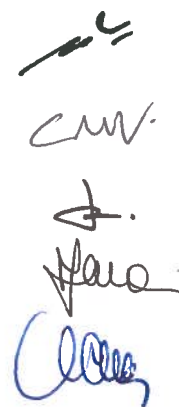
RITA PEREZ  
\*Presidente do Conselho de Administração  
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.

## 2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório de Gestão e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.






A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.



Handwritten signatures and initials, including 'CMV', 'Pau', and a blue signature.

## 2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., constitui-se como um dos grandes centros hospitalares do país, sendo hospital de primeira linha para as freguesias de Ajuda, Alcântara, Belém e Campo de Ourique (Santo Condestável), do Concelho de Lisboa, para o total das freguesias do Concelho de Oeiras, e ainda para a freguesia de Alfragide do Concelho da Amadora, num total 243.369 habitantes (censos 2011).

### ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	Área (ha)	habitantes
<b>Concelho de Oeiras</b>	<b>4.600</b>	<b>172.120</b>
<b>Concelho de Lisboa:</b>	<b>1.463</b>	<b>61.345</b>
Freguesia da Ajuda	280	15.584
Freguesia de Alcântara	507	13.943
Freguesia de Belém	573	16.561
Freguesia de Campo Ourique (Santo Condestável)	103	15.257
<b>Concelho de Amadora:</b>	<b>251</b>	<b>9.904</b>
Freguesia de Alfragide	251	9.904
<b>Total linha directa</b>	<b>6.314</b>	<b>243.369</b>
<b>Concelho da Amadora</b>	<b>2.128</b>	<b>165.232</b>
<b>Concelho de Cascais</b>	<b>9.740</b>	<b>206.479</b>
<b>Concelho de Sintra</b>	<b>31.923</b>	<b>377.835</b>
<b>Total cuidados diferenciados</b>	<b>50.105</b>	<b>992.915</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

Abrange, ainda, outras prestações de cuidados de saúde diferenciados, tais como:

- Saúde Mental, para o concelho de Cascais;
- Cardiologia e Nefrologia, enquanto última linha de referência, não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional;
- Infeciologia, âmbito nacional;
- Neurocirurgia, enquanto referência directa para o hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra);
- Urgência Geral, enquanto referência directa para as freguesias Brandoa, Alfovelos, Alfragide, Falagueira, Venda Nova do Concelho da Amadora, num total de 51.134 habitantes.

## 2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 2019, não considerando as camas de Berçário (28 berços), foi de 789 camas (786 camas em 2018). Nesta lotação estão ainda incluídas 10 camas por protocolo estabelecido com o Hospital de Sant'Ana (HOSA).

As camas acima referidas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

### LOTAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2018/2019

Especialidades	2018	2019	Especialidades	2018	2019
Cardiologia	41	41	Neurologia	16	16
Cardiologia Pediátrica	8	8	Oftalmologia	2	2
Cirurgia Cardiotorácica	30	30	Unidade Oncológica	3	3
Cirurgia Geral	103	103	Ortopedia	43	43
Cirurgia Vascular	15	15	Otorrinolaringologia	10	10
Cirurgia Plástica	20	20	Pediatria	19	19
Endocrinologia e Nutrição	4	4	Pneumologia	18	20
Gastroenterologia	11	11	Reumatologia	3	3
Ginecologia/Obstetria	57	57	Urologia	18	18
Hematologia	10	13	ICD (Internamento curta duração)	10	10
Infeciologia	18	18	U.C.I.C	16	16
Medicina Interna	166	166	U.C.I.P	16	16
Nefrologia	33	33	Unid. Cuid. Intens. Cardiobracicos	13	13
Neurocirurgia	25	25	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurotraumatologia	19	19	Psiquiatria (Agudos)	25	23
<b>TOTAL 2018</b>			<b>786</b>		
<b>TOTAL 2019</b>			<b>789</b>		

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a checkmark, 'CM', 'J.', 'Hau', and 'C. Marques'.

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais.

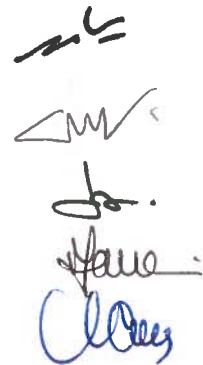
Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas, a Urgência de Oftalmologia funciona até às 17 horas e a Urgência de Otorrinolaringologia até às 20 horas (encerram aos fins de semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.



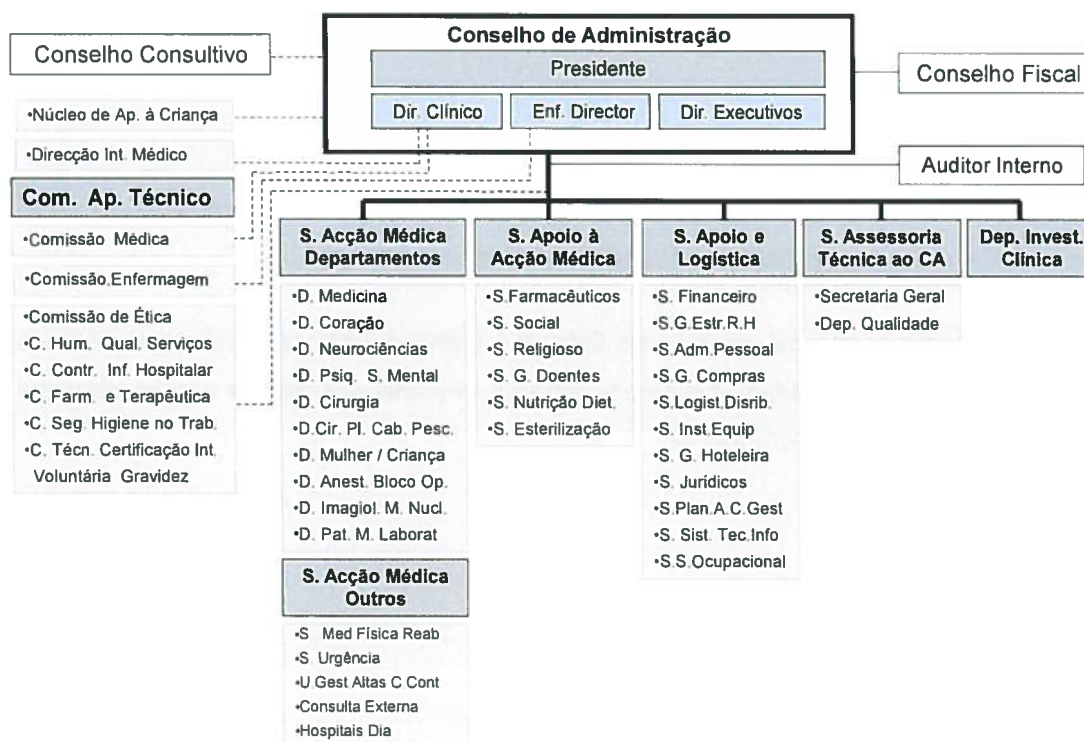
## 3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de junho de 2006, com a adaptação homologada por sua Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Saúde, em 04 de março de 2016.

### 3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

*[Handwritten signatures and initials]*

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

# 4

## BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

### 4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

#### 4.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referenciação, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde.

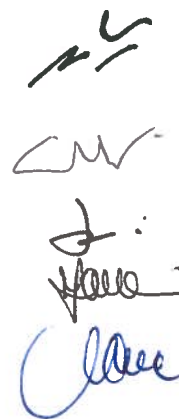
Nestas suas atividades, o CHLO estabelece ligação e atividades partilhadas com outras instituições de Saúde e de Ensino, em ações de complementaridade e protocolos de articulação.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

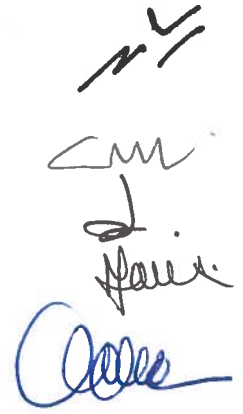
- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes **valores**:

- Humanização e não discriminar: respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Competência técnico-profissional;



- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.



#### **4.1.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA**

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde, agora em projeto de revisão face ao diploma legal acima referido.

Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar <http://www.chlo.min-saude.pt/index.php/centro-hospitalar/legislacao>.

#### **4.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Como entidade pública empresarial, o CHLO está sujeito à celebração de quaisquer contratos de aquisição de bens, obras e serviços, mas também concessões (de obras e serviços públicos), ao regime procedimental previsto na parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Assim, todo e qualquer contrato que envolva prestações típicas daqueles contratos (e só destes; cfr. artigo 6.º, n.º 2, do CCP) que seja celebrado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. é sempre precedido por um dos procedimentos legalmente tipificados naquele diploma legal, sendo aferido caso a caso, de acordo com o critério geral de escolha do procedimento (artigos 17.º, 18.º e 20.º, todos do CPP) e com os critérios materiais (cfr. artigos 24.º e ss.), qual o procedimento em concreto aplicável.

Por sua vez, à celebração dos contratos que não envolvam prestações acima mencionados não é aplicável o CCP, sendo aos mesmos aplicáveis o direito privado, sem prejuízo do cumprimento dos princípios gerais da atividade administrativa e das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais.

No caso específico da aquisição de medicamentos e de material de consumo clínico, as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde, sempre que existam estes contratos, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores

*[Handwritten signatures and initials]*

económicos que sejam cocontratantes dos CPA em vigor, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP.

Nos termos do Despacho n.º 1571-B/2016, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 21, 1 de fevereiro de 2016, a maioria dos medicamentos adquiridos pelo CHLO são objeto das aquisições centralizadas promovidas pela SPMS, a agregação centralizada destes bens, tem também como objetivo a redução de encargos financeiros.

#### 4.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	(euros)
	2019
SUCH-SERV UTILIZ COMUM HOSPITAIS	8 541 955
FERROVIAL SERVIÇOS, S.A.	2 806 614
HOSPITAL ORTOPEDICO DE SANTANA	2 564 223
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, UNIPessoal LDA	1 851 111

#### 4.1.5. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

##### IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

##### Presidente

Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva

##### Vogais Executivos

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico)

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Conselho Fiscal:

##### Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

##### Vogais

Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata

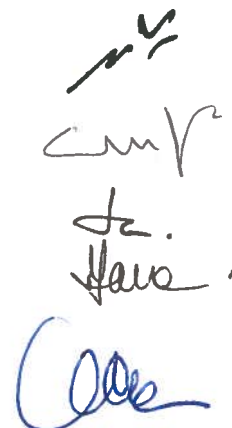
Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Conselho Consultivo:

**Presidente**

Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro



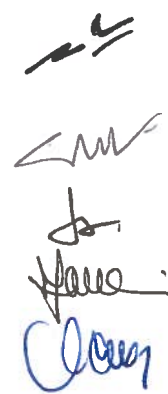
**MODELO DE GOVERNO**

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2017 DR n.º38 de 22/02/2017 (*)	2017-2019
Vogal (1)	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva		
Vogal (2)	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira		
Vogal (3)	Dr. José Manuel Fernandes Correia		
Vogal (4)	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		
(*) Produz efeitos a partir de 01/01/2017			
<b>Conselho Fiscal</b>			
Presidente	Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	Despacho Finanças e Saúde de 23 e 28/11/2017	2017-2019
Vogal	Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata		
Vogal	Dr. Carlos António Lopes Pereira		
Vogal Suplente	Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro		
<b>Conselho Consultivo</b>			
Presidente	Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro	Despacho n.º 12491/2014	2014-2016

**FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES**

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por quatro vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Diretor Clínico e outro o Enfermeiro Diretor.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º, do Diretor Clínico previstas no artigo 9.º e do Enfermeiro Diretor previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:



## Conselho de Administração

### Presidente

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva: Para além das competências próprias, este elemento coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Departamento de Qualidade;
- Secretaria-geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente, Centro de Documentação e Biblioteca e Reprografia);
- Serviço Social;
- Serviço de Auditoria Interna.

### Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística e Distribuição;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso;

Dr. Carlos Manuel Manças Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSFx e HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

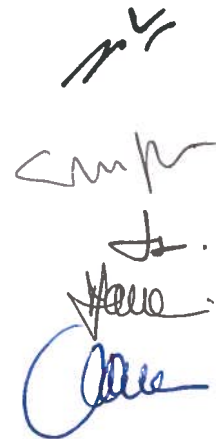
- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- Serviço de Instalações e Equipamentos.

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Farmacêuticos;
- Departamento de Investigação Clínica.

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética;



#### Conselho Fiscal

##### **Presidente**

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

##### **Vogais**

Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata \*

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

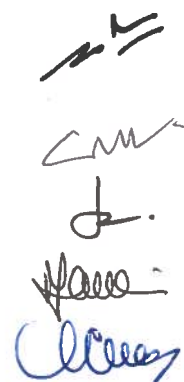
A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho fiscal, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro).

\*apresentou pedido de renúncia ao cargo com efeitos reportados a 21 de novembro de 2019, por ter sido nomeada Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, através do despacho n.º 11259/2019, de 20 de novembro, da Sra. Ministra da Saúde.

#### Conselho Consultivo

Presidente do Conselho Consultivo: Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho consultivo, são os constantes dos artigos 21.º, 22.º e 23.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro)



#### 4.1.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

##### ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

###### Conselho de Administração

###### Presidente

###### **Dra. Rita Perez Fernandez da Silva**

Remuneração base 5.098,37 euros, 4 vezes no ano, 5.169,19 euros, 9 vezes no ano e 5.240 euros 1 vez no ano (por aplicação do DLOE nº 114/2017 de 29 de Dezembro)  
Despesas de representação de 1.663,60 euros, 12 vezes por ano.  
Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 400,00 euros, por ano.

###### Vogais Executivos

###### **Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva**

Remuneração base 3.891,47 euros, 14 vezes por ano.  
Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.  
Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 324,00 euros, por ano.

###### **Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira**

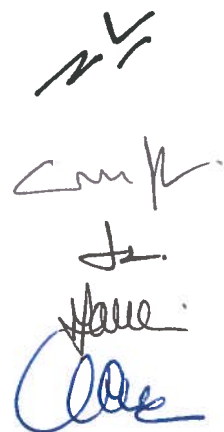
Remuneração base 3.891,47 euros, 14 vezes por ano.  
Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.  
Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 400,00 euros, por ano.

###### **Dr. José Manuel Fernandes Correia**

Remuneração base 4.319,46 euros, 4 vezes no ano, 4.425,68 euros, 9 vezes no ano e 4.531,90 euros, 1 vez no ano (por aplicação do DLOE nº 114/2017 de 29 de Dezembro)  
Despesas de representação de 1.330,88 euros, 12 vezes por ano.  
Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 374,00 euros, por ano.

###### **Enf.ª Fernanda Maria da Rosa**

Remuneração base 3.891,47 euros, 14 vezes por ano.  
Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.  
Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 359,00 euros, por ano.



## Conselho Fiscal

### Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Remuneração base de 1.362,02 euros, 14 vezes por ano

### Vogais

Dr.<sup>a</sup> Anabela Mendes Garcia Barata

Remuneração base 1.021,51 euros, 14 vezes por ano

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Remuneração base de 1.021,51 euros, 14 vezes por ano

## 4.1.6.1. REMUNERAÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Não foram atribuídos prémios de Gestão;
- Foram aplicadas as reduções remuneratórias vigentes em 2019.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRL			N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade	Pagadora (OD)	
2017-2019	Presidente	Dr. <sup>a</sup> Rita Perez Fernandez da Silva				CHLO	O	1
	Vogal Executivo	Dr. <sup>a</sup> Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	Resolução do			CHLO	D	4
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	Conselho de Ministros	12/01/2017		CHLO	D	3
	Vogal Executivo	Dr. José Manuel Fernandes Correia	n.º 31/2017			CHLO	O	1
	Vogal Executivo	Ent. <sup>a</sup> Fernanda Maria da Rosa				CHLO	D	4

Nota: OPRL: Opção pela Remuneração Lugar de Origem; OD: Origem/Destino

(euros)

Nome	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)*	Remuneração mensal bruta	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr. <sup>a</sup> Rita Perez Fernandez da Silva	N	B	5 240,00	1 663,60
Dr. <sup>a</sup> Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	B	3 891,47	1 556,59
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3 891,47	1 556,59
Dr. José Manuel Fernandes Correia	N	B	4 531,90	1 330,88
Ent. <sup>a</sup> Fernanda Maria da Rosa	S	B	3 891,47	1 556,59

Nota: EGP: Estatuto do Gestor Público

\*Classificação atribuída ao CHLO (RCM n.º 36/12 de 26 de Março)

(euros)

Nome	Remuneração Anual				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)= (3)-(4)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	91 480,36		91 480,36	3 972,13	87 508,23
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	72 614,86		72 614,86	3 268,80	69 346,06
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	72 614,86		72 614,86	3 268,80	69 346,06
Dr. José Manuel Fernandes Correia	77 067,62		77 067,62	3 262,40	73 805,22
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	72 614,86		72 614,86	3 268,80	69 346,06
<b>Total</b>			<b>386 392,56</b>	<b>17 040,93</b>	<b>369 351,63</b>

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

(euros)

Nome	Benefícios Sociais							
	Sub. Retenção		Regime de Proteção Social		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,77	1 092,33	ADSE/CGA	11 986,74				
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	4,77	1 135,26	ADSE/CGA	8 775,34				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,77	1 135,26	Seg Social	7 628,04				
Dr. José Manuel Fernandes Correia	4,77	1 092,33	ADSE/CGA	10 142,76				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	4,77	1 116,18	ADSE/CGA	8 809,92				
<b>Total</b>		<b>5 571,36</b>		<b>47 342,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>

(euros)

Nome	Encargos com viaturas									
	Viatura atribuída (SN)	Celebração de contrato(SN)	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010				
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	S		Aquisição	2003					
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010				
Dr. José Manuel Fernandes Correia	S	S		Aquisição	2003					
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	S		Leasing Financeiro	2004	2007				

(1) Aquisição ALD Leasing ou Outra

(euros)

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr. José Manuel Fernandes Correia	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Não se verificaram gastos associados a deslocações em serviço.

#### 4.1.6.2. REMUNERAÇÃO CONSELHO FISCAL

##### CONSELHO FISCAL

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal	N.º Mandato
			Forma (1)	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	Despacho		1 362,02	2
	Vogal	Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata	Finanças e	28/11/2017	1 021,51	
	Vogal	Dr. Carlos António Lopes Pereira	Saúde de 23		1 021,51	
	Vogal Suplente	Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	e 28/11/2017			

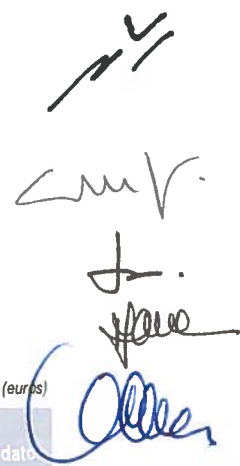
(1) AG/DUE/despacho

(euros)

Nome	Remuneração Anual		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Bruto Final (3)= (1)-(2)
Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	19 068,28		19 068,28
Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata	14 301,14		14 301,14
Dr. Carlos António Lopes Pereira	14 301,14		14 301,14
Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	0,00		0,00
<b>Total</b>			<b>47 670,56</b>

#### 4.1.6.3. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

- ♦ **Não utilização de cartões de crédito:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufrui de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa.
- ♦ **Não reembolso de despesas de representação pessoal:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão é reembolsado de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.



(euros)

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	80,00	422,44	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	80,00	478,65	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	482,74	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	80,00	54,94	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	80,00	342,39	
<b>Total</b>		<b>1 781,16</b>	

(euros)

Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	486,43	474,22	82,00	556,22	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	389,15	1 490,88	476,95	1 967,83	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	1 592,61	975,45	2 568,06	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	389,15	859,99	348,10	1 208,09	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	389,15	1 393,77	528,00	1 921,77	
<b>Total</b>				<b>8 221,97</b>	

#### 4.1.6.4. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP

Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

#### 4.1.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O conceito de “boa governação” continuou a ser, em 2019, uma preocupação constante para que fossem salvaguardadas todas as realidades – económica, social e ambiental - no cumprimento da lei, demais regulamentos e códigos, processos de decisão e de controlo interno com o objetivo de garantir a prestação de cuidados de saúde com segurança e qualidade.

##### Sustentabilidade no domínio económico

Apesar do contínuo esforço na contenção de custos, o cenário geral revelou-se desfavorável pela enorme pressão sobre os custos que implicou um acréscimo global de gastos de 5,7% . As receitas apresentaram também um acréscimo de 10,9%, face a 2018, que resulta, essencialmente, do aumento do valor atribuído de

*[Handwritten signatures and initials]*

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: *Handwritten initials*  
 - Middle right: *Compe*  
 - Below: *Handwritten signature*  
 - Bottom right: *Handwritten signature*

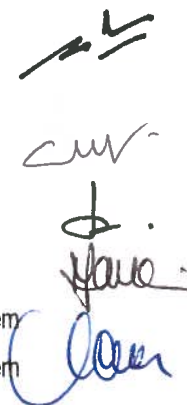
custos de contexto, na ordem de 30,4 milhões de euros. Apesar de apresentar uma melhoria face ao ano transato (42,8%), o EBITDA registou valores na ordem dos 20 milhões de euros negativos.

No acréscimo dos Gastos, verifica-se o aumento de 4,7% nos consumos, essencialmente motivado pelos gastos incorridos com Produtos Farmacêuticos e do Material de Consumo Clínico, o aumento de 4,9% nos Fornecimentos e serviços externos, resultado do aumento na rubrica de conservação e reparação e dos Serviços especializados, nomeadamente Serviços Técnicos de RH e o aumento nos Gastos de Pessoal que registaram acréscimo de despesa de 8,8% face ao ano anterior, decorrente da legislação vigente no que diz respeito às alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão.

Já no que se refere às receitas, e tendo em consideração a Adenda AM 2019, o grau de cumprimento do Contrato Programa situou-se na ordem dos 97%. As principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial apresentam, principalmente no que diz respeito ao movimento assistencial ambulatorio uma grande consistência face a anos anteriores, ao nível do n.º de Consultas e Cirurgias efetuadas, procurando responder de uma forma apropriada às solicitações da área de influência.

O Conselho de Administração continuará a competir pelo equilíbrio pragmático. Tratando-se de um processo complexo, haverá que manter o envolvimento de toda a organização - os vários serviços clínicos e não clínicos - mas que em última análise depende, em larga medida, do nível do financiamento que a Tutela venha a prever para os próximos anos.

Rubrica	Unidade: ME						
	2016	2017	2018	2019	Var % 18/18	Var % 19/16	
<b>Gastos</b>							
Consumos	81,7	87,5	84,3	88,3	4,7%	8,0%	
Fornecimentos e Serviços Externos	25,6	28,1	31,4	33,0	4,9%	28,9%	
Despesas com Pessoal	106,9	111,2	117,2	127,6	8,8%	19,3%	
Outros Gastos	9,8	10,6	9,8	7,7	-20,9%	-21,3%	
<b>Total Gastos</b>	<b>224,0</b>	<b>237,4</b>	<b>242,8</b>	<b>256,5</b>	<b>5,7%</b>	<b>14,5%</b>	
<b>Rendimentos</b>							
Prestação de Serviços	178,8	175,0	182,3	190,0	4,3%	6,3%	
Outros Rendimentos	48,0	36,5	24,3	39,1	61,1%	-18,4%	
<b>Total Rendimentos</b>	<b>226,7</b>	<b>211,6</b>	<b>206,6</b>	<b>229,2</b>	<b>10,9%</b>	<b>1,1%</b>	
<b>EBITDA</b>							
(Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento)	9,4	-28,9	-28,9	-20,2	42,8%	-146,7%	
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)	2,7	-36,1	-36,1	-27,6	30,9%	-109,9%	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>2,7</b>	<b>-36,2</b>	<b>-36,2</b>	<b>-27,4</b>	<b>32,2%</b>	<b>-109,8%</b>	
<b>Produção</b>							
N.º Doentes Saldos	27 097	26 580	27 257	26 009	-4,6%	-4,0%	
N.º Consultas	461 690	458 142	463 129	464 603	0,3%	0,6%	
N.º Doentes Intervencionados	18 550	19 348	19 725	19 516	-1,1%	5,2%	
<b>Quadro de Pessoal</b>							
N.º de Médicos	522	548	554	564	1,8%	8,0%	
N.º de Enfermeiros	1 299	1 308	1 341	1 424	6,2%	9,6%	
<b>Total de Funcionários</b>	<b>3 914</b>	<b>3 951</b>	<b>4 052</b>	<b>4 247</b>	<b>4,8%</b>	<b>8,5%</b>	



### Sustentabilidade no domínio social

A política de responsabilidade social, subjacente na missão, visão e valores da organização, assenta em princípios que promovem, por um lado, os seus colaboradores, e por outro, os doentes e a comunidade em geral, no que se refere a:

- À igualdade de direitos e oportunidades
- Uma atuação ética assente no respeito pelo indivíduo
- À adequada aplicação da lei e respeito pelos seus representantes
- À confiança e rigor nas relações empresariais, sejam entre pares ou entre terceiros

Especificamente para os colaboradores:

- À oportunidade de trabalho e ao desenvolvimento pessoal e profissional:

É de destacar a dimensão humana e o respeito pelas pessoas na estratégia e políticas de gestão de recursos humanos concomitantemente com a valorização, o emprego e a progressão na carreira estimulando a aquisição de competências através da formação contínua e da aprendizagem ao longo da vida.

Em concreto, criar condições de trabalho motivadoras que favoreçam a excelência e o mérito, garantindo os mais elevados padrões de saúde e segurança no trabalho, desde o apoio ativo da transição do ensino para a vida ativa, promovendo a formação contínua qualificante, até ao envelhecimento ativo visando o equilíbrio geracional dos recursos humanos no quadro de uma política laboral responsável e socialmente sustentável.

No que se refere à gestão do capital humano do CHLO, o Conselho de Administração tem, ainda, procurado gerir as oportunidades de forma a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Relativamente a responsabilidade social na esfera do doente, destaque para:

- os vários programas com o foco na promoção da saúde, em especial para os doentes crónicos, o investimento nos programas de voluntariado para apoio diário aos doentes de ambulatório e internamento, a promoção da arte como elemento positivo para a cura ou, no mínimo, para o alívio de fatores de stress do doente e, não menos importante, a promoção de uma alimentação saudável com repercussão direta nos menus disponibilizados diariamente nos refeitórios e cafetarias do CHLO;
- os desenvolvimentos e investimento que tem sido efetuados no sentido de se promoverem e divulgarem os meios electrónicos.

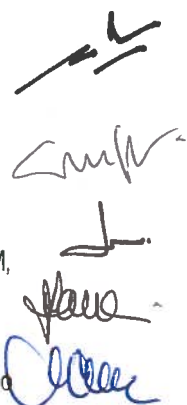
*[Handwritten signatures and initials]*

A transformação digital é uma aposta do CHLO para um sistema mais eficiente, mas também mais seguro para todos, como factor de promoção da literacia em saúde e da qualidade de vida. São disso exemplo:

- A *app* MyCHLO - permite também a interacção directa do utente com o Centro Hospitalar, seja para a desmarcação de consultas e/ou na resposta a inquéritos de satisfação - assim como o simples envio de SMS's a informar os utentes das suas consultas/alterações para os utentes que não utilizam a referida aplicação continuam a registar um sucesso que supera o do ano de lançamento;
- A expansão da nossa rede wireless de maneira a permitir que os utilizadores de sistemas e tecnologias de informação possam usufruir sem necessidade de ligação física à rede de dados;
- O sistema de atendimento automático a utentes, com quiosques e monitores que permitem o registo na admissão e a visualização de informação nas áreas de consultas externas;
- A aquisição de uma nova central telefónica, o que permitiu dotar algumas áreas deste Centro Hospitalar de telefones com Voip, ou seja, voz sobre rede de dados, com novas funcionalidades, como sejam, dotar o CHLO de um sistema interativo de reposta de voz e, bem assim, a rentabilização de aplicações já existentes de acompanhamento não presencial diferido de doentes;
- Automatização, em larga escala, da emissão de documentos eletrónicos, e respetiva assinatura também eletrónica, com o conseqüente abandono do documento físico, ao nível da emissão de Termos de Responsabilidade, por exemplo, - assunção, por parte do CHLO de pagamento de prestação de serviços de radiologia - com a conseqüente redução dos tempos de espera e de deslocação do utente ao hospital para levantamento dos referidos documentos;
- Outras medidas tomadas no âmbito da informatização clínica incluindo a prescrição eletrónica, a desmaterialização da informação dos processos clínicos, certificação do óbito, bem como de outras particulares de carácter mais limitado a serviços específicos, onde foram introduzidas novas aplicações/novas versões ao nível dos seus *softwares* para permitir melhores índices de operacionalidade/comunicação com os utentes.

### **Sustentabilidade no domínio ambiental**

O Conselho de Administração tem vindo a acompanhar de perto a estratégia para a implementação do Plano Estratégico do Baixo Carbono (PEBC) e do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) no Ministério da Saúde que visa promover a redução dos consumos e dos custos com energia e água averiguando a evolução dos consumos e custos e, ainda, identificando potenciais oportunidades de racionalização energética, resíduos e hídrica. Exemplos disso, o CHLO já tem dois dos seus hospitais a funcionar com centrais de cogeração e novos ecopontos. Por outro lado, viu aprovados 11 milhões de euros



de financiamento comunitário para realização de investimentos nas suas principais estruturas físicas: HEM, HSFX e HSC.

Num outro contexto, o CHLO tem procurado: 1. sensibilizar os funcionários para a necessidade de redução do consumo de água quente sanitária, eliminando desperdícios e alertado os utentes do centro hospitalar para a poupança de água e electricidade; 2. adquirir, preferencialmente, equipamentos com menores consumos de energia, nomeadamente, as lâmpadas de baixo consumo e procurado a redução dos consumos de energia através de alertas ao pessoal da segurança para, aquando das rondas apagarem as luzes e desligarem os equipamentos desnecessariamente acesos/ligados; 3. Instalar redutores de caudal (difusores, filtros, atomizadores ou arejadores) nas torneiras e chuveiros; 4. Prestar formação teórica sobre triagem de resíduos e passado a identificar os contentores para o correto acondicionamento dos resíduos nos respectivos locais de produção.

A um outro nível, será de destacar a preocupação com a adequada política de gestão de stocks de níveis mínimos no sentido de serem evitados prejuízos, a todos os níveis, em especial, por prazos de validade expirados.

#### **4.1.8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)**

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

#### **4.1.9. EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA**

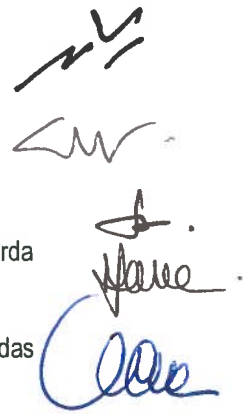
O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental foi aprovado em 13 de dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

A Comissão de Ética zela pela observância de padrões de ética no exercício das ciências médicas, por forma a proteger e garantir a dignidade e integridade humanas, procedendo à análise e reflexão sobre temas da prática médica que envolvam questões de ética.

Neste sentido, conforme n.º 1 do Art.º 6º do Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, compete à Comissão de Ética:

- a) Zelar, no âmbito do funcionamento da instituição ou serviço de saúde respetivo, pela salvaguarda da dignidade e integridade humanas;
- b) Emitir, por sua iniciativa ou por solicitação, pareceres sobre questões éticas no domínio das atividades da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- c) Pronunciar-se sobre os protocolos de investigação científica, nomeadamente os que se refiram a ensaios de diagnóstico ou terapêutica e técnicas experimentais que envolvem seres humanos e seus produtos biológicos, celebrados no âmbito da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- d) Pronunciar-se sobre os pedidos de autorização para a realização de ensaios clínicos da instituição ou serviço de saúde respetivo e fiscalizar a sua execução, em especial no que respeita aos aspetos éticos e à segurança e integridade dos sujeitos do ensaio clínico;
- e) Pronunciar-se sobre a suspensão ou revogação da autorização para a realização de ensaios clínicos na instituição ou serviço de saúde respetivo;
- f) Reconhecer a qualificação científica adequada para a realização de ensaios clínicos, relativamente aos médicos da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- g) Promover a divulgação dos princípios gerais da bioética pelos meios julgados adequados, designadamente através de estudos, pareceres ou outros documentos, no âmbito dos profissionais de saúde da instituição ou serviço de saúde respetivo.



No exercício das suas competências, a Comissão de Ética pondera, em particular, o estabelecido na lei, nos códigos deontológicos e nas declarações diretrizes internacionais existentes sobre as matérias a apreciar.

## GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2019

*(Handwritten signatures and initials)*

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>I</b>	<b>Síntese (Sumário Executivo)</b>	X		X		3	
<b>II</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>	X		X		6	
1.	Missão, Visão e Valores.	X		X		6	
2.	Políticas e linhas de ação	X		X		7	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.	X		X		8	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		9	
<b>III</b>	<b>Estrutura de Capital</b>	X		X		9	
1.	Estrutura de capital	X		X		9	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		10	
3.	Acordos parassociais.	X		X		10	
<b>IV</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>	X		X		10	
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades	X		X		10	
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE	X		X		10	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º5 do artigo 447.º do CSC	X		X		10	
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	X		X		11	
<b>V</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>	X		X		11	
<b>A.</b>	<b>Modelo de Governo</b>					11	
1.	Identificação do modelo de governo adotado					11	
<b>B.</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>	X		X		12	
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		12	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		12	
<b>C.</b>	<b>Administração e Supervisão</b>	X		X		12	
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		12	
2.	Composição do Conselho de Administração Executivo.	X		X		13	
3.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.	X		X		13	

*Handwritten notes:*  
 CML  
 Hane  
 [Signature]  
 J.

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
4.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração	X		X		13	
5.	Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE)	X		X		20	Anexo
6.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.	X		X		21	
7.	Organograma	X		X		21	
8.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X		24	
<b>D.</b>	<b>Fiscalização</b>	X		X		35	
1.	Identificação do órgão de fiscalização	X		X		35	
2.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	X		X		36	
3.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.	X		X		36	
4.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		X		40	
5.	Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável da Comissão para as Matérias Financeiras	X		X		40	
6.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes	X		X		40	
7.	Funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as	X		X		40	

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 CMW  
 J  
 Hane  
 [Signature]

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável						
<b>E.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>	X		X		41	
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		41	
2.	Indicação das limitações, legais	X		X		41	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência.	X		X		41	
4.	Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC.	X		X		42	
<b>F.</b>	<b>Conselho Consultivo</b>	X		X		42	
1.	Composição, ao longo do ano em referência com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efectivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X		X		42	
<b>G.</b>	<b>Auditor Externo</b>	X		X		44	
1.	Identificação.	X		X		44	
2.	Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	X		X		44	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.	X		X		44	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede.	X		X		44	
<b>VI.</b>	<b>Organização Interna</b>	X		X		44	
<b>A.</b>	<b>Estatutos e Comunicações</b>	X		X		44	
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X		X		44	
2.	Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade	X		X		45	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		46	
<b>B.</b>	<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>	X		X		48	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		48	




*Handwritten notes:*  
 Env.  
 Fone:  
 Cas  
 A.

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		49	
3.	Em caso de existência de Plano estratégico e de política de risco da entidade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas	X		X		49	
4.	Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.	X		X		50	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		51	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos.	X		X		51	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		53	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		54	
<b>C.</b>	<b>Regulamentos e Códigos</b>	X		X		55	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada.	X		X		55	
2.	Código de Ética.	X		X		55	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC).	X		X		57	
<b>D.</b>	<b>Deveres especiais de informação</b>	X		X		58	
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.	X		X		58	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		59	
<b>E.</b>	<b>Sítio de Internet</b>	X		X		60	
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		60	
<b>F.</b>	<b>Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>	X		X		61	
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		61	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		61	
<b>VII</b>	<b>Remunerações</b>	X		X		66	
<b>A.</b>	<b>Competência para a Determinação</b>	X		X		66	
1.	Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.	X		X		66	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade.	X		X		66	

*[Handwritten signatures and initials]*

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
3.	Declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.	X		X		66	Anexo
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>	X		X		66	
	Composição.	X		X		66	
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>	X		X		67	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		67	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da entidade.	X		X		67	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		68	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		68	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		68	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		68	
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>	X		X		68	
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		68	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		70	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		70	
4.	Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos.	X		X		70	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		70	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		71	
<b>VIII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>	X		X		71	
1.	Mecanismos implementados pela entidade para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		71	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		71	
<b>IX</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>	X		X		74	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		74	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		74	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres d) Princípio da Igualdade do Género e) Políticas de Valorização Profissional f) Responsabilidade Económica	X		X		75	
<b>X</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>	X		X		81	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		81	

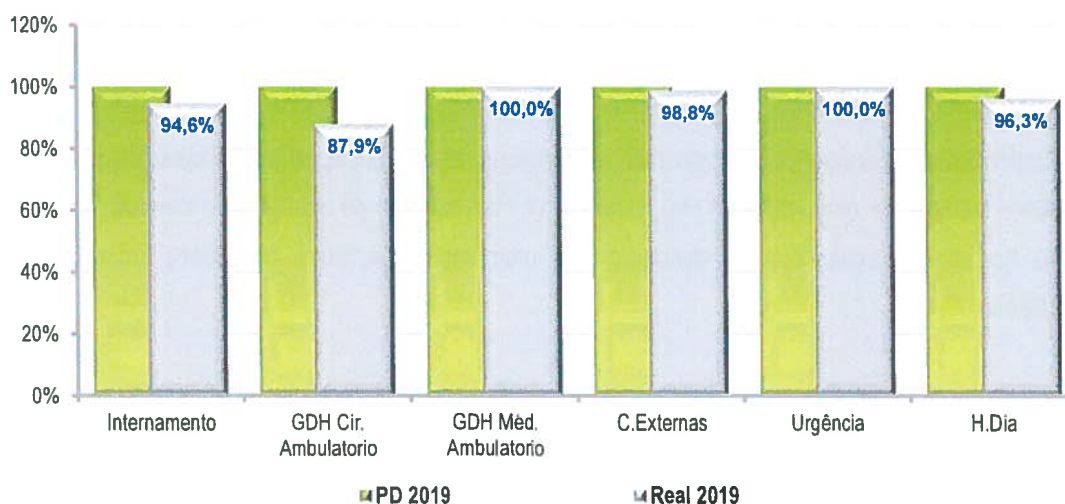
	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Outras informações	X		X		82	
<b>XI</b>	<b>Anexos do RGS</b>	X		X		83	
1.	Demonstração Não Financeira relativo ao exercício 2019	X		X		83	
2.	Ata ou Extrato de Ata da reunião do Órgão de Administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2019	X		X		84	
3.	Relatório do Órgão de Fiscalização a que se refere o n.º 2 do artº 54 do RJSPE	X		X		85	
4.	Declarações a que se refere o artº 52 do RJSPE	X		X		86	
5.	Ata da Reunião da Assembleia Geral, deliberação unanime por escrito ou despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função accionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018	X		X		87	

  
 Conf. -  
 Hauo.  
  


## 6 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2019

### 6.1. TAXA DE EXECUÇÃO

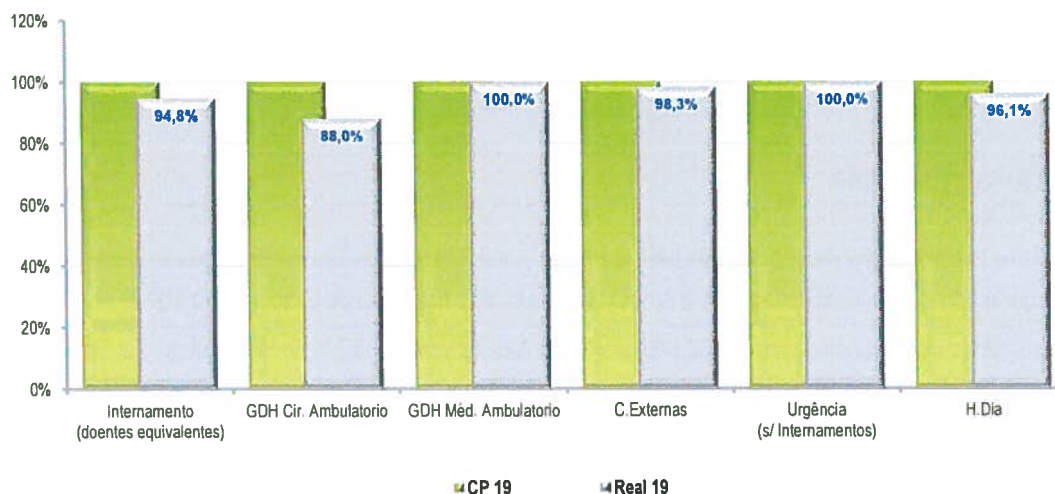
No que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2019 e à sua realização, da análise às principais linhas de produção do CHLO, verificou-se que a produção apresentou uma taxa de execução de 100 % nos Gdh's Médicos de ambulatório e Urgências, 98,8% nas Consultas Externas, 96,3% no Hospital de dia, 94,6% no Internamento e 87,9% Gdh's cirúrgicos ambulatório.



Em relação ao previsto no âmbito do Contrato Programa e também analisando as principais linhas de produção verificou-se que os Gdh's Médicos de ambulatório e a Urgência atingiram 100% do objetivo proposto para o ano de 2019.

Na Consulta Externa a taxa de execução atingiu 98,3%, no Hospital de Dia a realização foi de 96,1%, enquanto que o Internamento e os Gdh's cirúrgicos de ambulatório executaram, respectivamente, 94,8% e 88,0%.

C.M.  
↓  
↓  
Flavio:  
Claus



CMW  
 2/4  
 D.  
 Fallei  
 C. Almeida

## 6.2. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ATIVIDADE

Em 2019, a atividade assistencial registou, face ao período homólogo, um aumento nas linhas de produção de GDH's Médicos de Ambulatório (4,5%), Urgência (2,7%), Hospital de dia (0,9%) e Consulta Externa (0,3%). Por sua vez, apresentou um decréscimo no Internamento (-4,1%) e nos GDH's Cirurgicos de Ambulatório (-0,1%).

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL

#### INTERNAMENTO

	2018	2019	Δ%
<b>Lotação</b>	<b>786</b>	<b>789</b>	<b>0,4%</b>
N.º Camas sem Berçário	786	789	0,4%
<b>Berçário</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>0,0%</b>
<b>Doentes Saídos sem transf. Internas*</b>	<b>26 826</b>	<b>25 717</b>	<b>-4,1%</b>
Doentes Saídos sem Berçário	24 411	23 467	-3,9%
Doentes Saídos Berçário	2 415	2 250	-6,8%
<b>Doentes Saídos com transf. Internas</b>	<b>35 042</b>	<b>34 251</b>	<b>-2,3%</b>
Doentes Saídos sem Berçário	32 549	31 921	-1,9%
Doentes Saídos Berçário	2 493	2 330	-6,5%
<b>Demora média (dias)</b>	<b>9,4</b>	<b>9,7</b>	<b>0,3</b>
<b>Taxa de Ocupação</b>	<b>79,7%</b>	<b>79,0%</b>	<b>-0,7pp</b>
<b>Doentes Saídos / Cama</b>	<b>31,1</b>	<b>29,7</b>	<b>-1,3</b>

\* Não inclui doentes com recurso ao exterior

### BLOCO OPERATÓRIO

	2018	2019	Δ%
<b>Total de Doentes Intervencionados</b>	<b>19 725</b>	<b>19 558</b>	<b>-0,8%</b>
Cirurgia Convencional	6 472	6 267	-3,2%
<b>Cirurgia de Ambulatório</b>	<b>10 175</b>	<b>10 253</b>	<b>0,8%</b>
Cirurgia Urgente	3 078	3 038	-1,3%

### GDH AMBULATÓRIO

	2018*	2019**	Δ%
<b>Cirúrgicos</b>	<b>8 827</b>	<b>8 816</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Médicos</b>	<b>10 802</b>	<b>11 284</b>	<b>4,5%</b>

\* N.º GDHs de 2018 atualizados

\*\* Valor estimado.

### CONSULTA EXTERNA

	2018	2019	Δ%
<b>Consultas Realizadas</b>	<b>463 129</b>	<b>464 603</b>	<b>0,3%</b>
N.º de Primeiras Consultas	114 595	112 489	-1,8%
Primeiras Consultas / Total	24,7%	24,2%	-2,1%

### URGÊNCIA

	2018	2019	Δ%
<b>Doentes Entrados</b>	<b>158 621</b>	<b>162 934</b>	<b>2,7%</b>
Urgência Geral	90 338	94 031	4,1%
Urgência Pediátrica	32 717	33 137	1,3%
Urgência Obstétrica	16 441	15 557	-5,4%
Urgência Oftalmologia	8 327	9 367	12,5%
Urgência Otorrinolaringologia	10 798	10 842	0,4%

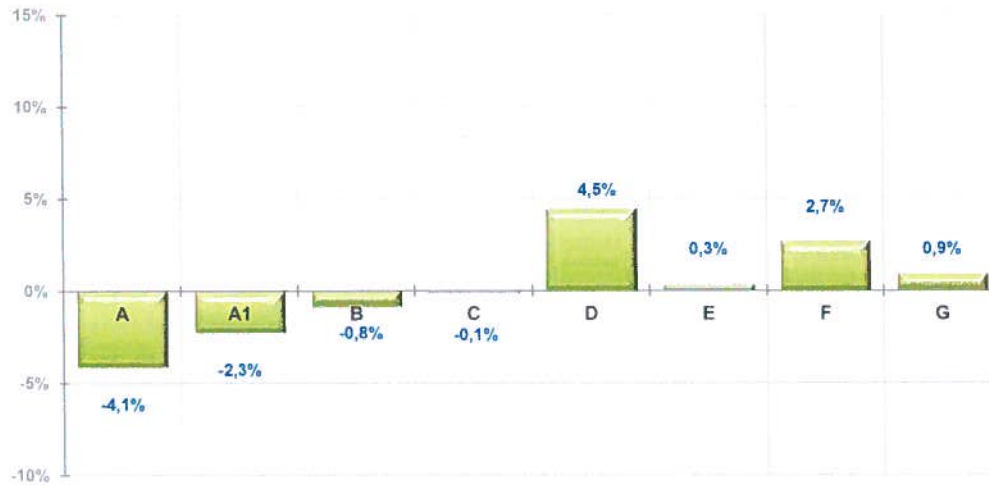
### HOSPITAL DE DIA

	2018	2019	Δ%
<b>Sessões (não inclui diálise e quimio)</b>	<b>22 045</b>	<b>22 245</b>	<b>0,9%</b>
<b>Psiquiatria</b>	<b>3 980</b>	<b>3 578</b>	<b>-10,1%</b>
<b>Pedopsiquiatria</b>	<b>2 190</b>	<b>2 262</b>	<b>3,3%</b>
<b>Imunohemoterapia</b>	<b>4 512</b>	<b>4 643</b>	<b>2,9%</b>
<b>Pediatria</b>	<b>237</b>	<b>239</b>	<b>0,8%</b>
<b>Pneumologia</b>	<b>230</b>	<b>219</b>	<b>-4,8%</b>
<b>Outras</b>	<b>10 684</b>	<b>10 932</b>	<b>2,3%</b>
<b>Infeciologia</b>	<b>212</b>	<b>372</b>	<b>75,5%</b>
<b>Hemodiálise</b>	<b>8 719</b>	<b>8 301</b>	<b>-4,8%</b>

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark, arrows, and the name 'Hugo'.

Actividade Global - Var % 2019/2018

*[Handwritten signatures and initials]*



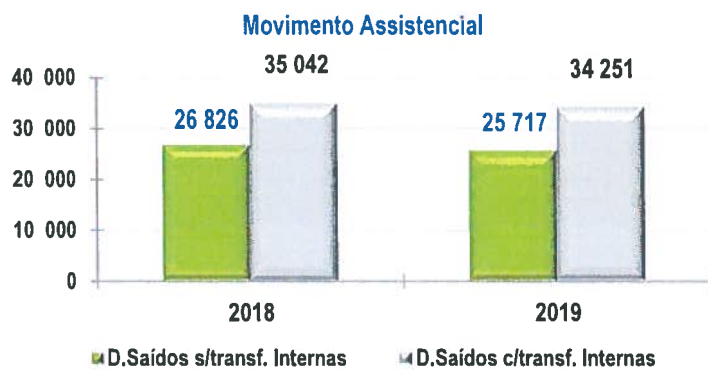
- A – Doentes Saidos do Internamento sem Transferência Internas
- A1 – Doentes Saidos do Internamento com Transferência Internas
- B – Bloco Operatório - Doentes Intervencionados
- C - GDH's Cirúrgicos de Ambulatório
- D – GDH's Médicos Ambulatório
- E – Consulta Externa
- F – Urgência
- G – Hospital de Dia

## 6.2.1. INTERNAMENTO

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2018	2019	Δ%
<b>Lotação</b>	<b>786</b>	<b>789</b>	<b>0,4%</b>
N.º Camas sem Berçário	786	789	0,4%
<b>Berçário</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total de Doentes Saídos sem transf. Internas*</b>	<b>26 826</b>	<b>25 717</b>	<b>-4,1%</b>
Doentes saídos sem Berçário	24 411	23 467	-3,9%
Doentes Saídos Berçário	2 415	2 250	-6,8%
<b>Total de Doentes Saídos com transf. Internas</b>	<b>35 042</b>	<b>34 251</b>	<b>-2,3%</b>
Doentes saídos sem Berçário	32 549	31 921	-1,9%
Doentes Saídos Berçário	2 493	2 330	-6,5%
<b>Total Dias Internamento</b>	<b>237 628</b>	<b>234 415</b>	<b>-1,4%</b>
Dias de Internam. sem Berçário	230 673	228 192	-1,1%
Dias Internam. Berçário	6 955	6 223	-10,5%
<i>Demora média (dias)</i>	<b>9,45</b>	<b>9,72</b>	<b>0,27</b>
<i>Taxa ocupação (%)</i>	<b>79,7%</b>	<b>79,0%</b>	<b>-0,7pp</b>
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	<b>31,1</b>	<b>29,7</b>	<b>-1,3</b>

\* Não inclui doentes com recurso ao exterior



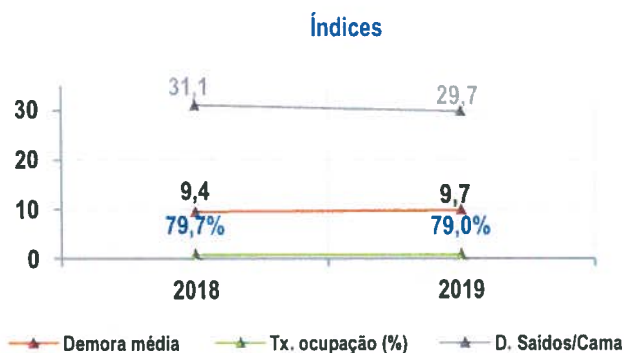
O Internamento apresentou, em 2019, 25.717 doentes saídos, tendo-se verificado uma diminuição de 4,1% em relação ao período homólogo.

O Berçário com 2.250 altas registou um decréscimo de 6,8% em relação a 2018.

*[Handwritten signatures and initials]*

### LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2019

Especialidades	2019	% Ocup.	Especialidades	2019	% Ocup.
Cardiologia	41	87,9%	Neurologia	16	70,1%
Cardiologia Pediátrica	8	64,8%	Oftalmologia	2	19,0%
Cirurgia Cardiobráca	30	81,1%	Unidade Oncológica	3	72,3%
Cirurgia Geral	103	58,7%	Ortopedia	43	124,4%
Cirurgia Vascular	15	92,3%	Otorrinolaringologia	10	84,3%
Cirurgia Plástica	20	43,9%	Pediatria	19	57,5%
Endocrinologia e Nutrição	4	40,8%	Pneumologia	20	75,1%
Gastroenterologia	11	104,0%	Reumatologia	3	78,4%
Ginecologia/Obstetria	57	67,7%	Urologia	18	53,3%
Hematologia	13	50,8%	ICD (Internamento curta duração)	10	44,1%
Infeciologia	18	65,7%	U.C.I.C	16	75,5%
Medicina Interna	166	88,6%	U.C.I.P	16	77,7%
Nefrologia	33	85,1%	Unid. Cuid. Intens. Cardiobracicos	13	86,8%
Neurocirurgia	25	98,1%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	80,5%
Neurotraumatologia	19	90,0%	Psiquiatria (Agudos)	23	96,3%
<b>TOTAL GERAL 2019</b>	<b>789</b>				<b>79,0%</b>



No que diz respeito aos indicadores, a taxa de ocupação do CHLO de 79,0% registou um ligeiro decréscimo (0,7 p.p) face a 2018. O número de doentes saídos por cama, de cerca 30 doentes, registou uma redução de 1,3 doentes e a demora média atingiu 9,7 dias, mais 0,3 dias em relação à demora observada em 2018.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

### 6.2.2. BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas (convencional e ambulatória), o Bloco II com sete salas (convencional) e o Bloco III com cinco salas operatórias (convencional e ambulatória). O HSFX ainda dispõe de três salas operatórias de Ginecologia/Obstetria e sete salas de parto. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia. O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

#### MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENCIÓNADOS

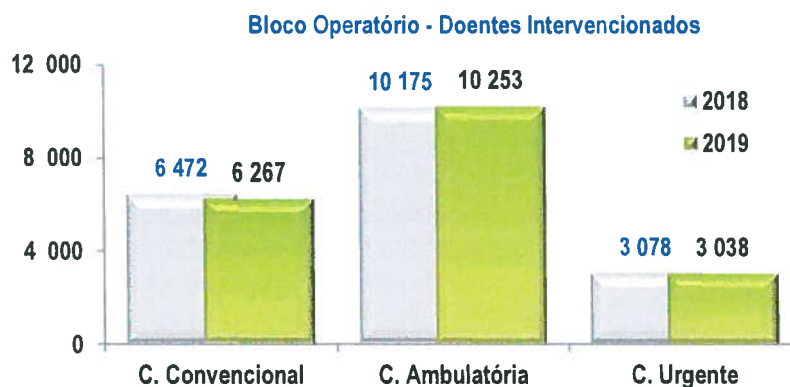
	2018	2019	Δ%
<b>Total Geral</b>	<b>19 725</b>	<b>19 558</b>	<b>-0,8%</b>
Cirurgia Convencional	6 472	6 267	-3,2%
Cirurgia Ambulatória	10 175	10 253	0,8%
Cirurgia de Urgência	3 078	3 038	-1,3%
<i>% Cirurg Programada/Total</i>	84,4%	84,5%	0,1 pp
<i>% Cirurg Ambulatório/Programada</i>	61,1%	62,1%	1,0 pp

Nota: Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório

Em 2019, a atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, uma diminuição de 0,8% no total de doentes intervencionados, passando de 19.725 para 19.558 doentes.

A Cirurgia de Ambulatório, registou um acréscimo de 0,8% doentes intervencionados, passando de 10.175 em 2018 para 10.253 em 2019.

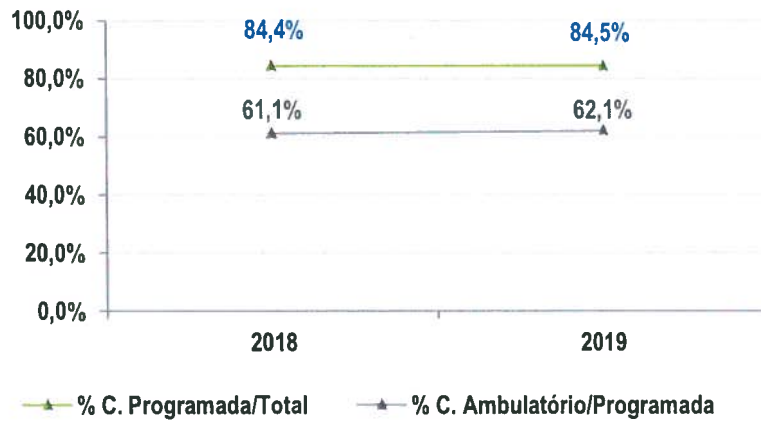
A Cirurgia Urgente apresentou uma diminuição de 1,3%.



*[Handwritten signatures and initials]*

A taxa de ambulatorização, em 2019, registou 62,1%, um aumento de 1,0 p.p em relação a 2018 (61,1%).  
 A Cirurgia Programada, no ano 2019, constituiu 84,5% do movimento cirúrgico do CHLO.

### Índices



## MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Doentes Intervencionados		
	2018	2019	Δ%
<b>Especialidades</b>	<b>19 725</b>	<b>19 558</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Cirurgia Geral</b>	<b>3 649</b>	<b>3 627</b>	<b>-0,6%</b>
Urgente	794	763	-3,9%
Convencional	1 814	1 823	0,5%
Ambulatório	1 041	1 041	0,0%
<b>Cirurgia Vascular</b>	<b>505</b>	<b>602</b>	<b>19,2%</b>
Urgente	46	40	-13,0%
Convencional	307	343	11,7%
Ambulatório	152	219	44,1%
<b>Cirurgia Plástica</b>	<b>1 745</b>	<b>1 805</b>	<b>3,4%</b>
Urgente	168	206	22,6%
Convencional	438	368	-16,0%
Ambulatório	1 139	1 231	8,1%
<b>Cirurgia Cardiorácica</b>	<b>1 129</b>	<b>1 149</b>	<b>1,8%</b>
Urgente	251	252	0,4%
Convencional	857	877	2,3%
Ambulatório	21	20	-4,8%
<b>Dermatologia</b>	<b>608</b>	<b>613</b>	<b>0,8%</b>
Ambulatório	608	613	0,8%
<b>Estomatologia</b>	<b>271</b>	<b>279</b>	<b>3,0%</b>
Ambulatório	271	279	3,0%
<b>Ginecologia</b>	<b>741</b>	<b>849</b>	<b>14,6%</b>
Urgente	49	37	-24,5%
Convencional	338	345	2,1%
Ambulatório	354	467	31,9%
<b>Obstetrícia</b>	<b>1 022</b>	<b>977</b>	<b>-4,4%</b>
Urgente	907	906	-0,1%
Convencional	115	71	-38,3%
<b>Neurocirurgia</b>	<b>1 193</b>	<b>1 185</b>	<b>-0,7%</b>
Urgente	418	388	-7,2%
Convencional	565	554	-1,9%
Ambulatório	210	243	15,7%
<b>Oftalmologia</b>	<b>5 559</b>	<b>5 507</b>	<b>-0,9%</b>
Urgente	3	2	-33,3%
Convencional	20	30	50,0%
Ambulatório	5 536	5 475	-1,1%
<b>Ortopedia</b>	<b>1 141</b>	<b>1 025</b>	<b>-10,2%</b>
Urgente	198	191	-3,5%
Convencional	683	648	-5,1%
Ambulatório	260	186	-28,5%
<b>Otorrinolaringologia</b>	<b>1 174</b>	<b>1 096</b>	<b>-6,6%</b>
Urgente	80	86	7,5%
Convencional	670	674	0,6%
Ambulatório	424	336	-20,8%
<b>Urologia</b>	<b>988</b>	<b>844</b>	<b>-14,6%</b>
Urgente	164	167	1,8%
Convencional	665	534	-19,7%
Ambulatório	159	143	-10,1%


*Handwritten notes:*  
 4  
 cur.  
 ↓  
 Haver  
 Ode

Observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades, a atividade cirúrgica, em 2019, registou, face ao período homólogo, um ligeiro decréscimo de 0,8%, passando de 19.725 doentes para 19.558.

A Cirurgia de Ambulatório, incluindo a produção adicional, registou um acréscimo de 0,8% de doentes intervencionados, passando de 10.175 em 2018 para 10.253 em 2019. Para este comportamento destacam-se as contribuições das especialidades de Cirurgia Vasculuar (44,1%), passando de 152 para 219 doentes intervencionados, de Ginecologia (31,9%) com 354 doentes intervencionados em 2018 e 467 em 2019, de Neurocirurgia (15,7%) com 243 doentes intervencionados em 2019 face a 210 em 2018 e de Cirurgia Plástica (8,1%) com um acréscimo de 1.139 e 1.231 doentes respetivamente.

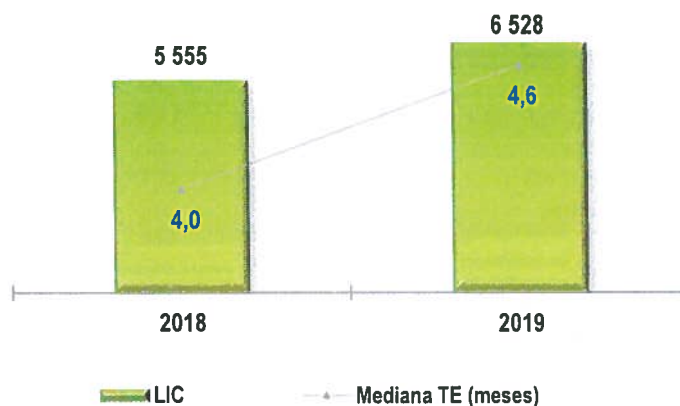
A Cirurgia Convencional, incluindo a produção adicional, registou, face ao período homólogo, uma diminuição de 201 doentes intervencionados (-3,2%). As especialidades que influenciaram esta evolução desfavorável foram: Obstetria (115 para 71), Urologia (665 para 534), Cirurgia Plástica (438 para 368), Ortopedia (683 para 648) e Neurocirurgia (565 para 554).

Em relação à produção de Cirurgia Urgente, as especialidades de Ginecologia (-24,5%), Neurocirurgia (-7,2%) e Cirurgia Geral (-3,9%) foram as que registaram maior decréscimo da actividade.

### 6.2.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO DE ESPERA PARA CIRURGIA

O número de doentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), registou um aumento de 973 doentes, passando de 5.555 em 2018 para 6.528 doentes inscritos em 2019. A mediana de tempo de espera em 2019 registou o valor de 4,6 meses apresentando um acréscimo de 0,6 meses em relação a 2018.

**Evolução da Lista de Inscritos para Cirurgia e Mediana do Tempo de Espera**



*[Handwritten signatures and initials]*

## PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2018	2019
% de utentes em Lista de inscitos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	63,2%	57,7%
Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	4,0	4,6
% de Utentes em espera para Cirurgia com Tempo Superior a 12 meses	14,7%	20,5%

A percentagem de utentes em LIC dentro do TMRG registou uma diminuição de 5,5 p.p., passando de 63,2% em 2018 para 57,7% em 2019. O objetivo estabelecido para 2019 foi de 70,2%, este indicador apresentou um desvio desfavorável de 12,5 p.p. De referir que esta situação desfavorável foi influenciada, por um lado, por maior pressão da procura, por outro, pelas sucessivas greves ocorridas, com o conseqüente encerramento de blocos, bem como de saídas de profissionais não substituídos, com destaque para a Anestesia e ainda para a alteração dos próprios TMRG.

## LISTA DE INSCRITOS E TEMPO DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	Total Episódios em LIC	Tempo médio de espera (em meses)	Tempo médio de espera (em dias)	Mediana Tempo espera (em meses)
Hospital Egas Moniz	CHLO -HEM Dermatologia	136	1,5	46	1,3
	CHLO -HEM Cirurgia geral II	406	5,2	157	3,8
	CHLO -HEM Cirurgia Plástica	345	6,4	192	5,2
	CHLO -HEM Cirurgia vascular	178	13,6	409	10,7
	CHLO -HEM Estomatologia	49	2,2	66	1,7
	CHLO -HEM Neurocirurgia	802	11,5	345	9,7
	CHLO -HEM Oftalmologia	1137	3,2	95	2,2
	CHLO -HEM Otorrinolaringologia	769	7,0	209	5,8
	CHLO -HEM Urologia	334	4,7	140	3,3
	CHLO -HEM Uico	118	16,1	482	14,4
Hospital São Francisco Xavier	CHLO -HSFX Cirurgia geral I	414	4,3	128	3,6
	CHLO -HSFX Ginecologia	165	2,6	77	1,7
	CHLO -HSFX Ortopedia	1199	11,2	336	8,0
Hospital Santa Cruz	CHLO -HSC Cirurgia Cardiobracica	351	5,3	160	4,5
	CHLO -HSC Cirurgia geral III	125	2,2	67	1,5
<b>Total</b>		<b>6 528</b>	<b>7,1</b>	<b>213</b>	<b>4,6</b>

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'M', 'C.M.', 'J.', 'Halle', and a signature 'C. Alves'.

### LISTA DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	> 12 meses	≤12 meses	Total
Hospital Egas Moniz	CHLO -HEM Dermatologia		136	136
	CHLO -HEM Cirurgia geral II	43	363	406
	CHLO -HEM Cirurgia Plástica	60	285	345
	CHLO -HEM Cirurgia vascular	73	105	178
	CHLO -HEM Estomatologia		49	49
	CHLO -HEM Neurocirurgia	347	455	802
	CHLO -HEM Oftalmologia	28	1109	1137
	CHLO -HEM Otorrinolaringologia	153	616	769
	CHLO -HEM Urologia	24	310	334
	CHLO -HEM UtcO	71	47	118
Hospital São Francisco Xavier	CHLO -HSFX Cirurgia geral I	20	394	414
	CHLO -HSFX Ginecologia	6	159	165
	CHLO -HSFX Ortopedia	488	711	1199
Hospital Santa Cruz	CHLO -HSC Cirurgia Cardiotoracica	20	331	351
	CHLO -HSC Cirurgia geral III	2	123	125
<b>Total</b>		<b>1 335</b>	<b>5 193</b>	<b>6 528</b>

Com um objetivo para o ano de 2019 de 10%, do total de 6.528 doentes em LIC, 20,5% encontram-se com tempo de espera superior a 12 meses. As especialidades de UtcObesidade, Neurocirurgia, Cirurgia Vascular e Ortopedia são as que apresentam uma maior percentagem de doentes em que a espera ultrapassa um ano. Verifica-se um desvio desfavorável de 10,5 p.p em relação ao objetivo estabelecido e de 5,8 p.p em relação a 2018 (14,7%).

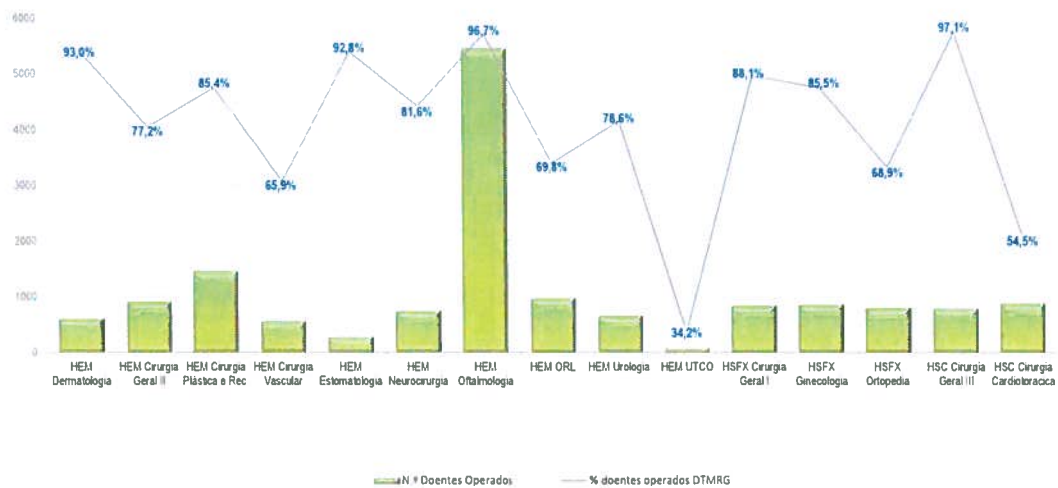
*[Handwritten signatures and initials]*

DOENTES OPERADOS DENTRO DO TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA GARANTIDO (EM DIAS) POR NÍVEL DE PRIORIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidade	Normais				- Prioritários				Estado prioritário				Urgência elevada				Total
		Não Oncológicas		Oncológicas		Não Oncológicas		Oncológicas		Não Oncológicas		Oncológicas		Não Oncológicas		Oncológicas		
		TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	
Hospital Egas Moniz	CHLO - HEM Cirurgia Plástica e Rec	180	84,7%	60	88,9%	60	93,8%	45	80,8%	15	100,0%	100,0%	3	-			85,4%	
	CHLO - HEM Oftalmologia	180	95,6%	60		60	98,0%	45		15	96,2%		3	100,0%			96,7%	
	CHLO - HEM Neurocirurgia	180	73,8%	60	60,0%	60	95,7%	45	100,0%	15	100,0%	0,0%	3	0,0%			81,6%	
	CHLO - HEM ORL	180	66,2%	60	83,3%	60	83,1%	45	100,0%	15	89,5%	0,0%	3	100,0%			69,8%	
	CHLO - HEM Estomatologia	180	93,1%	60		60	66,7%	45		15	-		3	-			92,8%	
	CHLO - HEM Cirurgia Geral II	180	72,0%	60	100,0%	60	77,5%	45	90,9%	15	95,8%	100,0%	3	100,0%	100,0%		77,2%	
	CHLO - HEM Urologia	180	78,3%	60	100,0%	60	85,3%	45	74,7%	15	57,1%	88,9%	3	66,7%	100,0%		78,6%	
	CHLO - HEM Cirurgia Vasculiar	180	37,1%	60		60	100,0%	45		15	100,0%		3	87,7%			65,9%	
	CHLO - HEM UTCO	180	33,3%	60		60	-	45		15	-		3	98,7%			34,2%	
Hospital São Francisco Xavier	CHLO - HEM Dermatologia	180	100,0%	60	100,0%	60	100,0%	45	76,5%	15		100,0%	3	-			93,0%	
	CHLO - HSFX Cirurgia Geral I	180	80,8%	60	100,0%	60	88,4%	45	99,5%	15	100%	50,0%	3	98,7%	100,0%		88,1%	
	CHLO - HSFX Ginecologia	180	82,6%	60	50,0%	60	81,3%	45	100,0%	15	83,3%		3	100,0%			85,5%	
Hospital Santa Cruz	CHLO - HSFX Ortopedia	180	53,3%	60		60	72,9%	45		15	60,0%		3	125,7%	100,0%		68,9%	
	CHLO - HSC Cirurgia Geral III	180	97,1%	60	100,0%	60	97,0%	45	96,0%	15	100,0%	100,0%	3	93,3%			97,1%	
	CHLO - HSC Cirurgia Cardiotorácica	90	36,3%	60		45	57,9%	45	0,0%	15	82,1%	100,0%	3	0,0%			54,5%	
<b>Total CHLO</b>																	<b>85,6%</b>	

No que diz respeito à Percentagem de doentes operados dentro do TMRG, em 2019 o CHLO registou 85,0% apresentando um ligeiro desvio de 0,3 p.p em relação à meta estabelecida (85,3%).

Percentagem de Doentes Operados dentro do TMRG



Handwritten signatures and initials: 24, CM, J. Hane, and a large blue signature.

### 6.2.3. BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem três salas de bloco dedicadas e sete salas de parto.

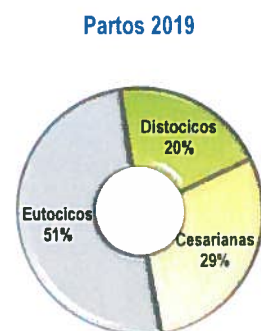
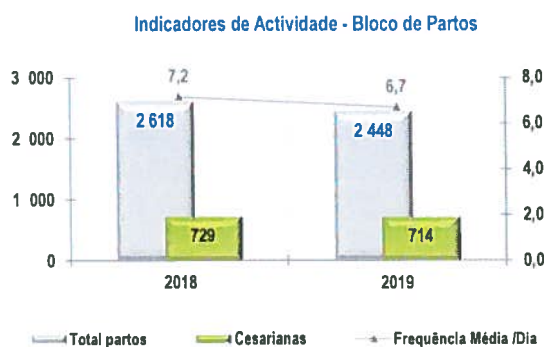
Com um número médio diário de cerca de 6,7 partos, o total de partos, que ascendeu a 2.448, registou um decréscimo de 7,9% em relação ao período homólogo.

#### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2018*	2019	Δ%
<b>Partos ocorridos</b>	<b>2 618</b>	<b>2 448</b>	<b>-6,5%</b>
Eutócicos	1 384	1 238	-10,5%
Distócicos	505	496	-1,8%
Cesarianas	729	714	-2,1%
<b>% Cesarianas</b>	<b>27,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>2,2 pp</b>
<b>Frequência Média/Dia</b>	<b>7,2</b>	<b>6,7</b>	<b>-6,5%</b>

\* Informação atualizada

De referir que os partos Eutócicos e Distócicos apresentaram uma diminuição de 10,5% e 1,8%, respetivamente, em relação ao ano transato. As Cesarianas também tiveram uma diminuição de 2,1% em relação ao período homólogo. No entanto, em consequência do decréscimo da produção do número de partos, a taxa de cesarianas passou para 29,2% (27,8% em 2018).



*[Handwritten signatures and initials]*

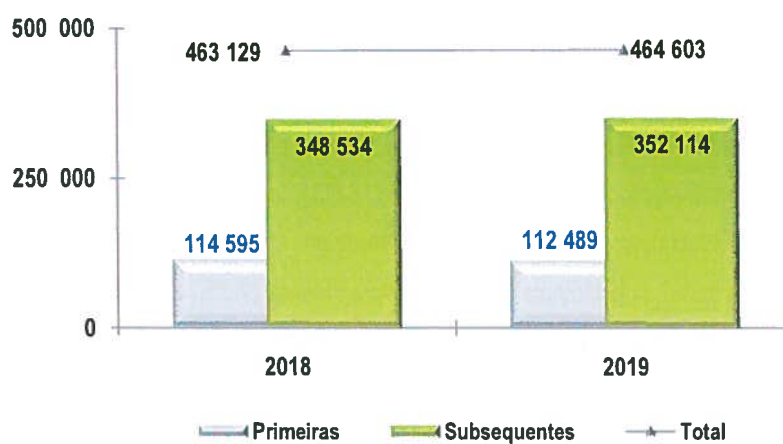
## 6.2.4. CONSULTA EXTERNA

A produção de Consultas externas realizadas em 2019, ascendeu 464.603 consultas, representando, face ao período homólogo, um ligeiro aumento de 0,3%. No entanto, de referir que o número de primeiras consultas registou um decréscimo de 1,8%.

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2018	2019	Δ%
<b>Consultas Externas</b>	<b>463 129</b>	<b>464 603</b>	0,3%
Primeiras	114 595	112 489	-1,8%
Subsequentes	348 534	352 114	1,0%
<i>% Primeiras/Total</i>	<i>24,7%</i>	<i>24,2%</i>	<i>-0,5pp</i>

### Movimento das Consultas Externas



*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

**PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE**

Especialidades	2018	2019	Δ%	Especialidades	2018	2019	Δ%
Anestesiologia	11 714	11 352	-3,1%	Medicina Paliativa	133	409	207,5%
C. Plást e Reconstrutiva	9 735	10 158	4,3%	MFR	8 184	8 437	3,1%
Cardiologia	34 299	35 636	3,9%	Nefrologia	19 161	20 844	8,8%
Cardiologia Pediátrica	7 260	8 320	14,6%	Neurocirurgia	12 429	12 029	-3,2%
Cirurgia Cardiotorácica	5 049	5 224	3,5%	Neurologia	14 133	15 636	10,6%
Cirurgia Geral	24 971	24 861	-0,4%	Neurorradiologia	30	67	123,3%
Cirurgia Vasculiar	7 013	6 650	-5,2%	Obstetria	9 567	9 176	-4,1%
Dermatologia	13 976	12 071	-13,6%	Oftalmologia	33 537	28 859	-13,9%
Endocrinologia	16 816	19 250	14,5%	Oncologia Médica	27 291	26 430	-3,2%
Estomatologia	10 529	9 591	-8,9%	Ortopedia	16 857	17 019	1,0%
Gastroenterologia	7 442	8 396	12,8%	Otorrinolaringologia	25 279	23 716	-6,2%
Genética Médica	526	431	-18,1%	Patologia Clínica	18 624	17 437	-6,4%
Ginecologia	6 880	6 321	-8,1%	Pediatria	9 697	11 516	18,8%
Hematologia	9 119	9 093	-0,3%	Pedopsiquiatria	9 483	9 590	1,1%
Imunoalergologia	3 088	4 332	40,3%	Pneumologia	11 340	12 310	8,6%
Imuno-hemoterapia	4 614	5 437	17,8%	Psiquiatria	16 247	15 776	-2,9%
Infeciologia	11 357	12 070	6,3%	Reumatologia	14 976	15 226	1,7%
Medicina	20 800	20 862	0,3%	Saude Ocupacional	1 432	1 165	-18,6%
Medicina Nuclear	6	52	766,7%	Urologia	9 535	8 854	-7,1%
<b>Total Geral</b>					<b>463 129</b>	<b>464 603</b>	<b>0,3%</b>

Na evolução do número de consultas por especialidade, face ao período homólogo, salienta-se o aumento das consultas de Imunoalergologia (40,3%), Pediatria (18,8%), Imuno-hemoterapia (17,8%), Cardiologia Pediátrica (14,6%), Endocrinologia (14,5%), Gastroenterologia (12,8%), Neurologia (10,6%), Nefrologia (8,8%), Pneumologia (8,6%), Infeciologia (6,3%), Cirurgia Plástica (4,3%) e Cardiologia (3,9%).

Em relação ao ano transacto, as principais variações negativas verificaram-se nas especialidades de Oftalmologia (13,9%), Dermatologia (13,6%), Estomatologia (8,9%), Ginecologia (8,1%), Urologia (7,1%), Patologia (6,4%), ORL (6,2%), Cirurgia Vasculiar (5,2%), Obstetria (4,1%), Neurocirurgia e Oncologia Médica (3,2%).

*[Handwritten signatures and initials]*

#### 6.2.4.1. LISTA DE ESPERA PARA CONSULTA (LEC) E CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)

##### PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2018	2019
Nº de Consultas Via CTH	34 216	32 738
% de primeiras consultas médicas (CTH) no total de primeiras consultas médicas	29,8%	29,1%
% de utentes em Lista de Espera para a Consulta (LEC) dentro do TMRG	45,9%	35,0%
% de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)	62,5%	62,6%

*Handwritten signatures and initials:*  
 CM  
 ↓  
 Hario  
 C. Alves

LISTA DE ESPERA PARA CONSULTA

Especialidades	LEC		Δ%	Dentro do TMRG		Δ%	Fora do TMRG		% de utentes em LEC dentro do TMRG	
	2018	2019		2018	2019		2018	2019	2018	2019
Anestesiologia	964	1 292	34,0%	747	833	11,5%	217	459	77,5%	64,5%
Cardiologia	1 121	1 493	33,2%	157	120	-23,6%	964	1 373	14,0%	8,0%
Cardiologia Pediátrica	328	277	-15,5%	83	188	126,5%	245	89	25,3%	67,9%
Cirurgia Cardiotorácica	34	23	-32,4%	26	23	-11,5%	8	0	76,5%	100,0%
Cirurgia Geral	1 013	875	-13,6%	619	680	9,9%	394	195	61,1%	77,7%
Cirurgia Obesidade	75	60	-20,0%	54	24	-55,6%	21	36	72,0%	40,0%
Cirurgia Plástica Rec.	386	568	47,2%	315	413	31,1%	71	155	81,6%	72,7%
Cirurgia Vascular	1 636	1 955	19,5%	624	122	-80,4%	1 012	1 833	38,1%	6,2%
Dermatologia	4 959	4 485	-9,6%	2 205	894	-59,5%	2 754	3 591	44,5%	19,9%
Endocrinologia	983	812	-17,4%	501	623	24,4%	482	189	51,0%	76,7%
Estomatologia	344	245	-28,8%	249	212	-14,9%	95	33	72,4%	86,5%
Gastroenterologia	1 289	969	-24,8%	531	411	-22,6%	758	558	41,2%	42,4%
Genética Médica	23	37	60,9%	14	26	85,7%	9	11	60,9%	70,3%
Ginecologia	791	794	0,4%	397	444	11,8%	394	350	50,2%	55,9%
Hematologia Clínica	288	130	-54,9%	198	104	-47,5%	90	26	68,8%	80,0%
Imunoalergologia	546	345	-36,8%	221	277	25,3%	325	68	40,5%	80,3%
Imunohemoterapia	180	145	-19,4%	78	70	-10,3%	102	75	43,3%	48,3%
Infecciologia	206	314	52,4%	140	238	70,0%	66	76	68,0%	75,8%
Medicina Interna	522	405	-22,4%	338	219	-35,2%	184	186	64,8%	54,1%
MFR	430	472	9,8%	360	364	1,1%	70	108	83,7%	77,1%
Medicina Paliativa	2	26	1200,0%	0	21		2	5	0,0%	80,8%
Medicina Nuclear	5	5	0,0%	5	5	0,0%	0	0	100,0%	100,0%
Nefrologia	316	321	1,6%	236	269	14,0%	80	52	74,7%	83,8%
Neurocirurgia	2 291	3 733	62,9%	643	1 309	103,6%	1 648	2 424	28,1%	35,1%
Neurologia	1 784	1 837	3,0%	835	665	-20,4%	949	1 172	46,8%	36,2%
Neuroradiologia	6	6	0,0%	2	1	-50,0%	4	5	33,3%	16,7%
Obstetria	365	459	25,8%	317	349	10,1%	48	110	86,8%	76,0%
Oftalmologia	7 225	8 789	21,6%	2 239	2 021	-9,7%	4 986	6 768	31,0%	23,0%
Oncologia Médica	23	38	65,2%	15	26	73,3%	8	12	65,2%	68,4%
ORL	1 177	1 903	61,7%	845	1 387	64,1%	332	516	71,8%	72,9%
Ortopedia	3 259	3 432	5,3%	1 445	781	-46,0%	1 814	2 651	44,3%	22,8%
Pediatria	557	678	21,7%	432	504	16,7%	125	174	77,6%	74,3%
Pedopsiquiatria	162	143	-11,7%	143	127	-11,2%	19	16	88,3%	88,8%
Pneumologia	1 697	2 199	29,6%	1 057	470	-55,5%	640	1 729	62,3%	21,4%
Psiquiatria	456	556	21,9%	281	260	-7,5%	175	296	61,6%	46,8%
Reumatologia	1 264	1 608	27,2%	162	358	121,0%	1 102	1 250	12,8%	22,3%
Urologia	894	1 019	14,0%	498	213	-57,2%	396	806	55,7%	20,9%
Nutrição	949	1 168	23,1%	530	242	-54,3%	419	926	55,8%	20,7%
Psicologia	529	652	23,3%	392	205	-47,7%	137	447	74,1%	31,4%
Outras	16	84	425,0%	16	31	93,8%	0	53	100,0%	36,9%
Não medicas	7	24	242,9%	4		-100,0%	3	24	57,1%	0,0%
<b>Total Geral</b>	<b>39 102</b>	<b>44 376</b>	<b>13,5%</b>	<b>17 954</b>	<b>15 529</b>	<b>-13,5%</b>	<b>21 148</b>	<b>28 847</b>	<b>45,9%</b>	<b>35,0%</b>

A Lista de Espera para Consulta (LEC) com 44.376 doentes registou, em 2019, um aumento de 13,5% face a 2018. Tendo em consideração o total de doentes em LEC, são as especialidades de Oftalmologia com cerca de 20%, de Dermatologia com 10% e Neurocirurgia com 8,4% e Ortopedia com 7,7% que representam o maior de número de utentes. Comparativamente ao ano de 2018, foram também, as especialidades de Oftalmologia e Neurocirurgia as que mais contribuíram para o aumento em 2019, com um acréscimo de 1.564 e 1.442 doentes em Lista de espera, respetivamente.

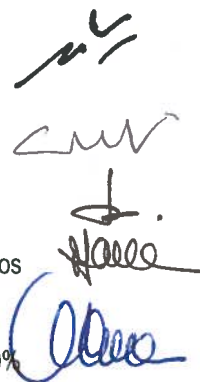
*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 CMV  
 ↓  
 Haco  
 [Signature]

A percentagem de utentes em LEC dentro do TMRG registou 35,0%, verificou-se um desvio desfavorável de 11 p.p em relação ao período homólogo e de 5,0 p.p. face à meta estabelecida de 40,0% para o ano de 2019.

#### N.º DE PEDIDOS EFECTUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

Especialidades	N.º de pedidos CTH		Δ%	Consultas Realizadas		Δ%	% Consultas realizadas dentro do TMRG	
	2018	2019		2018	2019		2018	2019
Anestesiologia	114	134	17,5%	76	104	36,8%	100,0%	98,1%
Cardiologia	1 608	1 833	14,0%	907	1 122	23,7%	13,2%	7,5%
Cardiologia Pediátrica	194	217	11,9%	122	152	24,6%	83,6%	73,0%
Cirurgia Geral	2 816	2 742	-2,6%	2 042	2 167	6,1%	88,9%	89,7%
Cirurgia Obesidade	246	326	32,5%	172	242	40,7%	34,3%	73,1%
Cirurgia Plástica Rec.	1 126	1 450	28,8%	827	976	18,0%	98,5%	94,2%
Cirurgia Vasculuar	1 415	1 582	11,8%	821	1 064	29,6%	63,8%	10,7%
Dermatologia	4 577	2 896	-36,7%	3 301	1 654	-49,9%	22,5%	42,9%
Dermatologia-Rastreio Dermatológico	1 416	816	-42,4%	369	825	123,6%	67,2%	50,9%
Endocrinologia	2 104	2 171	3,2%	1 260	1 511	19,9%	71,0%	89,1%
Estomatologia	3 125	2 891	-7,5%	2 116	1 840	-13,0%	98,0%	99,7%
Gastroenterologia	1 095	1 198	9,4%	605	720	19,0%	46,0%	43,9%
Genética Médica	0			18		-100,0%	38,9%	
Ginecologia	1 742	1 746	0,2%	1 280	1 011	-21,0%	67,5%	73,8%
Hematologia Clínica	965	648	-32,8%	606	367	-39,4%	84,8%	98,6%
Imunolergologia	711	896	26,0%	447	665	48,8%	42,3%	90,2%
Infectiologia	139	170	22,3%	87	98	12,6%	96,6%	95,9%
Medicina Interna	545	617	13,2%	360	459	27,5%	86,1%	93,5%
MFR	152	207	36,2%	109	153	40,4%	99,1%	99,3%
Nefrologia	600	644	7,3%	365	405	11,0%	98,4%	97,5%
Neurocirurgia	3 494	3 837	9,8%	2 333	1 953	-16,3%	34,2%	23,3%
Neurologia	1 370	1 448	5,7%	994	1 094	10,1%	65,0%	74,3%
Obstetrícia	3 773	3 608	-4,4%	2 773	2 525	-8,9%	97,0%	99,2%
Oftalmologia	7 523	6 448	-14,3%	3 949	3 321	-15,9%	19,1%	11,4%
Oncologia Médica	66	75	13,6%	50	61	22,0%	92,0%	100,0%
ORL	3 996	4 036	1,0%	2 991	2 778	-7,1%	97,0%	99,2%
Oripedia	2 685	1 762	-34,4%	1 131	1 346	19,0%	12,8%	6,5%
Pediatria	1 003	1 046	4,3%	748	759	1,5%	86,1%	95,7%
Pedopsiquiatria	422	439	4,0%	257	275	7,0%	97,7%	97,1%
Pneumologia	971	1 120	15,3%	523	633	21,0%	56,8%	52,9%
Psiquiatria	900	1 003	11,4%	341	379	11,1%	95,3%	85,5%
Reumatologia	1 768	1 729	-2,2%	1 095	959	-12,4%	78,8%	25,0%
Urologia	1 574	1 797	14,2%	1 141	1 120	-1,8%	74,0%	61,7%
<b>Total Geral</b>	<b>54 235</b>	<b>51 532</b>	<b>-5,0%</b>	<b>34 216</b>	<b>32 738</b>	<b>-4,3%</b>	<b>62,5%</b>	<b>62,6%</b>

Do total de 112.489 primeiras consultas realizadas no CHLO em 2019, 32.738 (29,1%) entraram pela plataforma da Consulta a Tempo e Horas (CTH) – referência eletrónica pelos cuidados de saúde primários através do sistema de acesso à primeira consulta de especialidade hospitalar- e registaram um decréscimo de 4,3% em relação a 2018 (34.216).



As restantes primeiras consultas têm referenciação interna (outras especialidades, urgências, ou outros hospitais), criando uma referência no SIH (Sistema de Informação Hospitalar).

O número de pedidos realizados eletronicamente pelo CTH, registou uma diminuição de cerca de 5,0% face ao realizado em 2018.

As especialidades de Oftalmologia, ORL, Neurocirurgia e Obstetrícia, são as que apresentam o maior número de pedidos em 2019, representando cerca de 35% dos pedidos.

Relativamente ao acesso ao CHLO e no que respeita ao indicador “% de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)”, o valor registado para 2019 foi de 62,6%, registando um ligeiro aumento de 0,1 p.p. do que o registado em 2018 (62,5%) e um desvio desfavorável de 14,3 p.p em relação à meta estabelecida para o ano de 2019 (76,9%).

Destacam-se as especialidades com maior peso de consultas realizadas dentro do TMRG: a Oncologia (100%), Estomatologia (99,7%), a MFR (99,3%), a Obstetrícia (99,2%), a ORL (99,2%), a Hematologia (98,6%), a Anestesiologia (98,1%), a Nefrologia (97,5%), e a Pedopsiquiatria (97,1%).

## 6.2.5. URGÊNCIA

O total de doentes entrados nos Serviços de Urgência registou um aumento de 2,7% em relação ao período homólogo, passando de 158.621 para 162.934 doentes entrados, com uma média de cerca de 472 doentes atendimentos diariamente.

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2018	2019	Δ%		2018	2019	Δ%
<b>Doentes Entrados</b>				<b>% Doentes Internados</b>			
Urgência Geral	90 338	94 031	4,1%	Urgência Geral	10,3%	9,5%	-0,8pp
Pediátrica	32 717	33 137	1,3%	Pediátrica	2,0%	1,9%	-0,1pp
Obstétrica/Ginecológica	16 441	15 557	-5,4%	Obstétrica/Ginecológica	16,1%	16,1%	0pp
Oftalmologia	8 327	9 367	12,5%	Oftalmologia	0,3%	0,2%	-0,1pp
Otorrinolaringologia	10 798	10 842	0,4%	Otorrinolaringologia	1,3%	1,0%	-0,3pp
<b>Doentes Internados</b>				<b>Frequência Média / Dia</b>			
Urgência Geral	9 274	8 909	-3,9%	Urgência Geral	248	258	4,1%
Pediátrica	648	624	-3,7%	Pediátrica	90	91	1,3%
Obstétrica/Ginecológica	2 640	2 508	-5,0%	Obstétrica/Ginecológica	45	43	-5,4%
Oftalmologia	24	21	-12,5%	Oftalmologia	33	37	12,9%
Otorrinolaringologia	142	113	-20,4%	Otorrinolaringologia	43	43	0,8%
<b>TOTAL GERAL D. ENTRADOS</b>	<b>158 621</b>	<b>162 934</b>	<b>2,7%</b>				
<i>Freq. Média / Dia</i>	<b>458,4</b>	<b>471,9</b>	<b>2,9%</b>				
<i>Doentes Internados</i>	<b>12 728</b>	<b>12 175</b>	<b>-4,3%</b>				
<i>% Doentes Internados</i>	<b>8,0%</b>	<b>7,5%</b>	<b>0,4pp</b>				



### Urgência Geral

No âmbito da Urgência Geral, o número total de doentes entrados foi de 94.031 o que representou um acréscimo de 4,1% em relação ao ano anterior. O número de doentes internados foi de 8.909, registando uma percentagem de internamento de 9,5%.

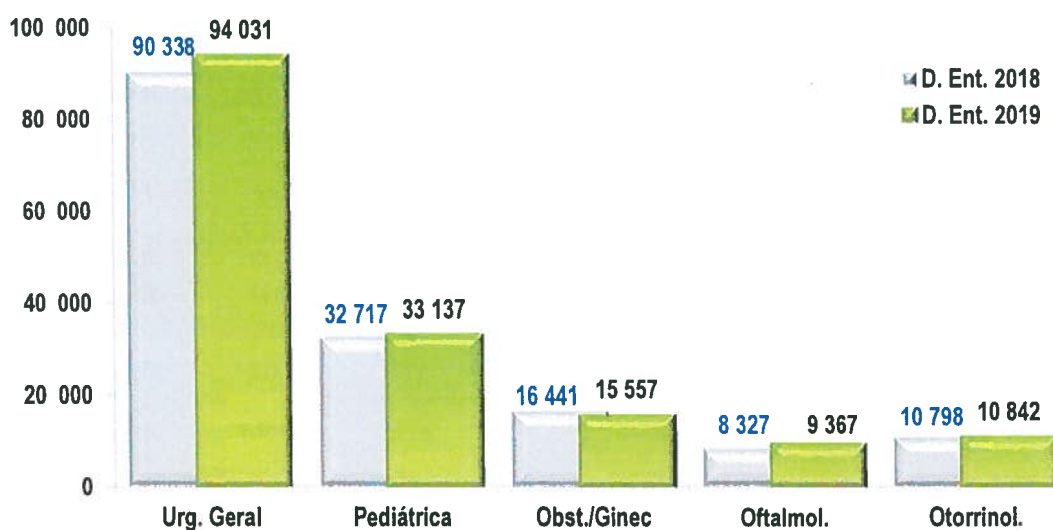
### Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 9.367 doentes, verificando-se um acréscimo de 12,5% relativamente ao ano anterior. Foram atendidos nesta Urgência em média 37 doentes por dia.

### Urgência de Otorrinolaringologia

Na Urgência de ORL foram atendidos 10.842 doentes, o que representa um ligeiro acréscimo de 0,4% relativamente ao ano de 2018. O número de doentes socorridos por dia foi de 43 doentes.

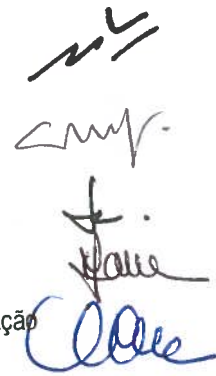
Doentes Entrados na Urgência



### Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Após este período, colabora com a urgência do Hospital Dona Estefânia.

Durante o ano de 2019, foram observadas 33.137 crianças representando um acréscimo de 1,3%, face ao período homólogo. A taxa de internamento manteve-se na ordem de 2%, com um afluxo médio diário de 91 crianças.



### Urgência Obstétrica/Ginecológica

O número de doentes observadas foi de 15.557, tendo-se verificado uma diminuição de 5,4% em relação ao ano anterior. A frequência média diária foi de 43 urgências.

### 6.2.6. HOSPITAL DE DIA

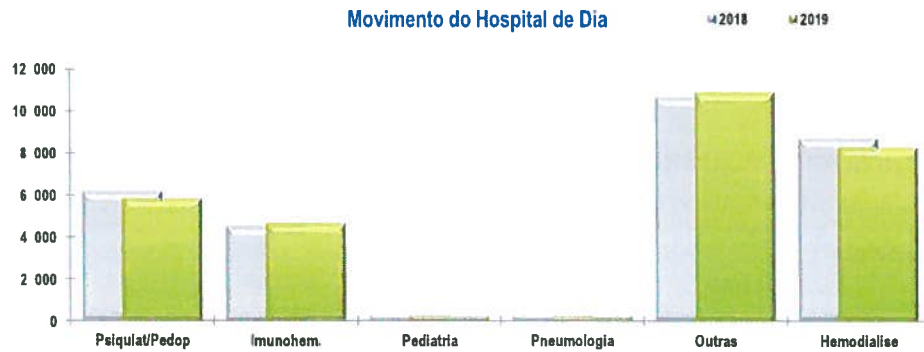
#### HOSPITAL DE DIA

	2018	2019	Δ%
<b>Sessões (não inclui diálise e quimio)</b>	<b>22 045</b>	<b>22 245</b>	<b>0,9%</b>
<b>Psiquiatria</b>	<b>3 980</b>	<b>3 578</b>	<b>-10,1%</b>
<b>Pedopsiquiatria</b>	<b>2 190</b>	<b>2 262</b>	<b>3,3%</b>
<b>Imunohemoterapia</b>	<b>4 512</b>	<b>4 643</b>	<b>2,9%</b>
<b>Pediatria</b>	<b>237</b>	<b>239</b>	<b>0,8%</b>
<b>Pneumologia</b>	<b>230</b>	<b>219</b>	<b>-4,8%</b>
<b>Outras</b>	<b>10 684</b>	<b>10 932</b>	<b>2,3%</b>
<i>Cardiologia</i>	137	151	10,2%
<i>Cardiologia Pediátrica</i>	38	145	281,6%
<i>Espec Médicas</i>	1 686	1 547	-8,2%
<i>Gastroenterologia</i>	1 057	1 153	9,1%
<i>Reumatologia</i>	667	767	15,0%
<i>Neurologia</i>	970	1 140	17,5%
<i>Oncologia (Sessões que não geram GDH Médicos de Ambulatório)</i>	4 885	4 990	2,1%
<i>Cirurgia Geral</i>	22	23	4,5%
<i>Anestesia/Dor</i>	3	5	
<i>Estudos Clínicos</i>	230	223	-3,0%
<i>Hematologia</i>	989	697	-29,5%
<i>Imunoalergologia</i>	0	91	
<b>Infeciologia</b>	<b>212</b>	<b>372</b>	<b>75,5%</b>
<b>Hemodiálise</b>	<b>8 719</b>	<b>8 301</b>	<b>-4,8%</b>

O total de sessões em Hospital de Dia apresentou em 2019 um ligeiro aumento de 0,9% em relação ao período homólogo. De referir os acréscimos verificados nas sessões de hospital de dia de Neurologia (17,5%), Reumatologia (15,0%), Cardiologia (10,2%), Gastroenterologia (9,1%) e Pedopsiquiatria (3,3%). De entre as especialidades que registaram uma redução de produção, destacam-se a Hematologia (-29,5%), Psiquiatria (-10,1%), Especialidades Médicas (-8,2%) e Pneumologia (-4,8%).

O número de sessões de Hemodiálise realizadas em 2019 ascendeu a 8.301, apresentando uma diminuição de produção de 4,8% em relação ao período homólogo.

*[Handwritten signatures and initials]*



### 6.2.7. GDH'S MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

Os GDH's Médicos de Ambulatório, no global, apresentaram, face ao período homólogo, um aumento de produção de 4,5%.

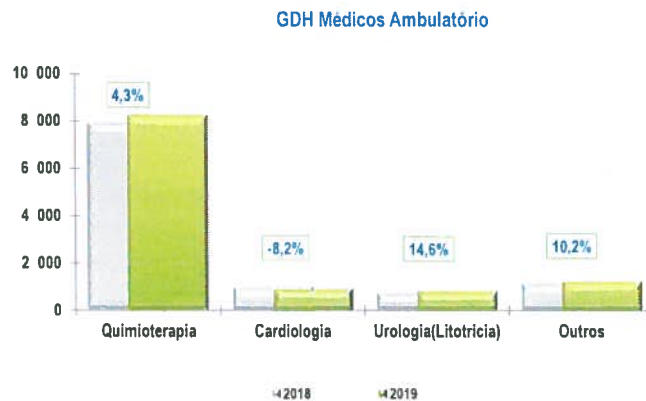
Em termos homólogos, os GDH's de Oncologia/quimioterapia registaram um acréscimo de 4,3% e a produção de GDH's de outra atividade, apresentou um aumento de 4,9%.

#### GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2018*	2019**	Δ%
<b>TOTAL</b>	<b>10 802</b>	<b>11 284</b>	<b>4,5%</b>
<b>Quimioterapia</b>	<b>7 932</b>	<b>8 274</b>	<b>4,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>2 870</b>	<b>3 010</b>	<b>4,9%</b>
Cardiologia	1 002	920	-8,2%
Urologia(Litotricia)	718	823	14,6%
Outros	1 150	1 267	10,2%

\* N.º GDHs de 2018 atualizados

\*\* Valor estimado



## 6.2.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

### EXAMES PRINCIPAIS

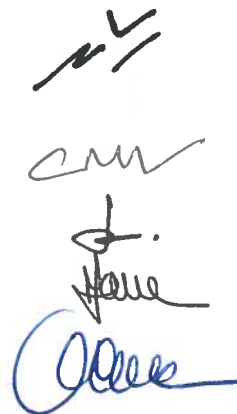
#### MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

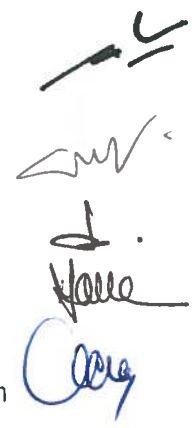
Especialidades	2018*	2019	Δ%
<b>Imagiologia</b>			
Radiologia Convencional	140 032	144 006	2,8%
TAC Corpo	40 503	46 117	13,9%
RM Corpo	5 769	8 009	38,8%
Ecografia	29 085	27 691	-4,8%
Mamografia	2 435	2 326	-4,5%
<b>Neurorradiologia</b>	<b>13 022</b>	<b>13 036</b>	<b>0,1%</b>
TAC	7 229	7 119	-1,5%
Angiografia	1 199	1 091	-9,0%
RM	4 594	4 826	5,1%
<b>Patologia Clínica (análises)</b>	<b>3 087 958</b>	<b>3 225 928</b>	<b>4,5%</b>
<b>Anatomia Patológica</b>	<b>22 159</b>	<b>22 978</b>	<b>3,7%</b>
<b>Imuno Hemoterapia</b>			
Testes Laboratoriais	301 313	297 676	-1,2%
Unidades transfundidas	11 388	10 893	-4,3%
<b>Medicina Física e Reabilitação</b>	<b>263 342</b>	<b>233 003</b>	<b>-11,5%</b>
<b>Técnicas Gastroenterológicas</b>	<b>12 161</b>	<b>12 621</b>	<b>3,8%</b>
<b>Técnicas Peumológicas</b>	<b>9 879</b>	<b>10 667</b>	<b>8,0%</b>
<b>Técnicas Cardiológicas</b>	<b>68 092</b>	<b>61 980</b>	<b>-9,0%</b>
<b>Obstetrícia/Ginecologia</b>	<b>10 794</b>	<b>8 560</b>	<b>-20,7%</b>
<b>Medicina Nuclear</b>	<b>3 610</b>	<b>3 967</b>	<b>9,9%</b>
<b>Técnicas Neurológicas</b>	<b>2 511</b>	<b>3 013</b>	<b>20,0%</b>
<b>Técnicas Oftalmológicas</b>	<b>42 195</b>	<b>39 019</b>	<b>-7,5%</b>
<b>Técnicas de ORL</b>	<b>10 543</b>	<b>10 127</b>	<b>-3,9%</b>
<b>Técnicas Urológicas</b>	<b>4 543</b>	<b>6 381</b>	<b>40,5%</b>
<b>Técnicas Reumatologia</b>	<b>5 437</b>	<b>7 741</b>	<b>42,4%</b>
<b>Técnicas de Dermatologia</b>	<b>3 702</b>	<b>3 184</b>	<b>-14,0%</b>

\* Produção de 2018 atualizada

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se os acréscimos verificados em:

- Exames de Imagiologia, nomeadamente RM Corpo (38,8%) e TAC Corpo (13,9%);
- Técnicas Reumatologia (42,4%);
- Técnicas Urológicas (40,5%);
- Técnicas Neurológicas (20,0%).





### 6.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

#### 6.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

No exercício de 2019, os Rendimentos Totais registaram um acréscimo de 10,9%, passando de 206,6 em 2018 para 229,2 milhões de euros.

Os Gastos Totais, em 2019, ascenderam os 256,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 5,7% em relação a 2018.

#### SÍNTESE DE INDICADORES

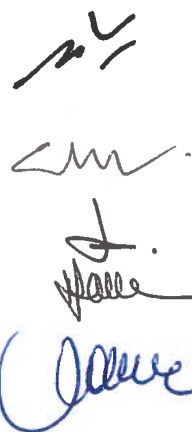
( euros )			
SITUAÇÃO ECONÓMICA	2018	2019	Δ%
Rendimentos Totais	206 562 549	229 168 338	<b>10,9%</b>
Gastos Totais	242 756 598	256 547 950	<b>5,7%</b>
Gastos Operacionais	242 701 399	256 529 479	<b>5,7%</b>
EBITDA	-28 897 615	-20 240 162	<b>30,0%</b>
Resultados Operacionais	-36 138 849	-27 614 836	<b>23,6%</b>
Resultado Líquido	-36 224 566	-27 410 753	<b>24,3%</b>

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos rendimentos sintetiza-se no quadro seguinte:

#### RENDIMENTOS

( euros )			
Rubrica	2018	2019	Δ%
Impostos Taxas e Contribuições	3 411 328	3 527 247	<b>3,4%</b>
Prestação de Serviços	182 268 611	190 037 153	<b>4,3%</b>
Transferencias e subsidios correntes obtidos	16 429 781	31 007 424	<b>88,7%</b>
Reversoes	24 945	1 643 922	<b>6490,1%</b>
Outros rendimentos e ganhos	4 427 884	2 952 592	<b>-33,3%</b>
<b>RENDIMENTOS TOTAIS</b>	<b>206 562 549</b>	<b>229 168 338</b>	<b>10,9%</b>

Os Rendimentos totais em 2019 ascenderam a 229,2 milhões de euros e registaram um acréscimo de 10,9% face a 2018. Esse acréscimo resulta, essencialmente, do aumento do valor atribuído de custos de contexto, na ordem de 30,4 milhões de euros, que se encontram registados na rúbrica Transferências e subsidios correntes obtidos.



Tendo em consideração a Adenda AM 2019, o grau de cumprimento do Contrato Programa situou-se na ordem de 97%, as principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial apresentam uma grande consistência face a anos anteriores, ao nível do n.º de Doentes Saídos, Consultas e Cirurgias efetuadas, respondendo de uma forma adequada às solicitações da área de influência.

No que se refere à evolução dos Gastos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

### GASTOS

Rubrica	(euros)		
	2018	2019	Δ%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	84 335 386	88 259 914	4,7%
Fornecimentos e serviços externos	31 439 187	32 977 861	4,9%
Gastos com o pessoal	117 225 061	127 595 267	8,8%
Gastos de depreciação e de amortização	7 241 234	7 374 673	1,8%
Perdas por imparidade	1 232 199	12 865	-99,0%
Provisões do período	934 732	0	-100,0%
Outros gastos e perdas	292 602	304 919	4,2%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	56 197	22 450	-60,1%
<b>GASTOS OPERACIONAIS</b>	<b>242 701 399</b>	<b>256 529 479</b>	<b>5,7%</b>
<b>GASTOS TOTAIS</b>	<b>242 756 598</b>	<b>256 547 950</b>	<b>5,7%</b>

Os Gastos Operacionais totalizaram 256,5 milhões de euros e registaram um aumento de 5,7% face ao exercício anterior.

A evolução dos Gastos de Depreciação e Amortização registaram um aumento de 1,8 % e passaram de 7,2 para 7,4 milhões de euros.

A conjugação dos Rendimentos e Gastos conduz aos seguintes agregados de resultados:

### RESULTADOS

	(euros)		
	2018	2019	Δ%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento (EBITDA)	-28 897 615	-20 240 162	30,0%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)	-36 138 849	-27 614 836	23,6%
Imposto sobre o Rendimento	30 518	31 142	2,0%
Resultado Líquido do Período	-36 224 566	-27 410 753	24,3%

O EBITDA apesar ainda se situar em valores negativos apresenta uma evolução favorável, passando de 28,9 para 20,2 milhões de euros negativos em 2019. O Resultado Operacional de 27,6 milhões de euros

negativos e o Resultado Líquido de 27,4 milhões de euros negativos, apresentam também, uma evolução favorável face ao exercício anterior.

Análise dos principais agregados de custos:

### CONSUMOS

Rubrica	(euros)		
	2018	2019	Δ%
Produtos Farmacêuticos	52 414 725	54 360 424	3,7%
Material Consumo Clínico	30 690 962	32 484 882	5,8%
Material Consumo Hoteleiro	505 737	658 385	30,2%
Material Consumo Administrativo	378 964	406 556	7,3%
Material Manutenção Conserv.	314 249	322 635	2,7%
Outro Material de Consumo	-86	0	-100,0%
Alimentação - géneros para confeccionar	30 836	27 033	-12,3%
<b>TOTAL</b>	<b>84 335 386</b>	<b>88 259 914</b>	<b>4,7%</b>

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu a 88,3 milhões de euros, registando um acréscimo de 4,7% em relação a 2018. Este aumento é essencialmente motivado pelos gastos incorridos com Produtos Farmacêuticos e do Material de Consumo Clínico, que registaram um aumento de 3,7% e 5,8% respetivamente.

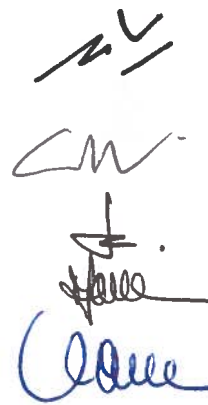
Do total de materiais consumidos, a rubrica Produtos Farmacêuticos representa 62% e o Material de Consumo Clínico representa 37%.

### CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Rubrica	(euros)		
	2018	2019	Δ%
Medicamentos	48 098 803	49 872 131	3,7%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	4 287 406	4 456 548	3,9%
Outros Produtos Farmacêuticos	28 516	31 745	11,3%
<b>TOTAL</b>	<b>52 414 725</b>	<b>54 360 424</b>	<b>3,7%</b>

O consumo nos Medicamentos apresentou um acréscimo de 3,7% ascendendo a 54,4 milhões de euros. Este acréscimo deve-se aos gastos ocorridos em consequência do alargamento da dispensa de medicamentos e à contínua introdução de medicamentos inovadores respeitante ao tratamento a doentes oncológicos que registaram aumentos na ordem de 15%, face ao período homólogo.

*[Handwritten signatures and initials]*



### CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)			
Rubrica	2018	2019	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	418 478	408 617	-2,4%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	2 050 631	2 142 055	4,5%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	12 449 163	13 469 878	8,2%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	236 961	230 318	-2,8%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	483 097	526 028	8,9%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	10 377 026	11 220 953	8,1%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1 302 424	1 378 940	5,9%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	3 373 182	3 108 092	-7,9%
<b>TOTAL</b>	<b>30 690 962</b>	<b>32 484 882</b>	<b>5,8%</b>

O Material de Consumo Clínico apresentou um aumento de 5,8% em relação ao período homólogo, como referido. Para este aumento contribuiu, principalmente, o incremento de 8,2% em Material de Tratamento e de 8,1% em Próteses.

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)			
Rubrica	2018	2019	Δ%
Subcontratos e Concessões de serviços	8 047 726	7 530 439	-6,4%
Serviços Especializados	15 217 144	16 617 938	9,2%
Materiais de Consumo	10 640	10 221	-3,9%
Energia e Fluidos	3 331 846	3 528 959	5,9%
Deslocações, Estadas e Transporte	1 102 477	1 077 958	-2,2%
Serviços Diversos	3 729 355	4 212 347	13,0%
<b>TOTAL</b>	<b>31 439 187</b>	<b>32 977 861</b>	<b>4,9%</b>

Representando cerca de 13% dos Gastos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 4,9%, passando de 31,4 para cerca de 33 milhões de euros em 2019. Esta evolução desfavorável da despesa no recurso ao exterior é, fundamentalmente, reflexo do aumento de 9,2% nos Serviços especializados.

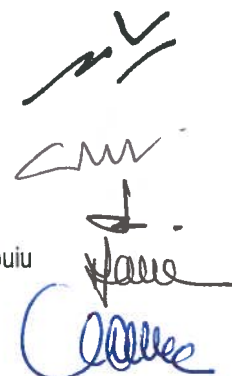
*[Handwritten signatures and initials]*

## SUBCONTRATOS E CONCESSÕES DE SERVIÇOS

Rubrica	(euros)		
	2018	2019	Δ%
<b>Meios complementares de diagnóstico</b>	<b>1 899 777</b>	<b>2 330 054</b>	<b>22,6%</b>
Patologia clínica	558 234	556 749	-0,3%
Anatomia patológica	20 460	28 372	38,7%
Imagiologia	529 880	753 307	42,2%
Radiologia Convencional	14	960	6758,6%
Tomografia Axial Computrizada	81 711	140 895	72,4%
Ecografia	58 728	91 852	56,4%
Ressonância Magnética	226 925	472 061	108,0%
Mamografia	0	0	-
Outros	162 502	47 538	-70,7%
Cardiologia	124	90	-27,5%
Medicina nuclear	317 555	387 055	21,9%
Gastrenterologia	67 878	85 699	26,3%
Pneumologia/Imunoalergologia	7 763	16 197	108,6%
Outros Meios de Diagnóstico	397 884	502 585	26,3%
Otorrinolaringologia	0	56	-
Neurofisiologia	84 411	89 101	5,6%
Urologia	151	242	60,9%
Outros	313 322	413 185	31,9%
<b>Meios complementares de terapêutica</b>	<b>2 240 828</b>	<b>2 232 208</b>	<b>-0,4%</b>
Oxigenoterapia	890 555	888 850	-0,2%
Unidades terapêuticas de sangue	1 349 734	1 329 126	-1,5%
Outros Meios Comp. de terapêutica	539	14 232	2541,0%
<b>Internamentos</b>	<b>3 440 610</b>	<b>2 504 532</b>	<b>-27,2%</b>
<b>Contratos e acordos</b>	<b>185469,95</b>	<b>150 066</b>	<b>-19,1%</b>
<b>Outros subcontratos</b>	<b>281 041</b>	<b>313 579</b>	<b>11,6%</b>
Assistência ambulatória	281 041	313 579	11,6%
<b>TOTAL</b>	<b>8 047 726</b>	<b>7 530 439</b>	<b>-6,4%</b>

Este agregado apresenta um decréscimo de 6,4 % em relação ao ano de 2018, fundamentalmente em consequência da diminuição da rubrica Internamento (-27,2%). De referir que, esta redução é essencialmente consequência de acertos de especialização efetuados numa das rubricas que a compõem, nomeadamente o SIGIC, já que o recurso ao Internamento exterior registou um acréscimo (+10,2%).

Os Meios Complementares de Diagnóstico registaram um acréscimo de 22,6%, fundamentalmente, derivado a um maior recurso a exames de Imagiologia, nomeadamente Ressonância Magnética. Os Meios

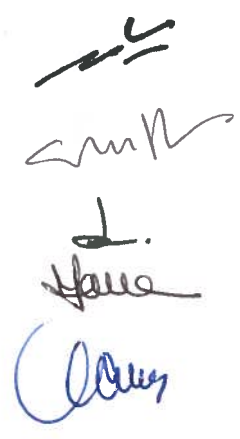


Complementares de Terapêutica apresentaram um ligeiro decréscimo de 0,4%. Para o efeito, contribuiu principalmente a redução na despesa com Unidades terapêuticas de sangue.

## SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Rubrica	2018	2019	Δ%
<b>Trabalhos Especializados</b>	<b>8 166 824</b>	<b>9 018 370</b>	<b>10,4%</b>
Estudos Pareceres e Consultoria jurídica	58 929	122 657	108,1%
Projectos e serviços de informática	255 967	254 731	-0,5%
Formação ao pessoal	0	7 335	-
Outros trabalhos especializados	7 851 927	8 633 647	10,0%
Serviços técnicos de recursos humanos	2 522 192	3 199 844	26,9%
Serviços Médicos prestados por empresas serviços médicos	2 126 831	2 776 911	30,6%
Outros serviços técnicos de RH	395 361	422 932	7,0%
Serviços de Alimentação	2 063 366	2 252 087	9,1%
Serviços de Lavandaria	693 767	817 671	17,9%
Outros	2 572 602	2 364 045	-8,1%
<b>Publicidade, comunicação e imagem</b>	<b>8 906</b>	<b>16 490</b>	<b>85,1%</b>
<b>Vigilância e Segurança</b>	<b>1 003 616</b>	<b>1 101 564</b>	<b>9,8%</b>
<b>Honorários</b>	<b>778 978</b>	<b>535 600</b>	<b>-31,2%</b>
Contratos individuais de tarefa	672 320	443 457	-34,0%
Contratos individuais por avença	58 799	59 023	0,4%
Apoio Judiciario	15 221	0	-100,0%
Outros honorários	32 637	33 120	1,5%
Serviços Médicos	950	0	-100,0%
Outros	31 687	33 120	4,5%
<b>Conservação e Reparação</b>	<b>5 258 820</b>	<b>5 945 914</b>	<b>13,1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15 217 144</b>	<b>16 617 938</b>	<b>9,2%</b>

Os Serviços especializados apresentaram um acréscimo de 9,2% face a 2018. Este aumento é consequência do acréscimo de 10,4% registado nos trabalhos especializados, nomeadamente na rubrica de Serviços médicos prestados por empresas (+30,6%) e de 13,1% na conservação e reparação.



### ENERGIA E FLUIDOS

Rubrica	(euros)		
	2018	2019	Δ%
Eletricidade	1 875 980	1 913 749	2,0%
Combustíveis e lubrificantes	585 859	821 571	40,2%
Água	846 107	793 638	-6,2%
Outros	23 901	0	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>3 331 846</b>	<b>3 528 959</b>	<b>5,9%</b>

Energias e Fluidos registaram um aumento de 5,9%, passando de 3,3 para 3,5 milhões de euros. Para o efeito, destaca-se o aumento de 40,2% na rubrica Combustíveis e lubrificantes em consequência da faturação da cogeração em 2019, quando em 2018 apenas abrangeu parcialmente o ano.

### GASTOS COM PESSOAL

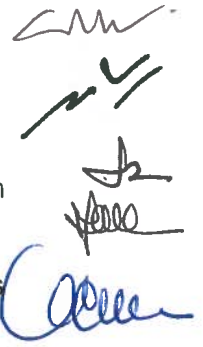
Rubrica	(euros)		
	2018	2019	Δ%
Remunerações Órgãos Sociais e de gestão	461 171	457 096	-0,9%
Remunerações Base do Pessoal	65 910 000	69 779 424	5,9%
Subsídios de Férias e Natal	11 550 149	12 445 956	7,8%
Despesas de representação	39 402	45 767	16,2%
Subsídio de refeição	3 886 905	4 091 816	5,3%
Abonos variáveis ou eventuais	12 776 228	16 016 815	25,4%
Benefícios pós emprego	66 848	102 629	53,5%
Encargos sobre Remunerações	21 548 466	23 554 334	9,3%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	515 781	536 037	3,9%
Gastos de ação social	0	0	-
Outros gastos com Pessoal	470 112	565 391	20,3%
<b>TOTAL</b>	<b>117 225 061</b>	<b>127 595 267</b>	<b>8,8%</b>

As Despesas com o Pessoal que representam 49,7% dos Gastos Totais registaram um aumento de 8,8% e ascenderam a 127,6 milhões de euros.

Destaca-se a evolução homóloga das rubricas de maior peso:

- **Remunerações Base de Pessoal** verificou um acréscimo de 5,9%. Esta evolução desfavorável é justificada fundamentalmente:

1. Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. al. a), n.º1, art.º 18º da LOE para 2018, sendo os acréscimos remuneratórios faseados em



2019, 50% de 01 de janeiro até final de abril, 75% de 01 de maio até final de novembro e 100% em dezembro;

2. Progressão após aplicação do SIADAP referente ao biénio 2017/2018, aos funcionários públicos dos vários grupos profissionais do CHLO, com efeitos a janeiro de 2019;
3. Custo com a transição dos vários grupos de pessoal, nomeadamente, Farmacêuticos em dezembro de 2018, Enfermeiros em junho de 2019 e TSDT's em fevereiro de 2019, para as novas carreiras com o respetivo acréscimo dos valores base das respetivas carreiras;
4. Atribuição de 1,5 por ano, na carreira de enfermagem, conforme circular nº 2/2019 da ACSS, que levou a uma recontagem dos pontos e a consequente progressão de mais enfermeiros;
5. Aumento do Ordenado mínimo com efeitos a janeiro de 2019 passando de 580 euros para 635 euros mensais;
6. Pela imprescindibilidade em assegurar a prestação de cuidados e para não comprometer a qualidade e segurança dos mesmos, foram contratados ao longo do ano 2019 cerca de 95 profissionais para fazer face ao plano de contingência de inverno e a passagem às 35H/semanais dos restantes profissionais em Contrato Individual de Trabalho.

- **Abonos variáveis ou eventuais** registaram acréscimo de 25,4%, realçando-se neste agregado o aumento do Trabalho Extraordinário de 5,4% (6,3% em Horas extraordinárias e 2,0% em Prevenções), o aumento de 61,8% na rúbrica Noites e Suplementos e de 39,4% na rúbrica SIGIC. Estes aumentos justificam-se:

1. Acréscimo do valor Hora com impacto na rubrica Horas extraordinárias e noites e suplementos devido à integração do suplemento de Enfermeiro Especialista na remuneração base;
2. Aumento do valor hora com impacto na rúbrica noites e suplementos e horas extra consequência do aumento do ordenado mínimo;
3. Desbloqueamento total do Dec. Lei 62/79, em dezembro de 2018, com efeito direto sobre o custo das horas suplementares e horas extra;
4. Pagamento aos profissionais para a realização de produção adicional.

- **Encargos sobre remunerações** que registaram um acréscimo de 9,3% em relação a 2018 como consequência das situações acima descritas.

### ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

Rubrica	(euros)		
	2018	2019	Δ%
1 - Ordenados e Salários	66 371 171	70 236 521	5,8%
2 - Horas Extraordinárias	5 613 467	5 967 747	6,3%
3 - Prevenções	1 596 664	1 628 604	2,0%
4 - Noites e Suplementos	3 936 011	6 369 001	61,8%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	11 146 141	13 965 352	25,3%
<b>% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)</b>	<b>16,8%</b>	<b>19,9%</b>	

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares (Decreto Lei 62/79) ascenderam a cerca de 14 milhões de euros e registaram um acréscimo de 25,3 %. A despesa na rubrica Noites e Suplementos foi a que mais contribuiu para este acréscimo, registando um aumento de 61,8% em relação a 2018.

*[Handwritten signatures and initials]*

## DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

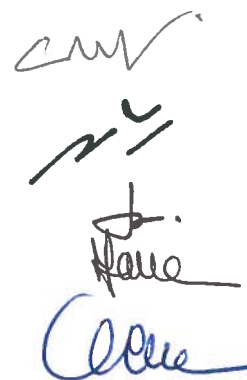
Rubrica	2018	2019	Δ%
<b>1 - Ordenados e Salários</b>	<b>66 371 171</b>	<b>70 236 521</b>	<b>5,8%</b>
Médicos	28 481 944	29 115 788	2,2%
Enfermeiros	20 464 374	22 163 903	8,3%
Outro Pessoal <sup>(a)</sup>	17 424 854	18 956 830	8,8%
<b>2 - Horas Extraordinárias</b>	<b>5 613 467</b>	<b>5 967 747</b>	<b>6,3%</b>
Médicos	4 768 631	4 666 920	-2,1%
Enfermeiros	244 993	457 600	86,8%
Outro Pessoal	599 843	843 226	40,6%
<b>3 - Prevenções</b>	<b>1 596 664</b>	<b>1 628 604</b>	<b>2,0%</b>
Médicos	936 752	904 977	-3,4%
Enfermeiros	398 480	417 800	4,8%
Outro Pessoal	261 432	305 827	17,0%
<b>4 - Noites e Suplementos</b>	<b>3 936 011</b>	<b>6 369 001</b>	<b>61,8%</b>
Médicos	703 364	1 122 380	59,6%
Enfermeiros	2 403 582	3 889 379	61,8%
Outro Pessoal	829 065	1 357 242	63,7%
<b>5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)</b>	<b>11 146 141</b>	<b>13 965 352</b>	<b>25,3%</b>
Médicos	6 408 746	6 694 277	4,5%
Enfermeiros	3 047 054	4 764 779	56,4%
Outro Pessoal	1 690 340	2 506 295	48,3%
<b>6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados</b>			
Médicos	<b>22,5%</b>	<b>23,0%</b>	
Enfermeiros	<b>14,9%</b>	<b>21,5%</b>	
Outro Pessoal	<b>9,7%</b>	<b>13,2%</b>	

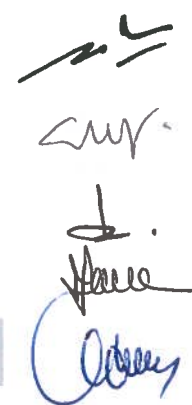
(a) Inclui Remunerações Órgãos Sociais e de gestão

Com maior peso nos gastos com Horas Extraordinárias, o grupo profissional dos médicos auferiu cerca de 78% do seu valor total, no entanto, são os grupos de Enfermagem e Outro pessoal que registaram um aumento de cerca de 87% e 41% respetivamente, contribuindo para o acréscimo de 6,3% face ao ano de 2018.

A rubrica Prevenções regista um aumento de 2,0% em relação ao ano de 2018. Embora o encargo gerado pelos médicos atinja cerca de 56% do total despendido com este tipo de remuneração, foram os grupos de Enfermagem com um aumento de 4,8% e o Outro pessoal com um acréscimo de 17% que influenciaram este desvio desfavorável.

A rubrica Noites e Suplementos registou um aumento de cerca de 62% em relação a 2018 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge cerca de 61% do total deste tipo de remuneração.





## PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

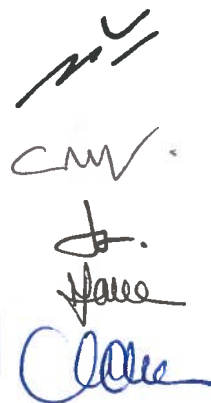
(euros)

Rubrica	2018	2019	Δ%
<b>SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa)</b>	<b>174 770 035</b>	<b>182 204 500</b>	<b>4,3%</b>
Produção	163 363 008	168 004 517	2,8%
Produção	158 439 457	163 582 020	3,2%
Medicamentos	4 462 160	3 841 739	-13,9%
Sistema de Apoio de Ajudas Técnicas (SAPA)	252 147	174 964	-30,6%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados	209 244	405 795	93,9%
Outras Prestações de Serviços	11 407 027	14 199 982	24,5%
Internato Médico	3 241 336	3 481 096	7,4%
Incentivos Institucionais	8 165 691	10 718 886	31,3%
<b>Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)</b>	<b>580 223</b>	<b>433 271</b>	<b>-25,3%</b>
<b>Outras entidades responsáveis</b>	<b>6 918 353</b>	<b>7 399 382</b>	<b>7,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>182 268 611</b>	<b>190 037 153</b>	<b>4,3%</b>

O Total de Prestações de Serviços e Concessões registou um acréscimo de 4,3% face ao ano anterior, ascendendo a 190,0 milhões de euros.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2019, incluindo o valor de Custos de contexto de 30,4 milhões de euros, ascendeu a 219,7 milhões de euros.

A valorização associada ao Contrato Programa em 2019 (incluindo custos de contexto) ascendeu a 212,6 milhões de euros, representando um aumento de 11,5% face a 2018.



## PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

Rubrica	2018	2019	Δ%
Internamento	68 615 462	69 396 080	1,1%
Consulta	31 247 115	31 174 416	-0,2%
Urgências	14 581 850	14 911 890	2,3%
GDH Ambulatorio	20 129 476	21 257 058	5,6%
Hospital de dia	1 309 370	1 172 608	-10,4%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	5 895 659	5 838 571	-1,0%
Outras prestações de serviços de saúde	39 909 457	45 853 259	14,9%
Serviço domiciliário	10 412	9 804	-5,8%
Programas de Gestão de Doença Crónica	23 405 100	27 074 963	15,7%
Saúde Sexual e Reprodutiva	148 560	145 744	-1,9%
Rendimentos Incentivos	8 165 691	10 718 886	31,3%
Medicamentos de Cedência em ambulatório	4 462 160	3 841 739	-13,9%
Internos	3 241 336	3 481 096	7,4%
Outras prestações de serviços	476 197	581 027	22,0%
Sistema de Apoio de Ajudas Técnicas (SAPA)	252 147	174 964	-30,6%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados	209 244	405 795	93,9%
Outras prestações de serviços	14 806	268	-98,2%
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	580 223	433 271	-25,3%
<b>TOTAL</b>	<b>182 268 611</b>	<b>190 037 153</b>	<b>4,3%</b>

Nas Prestações de Serviços e Concessões, que representam cerca de 83% do total de Rendimentos, destacam-se o peso da atividade do Internamento com cerca de 37%, da Consulta com 16,5% e dos Programas de Gestão de Doença Crónica com 14,2% no total da Prestação de Serviços do CHLO.

### 6.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

#### RUBRICAS DO BALANÇO

	2018	2019	Δ%
Ativo Não Corrente	53 516 429	56 153 377	<b>4,9%</b>
Ativo Corrente	83 191 094	90 788 539	<b>9,1%</b>
Total Activo	136 707 523	146 941 916	<b>7,5%</b>
Patrimonio Liquido	-70 058 676	-38 261 620	<b>45,4%</b>
Passivo Não Corrente	7 373 616	6 840 982	<b>-7,2%</b>
Passivo Corrente	199 392 583	178 362 554	<b>-10,5%</b>
Total do Passivo	206 766 199	185 203 536	<b>-10,4%</b>
Total Passivo + Patrimonio Liquido	136 707 523	146 941 916	<b>7,5%</b>

(euros)

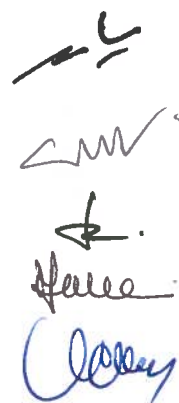
O Ativo Não Corrente atingiu em 2019 o montante de 56,2 milhões de euros, registando um aumento de 4,9% relativamente a 31 de dezembro de 2018. Esta evolução é consequência do aumento de investimento.

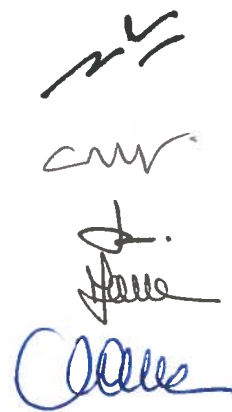
O Ativo Corrente atingiu em 2019 o montante de 90,8 milhões de euros, registando um aumento de 9,1%, relativamente ao ano anterior, em consequência da redução das provisões, aumentos das disponibilidades e de créditos a receber de terceiros.

O Passivo Não Corrente ascendeu em 2019 o montante de 6,8 milhões de euros, registando um decréscimo de 7,2% face ao ano transato. Esta evolução foi derivada da redução das provisões.

O Passivo Corrente em 2019 de 178,4 milhões de euros registou uma redução de 10,5% relativamente a 2018. Esta evolução foi, essencialmente, resultado do pagamento a fornecedores através da entrada de fundos utilizados para esse efeito e consequentemente para cobertura de prejuízos.

O Património Liquido, apesar de ainda apresentar valores negativos, registou uma evolução favorável em relação aos valores de 2018, passando de -70,1 para -38,3 milhões de euros em 2019. Esta evolução é fundamentalmente derivada de entradas de verbas que foram destinadas a cobertura de prejuízos de exercícios anteriores. O Total do Passivo também registou uma diminuição de 10,4% face ao ano transato.





## INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	2018	2019
<b>Rácios de Liquidez</b>		
. Liquidez Geral	41,72%	50,90%
. Liquidez Reduzida	37,30%	45,46%
. Liquidez Imediata	1,20%	2,22%
<b>Rácios de Estrutura Financeira</b>		
. Autonomia Financeira	-51,25%	-26,04%
. Solvabilidade	-33,88%	-20,66%
. Endividamento	151,25%	126,04%
<b>Prazo médio (dias)</b>		
. Pagamento	360	225

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- O rácio de Liquidez Geral apresentou uma melhoria refletindo um aumento do ativo corrente sobre o passivo corrente;
- A situação de tesouraria registou uma melhoria refletida no indicador de liquidez reduzida. Contudo, persistem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os compromissos de curto prazo;
- A Liquidez Imediata, embora com uma ténue variação positiva face ao período homólogo, continua a revelar claramente que os meios monetários disponíveis não são suficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- O rácio da Autonomia Financeira apresenta uma evolução favorável, no entanto, continua a revelar uma debilidade do capital próprio, insuficiente de financiar o Ativo e apresentando um situação líquida negativa;
- A análise da solvabilidade revela que não existem ativos suficientes para liquidar o passivo corrente;
- O grau de endividamento evidencia alguma atenuação representando o passivo 126,04% do total do ativo em 2019 (151,25% em 2018);

*[Handwritten signatures and initials]*

### 6.3.2.1. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Os pagamentos em atraso no montante de 20,3 milhões de euros registam uma acentuada redução, face ao ano anterior, no montante de 19,4 milhões de euros. Esta diminuição foi consequência das entradas de capital para cobertura de prejuízos, bem como das verbas extraordinárias recebidas ao longo do ano para redução das dívidas em atraso.

O CHLO cumpre a obrigação trimestral de divulgação no sítio da internet da lista das dívidas superiores a 30 dias.

### 6.3.2.2. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

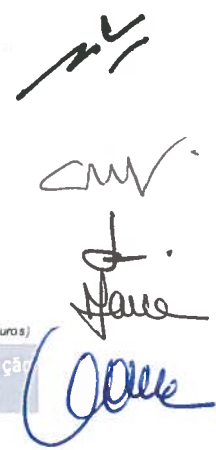
PMP	2019	2018	Var. 19/18	
			Var. Absol.	Var. (%)
Prazo (dias)	225	360	-135	-37,5%

Verificou-se uma redução de 135 dias. O Prazo Médio de Pagamentos passou de 360 dias em 2018 para 225 dias em 2019. Esta redução reflete as entradas de capital para cobertura de prejuízos, bem como as verbas extraordinárias recebidas ao longo do ano para redução das dívidas em atraso.

### 6.3.2.3. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2018 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

(euros)

Dividas Vencidas	0-90 dias	Valor das dividas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	23 026 180	8 005 302	8 872 077	1 127 341	2 659 123
Aquisições de Capital	292 895	0	5 355	313	6 304
<b>Total</b>	<b>23 319 075</b>	<b>8 005 302</b>	<b>8 877 432</b>	<b>1 127 654</b>	<b>2 665 427</b>

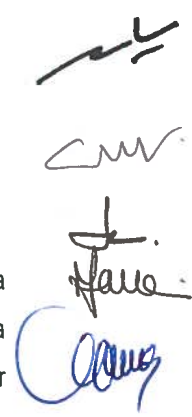


### 6.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Designação	Orçamento 2019	Real 2019	Taxa Execução (%)
<b>GASTOS</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	85 007 983	88 259 914	103,8%
Fornecimentos e serviços externos	31 442 435	32 977 861	104,9%
Gastos com o pessoal	120 242 037	127 595 267	106,1%
Gastos de depreciação e de amortização	8 609 336	7 374 673	85,7%
Perdas por imparidade	251 679	12 865	5,1%
Em contas a receber	219 573	0	0,0%
Em inventários	32 106	12 865	40,1%
Em investimentos financeiros	0	0	-
Provisões do período	0	0	-
Outros gastos e perdas	174 544	304 919	174,7%
Gastos e perdas em entidades controladas, associadas e empreend conjuntos	0	0	-
Gastos e perdas por juros e outros encargos	56 197	22 450	39,9%
Juros tributários	998	3 980	398,8%
Outros juros	0	0	-
<b>Total de Gastos</b>	<b>245 784 211</b>	<b>256 547 950</b>	<b>104,4%</b>
<b>RENDIMENTOS</b>			
Impostos, contribuições e taxas	2 495 491	3 527 247	141,3%
Vendas	0	0	-
Prestações de serviços e concessões	197 934 892	190 037 153	96,0%
Variações nos inventários da produção	0	0	-
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	30 595 597	31 007 424	101,3%
Reversões	23	1 643 922	7147488,5%
Em inventários	0	0	-
De provisões	23	532 634	2315799,2%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	11 661	-
Outros rendimentos e ganhos	4 387 695	2 940 748	67,0%
Descontos pp obtidos	87 245	257 492	295,1%
Rendimentos e ganhos em entidades controladas, associadas e empreend conjuntos	0	0	-
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	63	183	291,0%
Outros rendimentos similares	63	0	0,0%
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>235 413 761</b>	<b>229 168 338</b>	<b>97,3%</b>
<b>Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento (EBITDA)</b>	<b>-1 705 915</b>	<b>-20 240 162</b>	<b>8,4%</b>
<b>Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-10 315 251</b>	<b>-27 614 836</b>	<b>37,4%</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>		<b>31 142</b>	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-10 370 450</b>	<b>-27 410 753</b>	<b>37,8%</b>

Em 2019, o montante total de gastos, apesar do acentuado esforço no controlo e contenção de custos, apresentou uma taxa de execução de 104,4%.

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registaram um desvio desfavorável de 3,8% face ao previsto no Orçamento Económico resultado dos gastos incorridos com produtos farmacêuticos e material de consumo clínico que registaram um desvio 3,3% e 4,4% respetivamente.



A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou, face ao previsto no Orçamento Económico, uma taxa de execução de 104,9%. Este desvio desfavorável deve-se, fundamentalmente, ao acréscimo da despesa realizada com os Serviços Especializados do qual se referem os serviços médicos prestados por empresas cujo desvio desfavorável atingiu 30,6% e de 13,1% na conservação e reparação.

Os Gastos com pessoal registaram um desvio desfavorável de 6,1% em relação ao orçamentado essencialmente pelas medidas que ocorreram durante o ano, por imposição legal, e que não tinham sido consideradas no Orçamento para o ano de 2019.

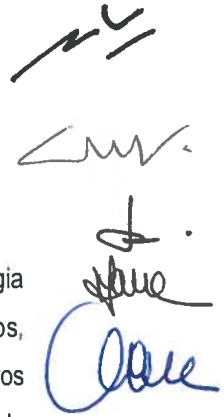
O Total do agregado Prestação de Serviços e Concessões correspondeu com uma execução de 96% tendo os Outros Ganhos contribuído com uma taxa de execução final de 104,4%.

### 6.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2019 ascendeu a cerca de 10 milhões de euros.

#### INVESTIMENTO

	2018		2019		Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
<b>Activo Fixo Tangível</b>	<b>5 496 856</b>	<b>67,9%</b>	<b>6 509 309</b>	<b>65,4%</b>	<b>18,4%</b>
Edifícios e Outras construções	51 424	0,6%	48 549	0,5%	-5,6%
Equipamento Básico	4 197 139	51,9%	5 353 782	53,8%	27,6%
Investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	1 693	0,0%	6 956	0,1%	310,9%
Médico-Cirúrgico	1 898 859	23,5%	2 075 923	20,9%	9,3%
de Imagiologia	1 577 301	19,5%	1 995 590	20,0%	26,5%
de Laboratório	56 128	0,7%	99 391	1,0%	77,1%
Mobiliário Hospitalar	342 507	4,2%	332 720	3,3%	-2,9%
Desinfecção e esterilização	20 625	0,3%	207 115	2,1%	904,2%
Outro	225 165	2,8%	314 052	3,2%	39,5%
Equip. e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	29 860	0,4%	9 589	0,1%	-67,9%
Equip. e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	30 640	0,4%	277 121	2,8%	804,4%
Equipamento e material de apoio à produção	14 361	0,2%	35 323	0,4%	146,0%
Equipamento de transporte	0	0,0%	184 087	1,8%	-
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0	0,0%	0	0,0%	-
Equipamento Administrativo	53 606	0,7%	82 704	0,8%	54,3%
Equipamento Informático	864 734	10,7%	455 609	4,6%	-47,3%
Outras	329 953	4,1%	384 579	3,9%	16,6%
<b>Investimento em Curso</b>	<b>2 569 629</b>	<b>31,8%</b>	<b>3 441 462</b>	<b>34,6%</b>	<b>33,9%</b>
<b>Activo Intangível</b>	<b>25 452</b>	<b>0,3%</b>	<b>4 428</b>	<b>0,0%</b>	<b>-82,6%</b>
Programas de computador	25 452	0,3%	4 428	0,0%	-82,6%
<b>TOTAL INVESTIMENTO</b>	<b>8 091 936</b>	<b>100,0%</b>	<b>9 955 199</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,0%</b>



Realçam-se os investimentos realizados em equipamento Médico-Cirúrgico, equipamento de Imagiologia onde se investiram montantes na ordem de 2,1 milhões de euros e de 2,0 milhões de euros, respectivamente. O investimento em equipamento Informático ascendeu a cerca de 0,5 milhões de euros em 2019 e as obras em curso registaram valores de 3,4 milhões de euros e correspondem a obras de manutenção e melhoramento de alas hospitalares dos três hospitais que compõem o CHLO.

#### 6.4. RECURSOS HUMANOS

Durante o ano de 2019, concluiu-se o descongelamento de carreiras da Administração Pública pela aplicação da Lei n.º 114/2017, Art.º 18 no CHLO e manteve-se uma política de ajustamento do mapa de pessoal, adequado às efetivas necessidades do Centro Hospitalar.

O Dec. Lei nº 84/2019 de 28 de junho (Dec. Lei de Execução Orçamental) no artigo 64º vem dar autonomia às entidades empregadoras empresariais, para celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituições de trabalhadores, temporariamente ausentes, bem como a celebração de contratos de trabalho sem termo para a substituição de trabalhadores que cessem funções a título definitivo.

De salientar o aumento dos encargos com pessoal em 2019, relativamente aos valores de 2018, justificados, essencialmente, pela continuação das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. al. a), nº1, art.º 18º da LOE para 2018, bem como a implementação de várias medidas por imposição legal que ocorreram durante o ano 2019 com implicação nos encargos com pessoal, nomeadamente, a transição dos vários grupos de pessoal, para as novas carreiras com o respetivo acréscimo dos valores base das respetivas carreiras e aumento do ordenado mínimo com efeitos a janeiro de 2019, entre outras.

##### 6.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No final do ano 2019, o CHLO tinha a exercer funções 4.247 trabalhadores, dos quais 1.062 são homens e 3.185 são mulheres, evidenciando-se uma predominância do sexo feminino (75%) em todos os grupos profissionais, com exceção do pessoal de Informática

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

**GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO\***

Grupos de Pessoal	2018				2019				Δ%			
	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	18	10		28	18	10		28	0%	0%		0,0%
Médico	243	311		554	231	333		564	-5%	7%		1,8%
Internato Médico	437			437	462			462	6%			5,7%
Téc. Sup. Saúde	17	25		42	14	26		40	-18%	4%		-4,8%
Téc. Superior	18	54		72	16	59		75	-11%	9%		4,2%
Enfermagem	430	883	28	1 341	432	968	24	1 424	0%	10%	-14%	6,2%
Informática	3	9		12	3	9		12	0%	0%		0,0%
Docente	2	1	1	4	2	1	1	4	0%	0%	0%	0,0%
Téc. Sup. Diag. Terap.	171	148	3	322	171	159	2	332	0%	7%	-33%	3,1%
Assistente Técnico	97	290		387	93	302		395	-4%	4%		2,1%
Assistente Operacional	318	532		850	297	611		908	-7%	15%		6,8%
Outro Pessoal		1	2	3		1	2	3		0%	0%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1 754</b>	<b>2 264</b>	<b>34</b>	<b>4 052</b>	<b>1 739</b>	<b>2 479</b>	<b>29</b>	<b>4 247</b>	<b>-1%</b>	<b>9%</b>	<b>-15%</b>	<b>4,8%</b>

\* Informação de acordo com o Balanço Social

Pela análise do quadro, verifica-se o aumento de profissionais ao serviço do CHLO, em efetividade de funções, apresentando o CHLO mais 195 elementos face ao período homólogo de 2018. Os grupos profissionais (sobretudo) responsáveis pelo aumento de efetivos são os Enfermeiros (+83) e os Assistentes Operacionais (+58). Este aumento do número de efetivos justifica-se pela necessidade de contratação de profissionais para colmatar o impacto da entrada em vigor do PNT de 35 horas e pela necessidade de uma resposta mais adequada, face ao acréscimo de atividade, designadamente em períodos de maior afluência, nomeadamente, o Serviço de Urgência e alguns Serviços de Internamento Médico, e às exigências, cada vez maiores, da qualidade assistencial. Tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos situa-se nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, representando 79,1% do total de profissionais do CHLO.

Pessoal Distribuído por tipo de vínculo 2018



Pessoal Distribuído por tipo de vínculo 2019



*[Handwritten signatures and initials]*

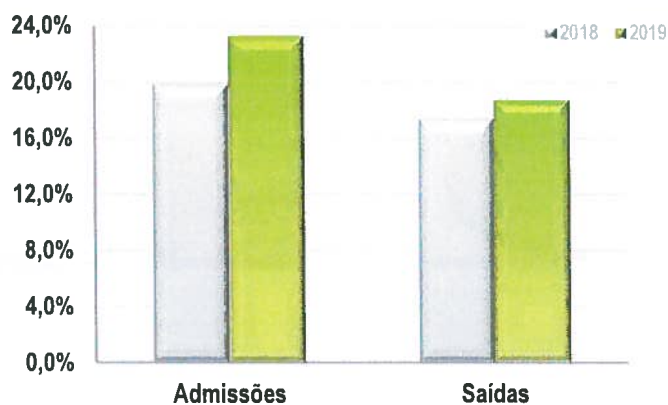
Quanto à natureza do vínculo, 1.739 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções públicas (40,9%) e 2.508 são abrangidos por outros tipos de vínculo nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes, a 59,1% dos efetivos.

### 6.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

#### MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2018	2019		2018	2019	
<b>Dirigente</b>		1		5	1	-80,0%
<b>Médico</b>	309	333	7,8%	330	368	11,5%
<b>Téc. Sup. Saúde</b>	1	6	500,0%	14	4	
<b>Téc. Superior</b>	21	4	-81,0%	14	7	-50,0%
<b>Enfermagem</b>	225	264	17,3%	241	347	44,0%
<b>Informática</b>		1			1	
<b>Docente</b>						
<b>Téc. Sup. Diag. Terap.</b>	25	25	0,0%	54	35	-35,2%
<b>Assistente Técnico</b>	26	25	-3,8%	39	33	-15,4%
<b>Assistente Operacional</b>	99	136	37,4%	110	194	76,4%
<b>Outro Pessoal</b>						
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>706</b>	<b>795</b>	<b>12,6%</b>	<b>807</b>	<b>990</b>	<b>22,7%</b>
<b>% Admissões</b>				<b>19,9%</b>	<b>23,4%</b>	<b>17,3%</b>
<b>% Saídas</b>	<b>17,4%</b>	<b>18,8%</b>	<b>7,7%</b>			



*[Handwritten signatures and initials]*

Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos que o número de saídas é menor (795) que o número de admissões (990), o que justifica o aumento de efetivos verificado ao longo do ano de 2019.

No que se refere a admissões, registou-se um aumento de 22,7%, relativamente a 2018, quanto às saídas verificou-se um acréscimo de 12,6% face ao período homólogo, com um total de 795 saídas.

### 6.4.3. ABSENTISMO

No ano de 2019, a taxa de absentismo apresenta uma diminuição face ao ano de 2018, apresentando um total de 92.999 dias de ausência, correspondente a um decréscimo de 5,8%.

A taxa de absentismo do CHLO em 2019 foi de 10%, face a 10,6% em 2018, correspondente a um decréscimo de 1.497 dias de ausência. Os grupos Médicos e Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica foram os que mais contribuíram para esta evolução, com uma taxa de absentismo de -7,8% e -15,3%, respetivamente, equivalente a -1.462 e -995 dias de ausência, respetivamente.

#### ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

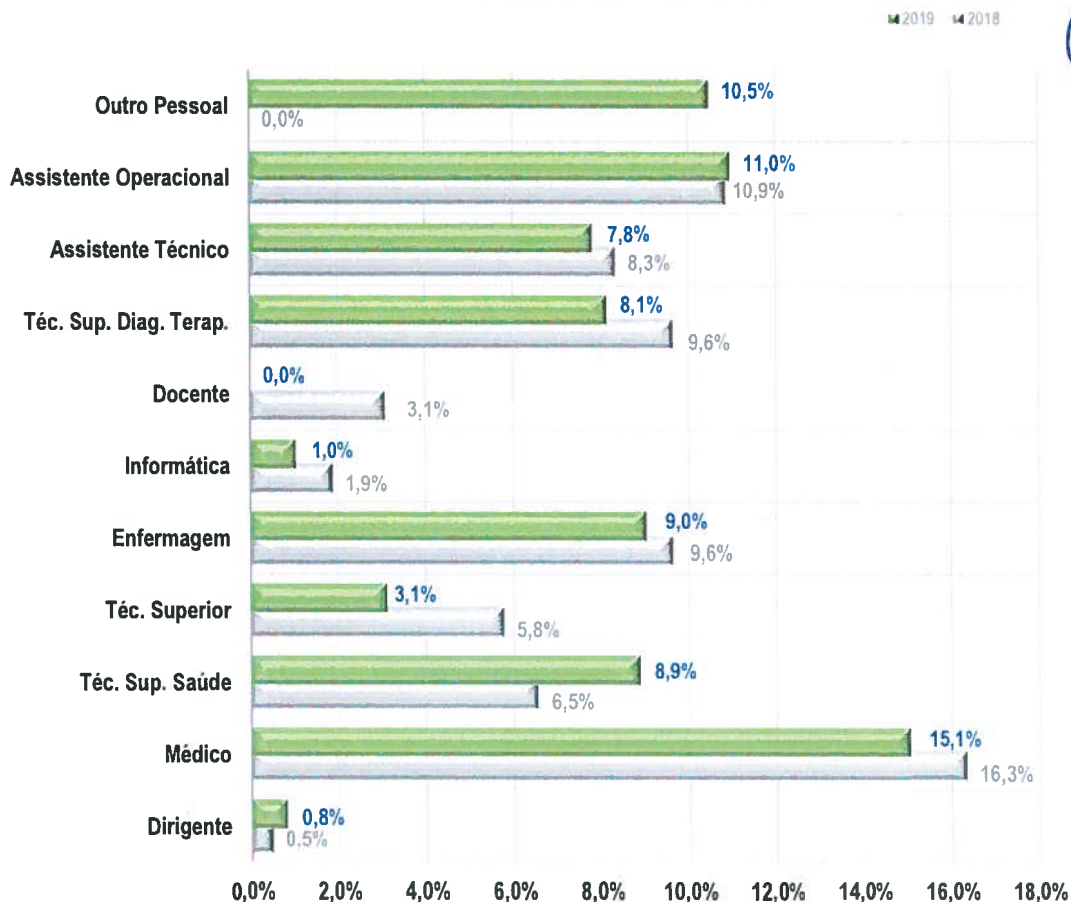
Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2018	2019	Δ%	2018	2019	Δ%
Dirigente	32	56	75,0%	0,5%	0,8%	75,7%
Médico	22 516	21 054	-6,5%	16,3%	15,1%	-7,8%
Téc. Sup. Saúde	684	881	28,8%	6,5%	8,9%	35,8%
Téc. Superior	1 034	580	-43,9%	5,8%	3,1%	-45,9%
Enfermagem	31 477	31 355	-0,4%	9,6%	9,0%	-6,2%
Informática	56	31	-44,6%	1,9%	1,0%	-44,4%
Docente	23		-100,0%	3,1%	0,0%	-100,0%
Téc. Sup. Diag. Terap.	7 658	6 663	-13,0%	9,6%	8,1%	-15,6%
Assistente Técnico	8 028	7 657	-4,6%	8,3%	7,8%	-6,2%
Assistente Operacional	22 988	24 696	7,4%	10,9%	11,0%	1,0%
Outro Pessoal	0	26	100,0%	0,0%	10,5%	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>94 496</b>	<b>92 999</b>	<b>-1,6%</b>	<b>10,6%</b>	<b>10,0%</b>	<b>-5,8%</b>

**Taxa de Absentismo =**

$N^{\circ} \text{ de Faltas} / (\text{Dias de Trabalho} * N^{\circ} \text{ de Efetivos}) * 100$

*[Handwritten signatures and initials]*

Taxa de Absentismo 2018/2019



Em 2019, os motivos de ausência que mais se destacam é a doença e a proteção na parentalidade, que representam 40,3% e 32,5% do total de faltas ao serviço, equivalente a 37.507 e 30.242 dias de ausência, respetivamente, claramente um indicador de uma população jovem, nomeadamente, no grupo profissional dos Enfermeiros.

A soma das ausências por doença e proteção na parentalidade correspondem a cerca de 72,8% do total de faltas em 2019 no CHLO.

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

### ABSENTISMO POR MOTIVO DE AUSÊNCIA

Motivo de ausência	2018	2019	Δ%
Casamento	1 020	1 101	7,9%
Protecção na parentalidade	31 234	30 242	-3,2%
Falecimento de familiar	867	843	-2,8%
Doença	36 299	37 507	3,3%
Por acidente de serviço ou doença prof	4 261	5 924	39,0%
Assistência a familiares	841	578	-31,3%
Trabalhador estudante	1 103	1 239	12,3%
Por conta do período de férias	245	166	-32,2%
Com perda de vencimento	72	144	100,0%
Greve	7 140	4 100	-42,6%
Injustificadas	58	135	132,8%
Outros	11 356	11 020	-3,0%
<b>TOTAL</b>	<b>94 496</b>	<b>92 999</b>	<b>-1,6%</b>

#### 6.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de Estrutura Etária do CHLO, em 2019, verifica-se que cerca 58,7% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa etária entre os 25-29 anos que se situa o maior número de elementos, com 646 efetivos correspondentes a 15,2% dos efetivos.

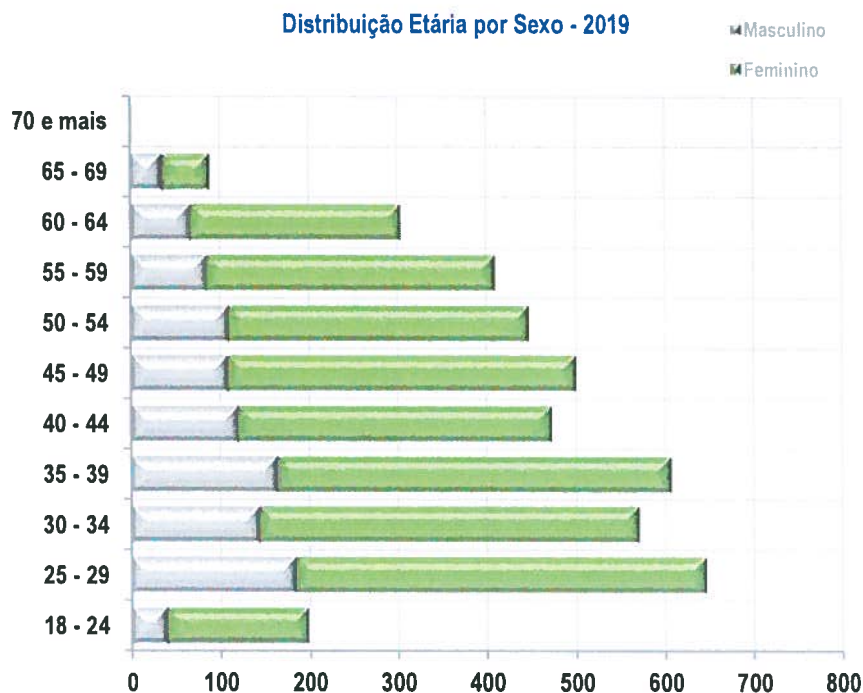
Em 2019, com idade superior a 59 anos, registam-se 393 colaboradores, cerca de 9,3% do total de profissionais, um valor ligeiramente superior ao registado em 2018 (8,8%).

#### DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalaão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2018	2019	Δ%	2018	2019	Δ%	2018	2019	Δ%	2018	2019
18 - 24	29	40	37,9%	103	159	54,4%	132	199	50,8%	3,1%	4,7%
25 - 29	156	185	18,6%	404	461	14,1%	560	646	15,4%	13,2%	15,2%
30 - 34	181	144	-20,4%	463	427	-7,8%	644	571	-11,3%	15,2%	13,4%
35 - 39	142	165	16,2%	405	442	9,1%	547	607	11,0%	12,9%	14,3%
40 - 44	115	120	4,3%	363	353	-2,8%	478	473	-1,0%	11,3%	11,1%
45 - 49	124	109	-12,1%	365	391	7,1%	489	500	2,2%	11,5%	11,8%
50 - 54	94	110	17,0%	348	338	-2,9%	442	448	1,4%	10,4%	10,5%
55 - 59	89	85	-4,5%	315	325	3,2%	404	410	1,5%	9,5%	9,7%
60 - 64	75	67	-10,7%	200	237	18,5%	275	304	10,5%	6,5%	7,2%
65 - 69	31	36	16,1%	47	52	10,6%	78	88	12,8%	1,8%	2,1%
70 e mais	3	1	-66,7%	0	0	0,0%	3	1	-66,7%	0,1%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1 039</b>	<b>1 062</b>	<b>2,2%</b>	<b>3 013</b>	<b>3 185</b>	<b>5,7%</b>	<b>4 052</b>	<b>4 247</b>	<b>4,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que estamos perante um efetivo, maioritariamente jovem, dado que 47,6% dos efetivos tem menos de 40 anos.

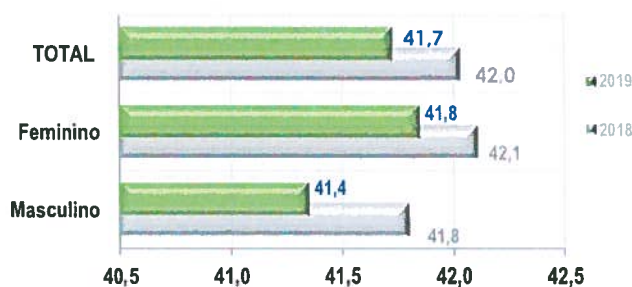


Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 3.185 efetivos, correspondentes a 75% dos colaboradores do CHLO. O escalão etário com maior população feminina encontra-se entre os 25 - 29 anos, com 461 elementos.

#### IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2018	2019	Δ%
<b>Masculino</b>	41,8	41,4	-1,1%
<b>Feminino</b>	42,1	41,8	-0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>42,0</b>	<b>41,7</b>	<b>-0,7%</b>

*[Handwritten signatures and initials]*



No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 41,7 anos, com uma ligeira diminuição de 0,7 anos, relativamente a 2018.

#### 6.4.5. FORMAÇÃO

Em 2019, o Núcleo de formação realizou 161 ações de formação com 2.978 formandos, dos quais 129 são externos. Verificou-se, assim, um aumento em relação ao ano de 2018, na ordem dos 22,0%, conforme o quadro que a seguir se apresenta.

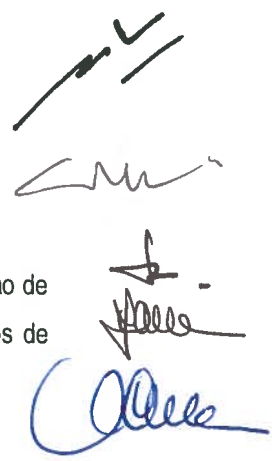
Este aumento deveu-se, principalmente, ao facto de alguns serviços já se encontrarem certificados (processo de certificação de qualidade associado ao reconhecimento de Centros de Referência do CHLO em diversas áreas de intervenção que se iniciou em 2016) e de outros terem iniciado o seu processo de certificação.

Também se deveu ao elevado número de formações na área do Regulamento Geral da Proteção de Dados (336 participantes internos), do Plano de Emergência Interno e Utilização Prática de Extintores com 757 formandos, dos quais 85 foram externos.

#### ACTIVIDADE DO CENTRO DE FORMAÇÃO

	2018	2019	Δ%
<b>N.º Acções</b>	132	161	22,0%
<b>N.º Total Formandos (internos+externos)</b>	2 313	2 978	28,8%
<b>Volume Formação</b>	18 186	23 875	31,3%

Manteve-se o reforço da formação na área de Reanimação (Suporte Básico de Vida, Suporte Imediato de Vida, Suporte Imediato de Vida Pediátrico, Suporte Avançado de Vida e Suporte Avançado de Vida Pediátrico), com um total de 430 participantes (apesar de ter havido menos 25 em relação ao ano anterior), distribuídos pelos seguintes grupos profissionais: enfermeiros, médicos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais.



O CHLO mantém o protocolo de colaboração com a Universidade Lusíada, tendo apoiado a formação de 19 profissionais na área da gestão de serviços de saúde (Pós-Graduação em Gestão de Serviços de Saúde), nomeadamente enfermeiros e técnicos superiores.

Mencionamos, ainda, a formação contínua na área da Prevenção e Controlo de Infecção, Cuidados Paliativos, Leitura de Traçados Cardíacos e Ventilação não Invasiva, entre outras.

Continua a verificar-se que o número de enfermeiros que adere à formação é muito expressivo, 52% do total de formandos abrangidos pelo Plano de Formação, seguindo-se os médicos e assistentes operacionais com cerca de 12% e os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica com 11%.

Ano	Adm. Hosp.	Médicos	Tec. Sup Saúde	Enferm.	Tec. Sup	TSDT	Ass. Tec.	Ass. Op.	Pess Dirig	Téc. Inf	Total
Formandos Internos 2019	22	350	40	1 470	92	313	201	330	26	5	2 849
Formandos Internos 2018	4	226	16	1 565	52	77	75	139			2 154

#### 6.4.5.1. FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

Em 2019, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

#### 6.4.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

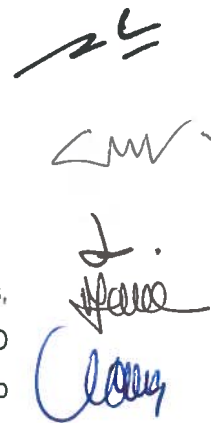
A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou, em 2019, a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

### 6.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Em janeiro de 2019, o CHLO implementou com sucesso o sistema SONHO V2. Isto permitiu que o antigo sistema SONHO V1, que já se encontrava em produção desde os anos 90 do século passado, fosse substituído por este novo sistema SONHO V2, dotando o CHLO de um sistema mais fiável, com maior capacidade de resposta a todos os utilizadores do CHLO.



Esta implementação implicou um enorme esforço interno, a nível de instalação de novos equipamentos, parametrizações, testes e formação dos utilizadores das várias áreas que usam este sistema. O CHLO contou durante esta implementação com a colaboração de uma equipa da SPMS, que durante parte do projeto esteve no CHLO.

No âmbito do objetivo de sermos um Hospital Sem Papel, durante 2019 continuámos o esforço de dotar os utilizadores deste Centro hospitalar de melhores sistemas e maior facilidade de acessos a esses sistemas. Assim foram adquiridos mais de quatro centenas de novos computadores, além de equipamentos portáteis, o que juntamente com a expansão da rede informática, principalmente wireless, vieram facilitar esse acesso.

Também a nível de sistemas informáticos continuamos a ligação de equipamentos de exames médicos a nossa rede informática e ao nosso processo clínico eletrónico, de maneira a desmaterializar exames e permitir a sua consulta imediata em qualquer computador da rede do CHLO.

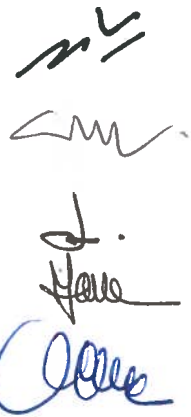
A nível de sistemas, foi implementado um novo sistema que permitiu desmaterializar as requisições de exames para a Radiologia, Neurorradiologia e Medicina Nuclear, suportando todo o processo desde a requisição, agendamento, execução e disponibilização dos resultados para o processo clínico eletrónico do utente.

No âmbito de garantir a disponibilidade dos sistemas de informação críticos para o CHLO, durante 2019 foi criado e ativado um centro de dados de Disaster Recovery(DR) no HSC. Neste centro de dados são replicados todos os dados e sistemas críticos existentes no centro de dados principal existente no HSF, permitindo uma rápida recuperação dos sistemas em caso de acidente ou falha que afete o centro de dados principal e minimizando o impacto dessa situação.

Foi feito um simulacro com sucesso, tendo durante dois dias a atividade dos sistemas informáticos do CHLO sido assegurados por este centro de dados de DR, o que permitiu confirmar a operacionalidade desse centro em caso de necessidade.

A criação deste centro de dados permite ao CHLO salvaguardar os dados críticos em duas localizações distintas, que em conjunto com a atualização das ferramentas de gestão de cópias de segurança (backups) em 2019, permite garantir a segurança desses dados.

Por último referir o investimento feito a nível de centrais telefónicas e respetivos serviços. Foi adquirida uma nova central para o CHLO, o que permitiu começar a dotar algumas áreas deste Centro Hospitalar de telefones com Voip, ou seja, voz sobre rede de dados. Isto vai permitir novas funcionalidades, como seja, dotar o CHLO de um sistema interativo de reposta de voz.



## 6.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

Em 2019 a estrutura do DIC passou a englobar a renovação de Contrato de prestação de Serviços de gestão em investigação clínica com a Nova CRU – FCM, desta feita contemplando mais dois elementos para a coordenação. Alocação em definitivo de uma Enfermeira do CHLO a tempo inteiro para o DIC.

No Ano de 2019 foram autorizados 69 Estudos, e 15 Adendas.

Destacaram-se durante o ano de 2019 as seguintes atividades:

- Apoio de Secretariado e Monitorização dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apoio à apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Apoio à Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Apoio a Cursos de pós graduação;
- Seleção de Trabalhos Candidatos ao Prémio Dr. Carlos Lima de Investigação Clínica.
- Disponibilização de Consultoria científica na área da Estatística, com apoio de um consultor.
- Renovação de contrato com a Revista British Medical Journal Case Reports para publicação de trabalhos científicos.
- Realização de três Encontros Científicos do CHLO.
- Três Cursos de Formação em Investigação Clínica e Publicação Científica com um total de 78 participantes.

## 6.7. DEPARTAMENTO DA QUALIDADE

A atividade deste departamento pretende envolver transversalmente o CHLO, compreendendo no seu campo de aplicação quer os serviços clínicos, quer os não clínicos.

Tem vários objetivos em desenvolvimento compreendendo:

1. Identificação de áreas com necessidades formativas

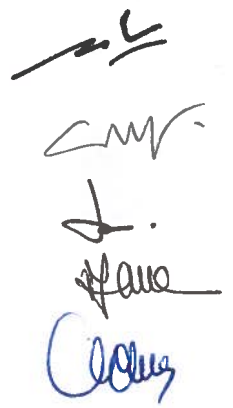
- Operacionalizadas no Centro de Formação do CHLO, em sala com número restrito de pessoas, Atividades formativas transversais: S. básico de vida, S. avançado de vida, Curso de Gestão de Risco para chefias intermédias na área da comunicação, comunicação em linguagem gestual, entre outras

- De carácter geral sob a forma de conferências/debates – em 2019 tiveram lugar:

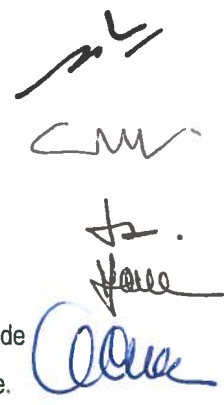
Metrologia em Saúde

Proteção Radiológica

A experiência dos doentes contada na primeira pessoa



- De carácter específico da responsabilidade do Dep. da Qualidade:
- 3 Cursos de Gestão de risco
  - 3 Cursos de auditor técnico interno
  2. Programa de Proteção radiológica realizado por especialistas em Física Médica, compreendendo a avaliação de necessidades em função das características de sala e frequência de exposição
  3. Continuação do Plano de Prevenção e controlo da Legionella no CHLO (PIOPAL)
  4. Programa de Avaliação para controlo ambiental - gases anestésicos e AVAC
  5. Atividades outras no Âmbito da Segurança do Doente:
    - Continuação da aplicação do Programa da Cirurgia Segura;
    - Continuação dos Programas de ensino ao doente durante o internamento de forma informal;
    - Reformulação da plataforma de comunicação de incidentes no sistema de report Antares;
    - Continuação da divulgação de Informação sobre estratégias para prevenção de quedas e monitorização do risco de queda;
    - Estratégia de armazenamento de medicamentos LASA implementada;
    - Monitorização da infeção nosocomial - Programas HAI-SSI, HAI-UCI, UCIN, INCS;
    - Monitorização dos microrganismos problema;
  6. Continuação da Divulgação ampla da Carta de Direitos e Deveres do doente e da Carta de acesso ao direito à informação do tempo de espera em lista, de acordo com os requisitos da ERS;
  7. Colaboração com os serviços na elaboração de modelos de Consentimento Informado à luz do Modelo de Consentimento Informado em vigor (NOC 015/2013).
  8. Continuação do programa de divulgação aos serviços do Regulamento Geral de Proteção de Dados na sua versão atual bem como da Carta de Direitos ARCO
  9. Revisão e divulgação no *site* do Departamento da Qualidade de numerosos documentos transversais com o objetivo de formalizar procedimentos e instruções de trabalho, procurando sistematizar atividades com impacto positivo direto da organização no doente. Para além dos já disponíveis foi divulgada informação sobre a operacionalização do Regulamento Geral da Proteção de dados e Metrologia em Saúde.
  10. Receção dum aluno do ICBAS para estágio de curta duração



## 6.8. COMISSÃO DE QUALIDADE E SEGURANÇA

Durante o ano 2019 as atividades desenvolvidas por esta Comissão compreenderam a necessidade de estimular a participação dos serviços na aplicação de técnicas que permitam monitorizar a sua atividade.

Foram auditadas algumas NOC's da DGS, de acordo com o Programa para a Qualidade da DGS

Intervenções que tiveram lugar:

- ♦ NOC DGS analisadas e discutidas (ainda sem números a exibir, porque em construção o relatório)
- ♦ NOC DGS objeto de auditoria interna (ainda sem números a exibir, porque em construção o relatório)
- ♦ Aplicação da Triagem Manchester na urgência geral com auditoria regular e na urgência pediátrica (não auditada por falta de auditores qualificados);
- ♦ Manutenção de Programas de segurança, no uso seguro do medicamento:
  - ♦ Procedimento para medicamentos LASA ("Look Alike, Sound Alike")
  - ♦ Procedimento para medicamentos de alerta máximo
  - ♦ Aplicação de alertas informáticos no sistema de prescrição (eg dias de prescrição de antibiótico, incompatibilidades)

Aplicação do Programa de gestão de Risco, de natureza transversal, com os dados sediados na plataforma de comunicação de incidentes da Antares.

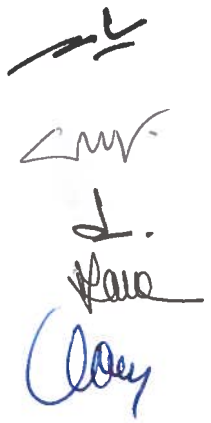
## 6.9. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2019 realizaram-se 10 reuniões ordinárias da Comissão de Ética para a Saúde (CES) salientando-se as seguintes atividades:

- ♦ Atividade assistencial
  - Emissão de oito pareceres por solicitação de diferentes serviços do CHLO.
- ♦ Atividade de investigação:
  - Foram recebidos 149 pedidos de parecer para realização de estudos. E, de acordo com as Normas da Comissão de Ética para a Saúde (CES) foram submetidos a apreciação: 91 Registos observacionais / Projetos de investigação clínica (70 com parecer favorável); 16 Estudos conducentes a provas académicas (14 com parecer favorável); 21 Adendas / Emendas a estudos aprovados anteriormente (17 com parecer favorável); 5 pedidos -à posteriori- para publicação de artigos em revistas indexadas (4 com parecer favorável e 1 com parecer desfavorável).

Dos 149 pedidos que deram entrada, 27 não tiveram ainda parecer final por se aguardarem esclarecimentos solicitados ao Investigador Principal.

- Deram entrada, para apreciação, 32 modelos de consentimento informado a utilizar na prática clínica (29 com parecer favorável); no que concerne a dispensa de consentimento informado no âmbito de



atividade assistencial: 1 parecer; e, dispensa de consentimento informado no âmbito de atividade de investigação: 7 pareceres.

- Apreciaram-se 355 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do FHNM ou cuja aplicação não se encontra ainda aprovada pelo INFARMED;

- E, tomou-se conhecimento de 4 decisões de interrupção médica de gravidez, no HSFX – CHLO.

Na subcomissão de Entidade Verificadora da Admissibilidade da colheita para transplante (EVA) foram emitidos 7 pareceres.

Participação em reuniões:

"Patient Journey" - experiencia dos nossos doentes contado na primeira pessoa;

BERCLuso;

Primeira Reunião das Comissões de Ética, Saúde e Ensino, ARS LVT.

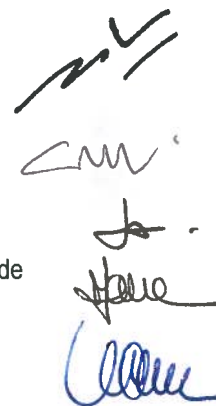
Membro ativo do grupo de trabalho para homogeneização de critérios de submissão e avaliação das CES – ARSLVT.

#### **6.10. GRUPO DE COORDENAÇÃO LOCAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÃO E RESISTÊNCIAS AOS ANTIMICROBIANOS (GCL-PPCIRA)**

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, o GCL-PPCIRA realizou diversas atividades ao longo de 2019, das quais se destacam:

##### **Vigilância Epidemiológica**

- ♦ Vigilância epidemiológica de incidência da infeção associada aos cuidados de saúde: infeção nosocomial e microrganismos epidemiologicamente significativos, por serviço e por tipo de infeção;
- ♦ Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos;
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica com sede Europeia (ECDC):
  - Surveillance of surgical site infections and prevention indicators in European hospitals – HAISSI;
  - Surveillance of healthcare-associated infections and prevention indicators in European intensive care units: HAI-Net ICU;
  - European Surveillance of Clostridioides (Clostridium) difficile infections.
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica da infeção nosocomial em unidades de cuidados intensivos neonatais (VE-UCIN) que integra o Programa de Prevenção e Controlo das Infeções e das Resistências aos Antimicrobianos – PPCIRA/DGS;
- ♦ Vigilância epidemiológica da infeção nosocomial da corrente sanguínea - PPCIRA/DGS;



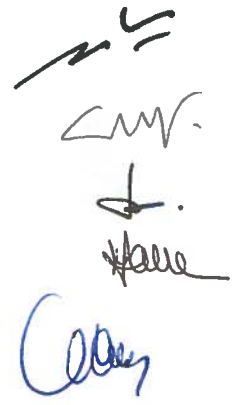
- ♦ Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos de microrganismos alerta e problema de acordo com a Norma 004/2013 da Direção Geral de Saúde;

#### **Formação / Acompanhamento Clínico**

- ♦ Organização, coordenação e participação em ações de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano Anual de Formação);
- ♦ Integração de novos Enfermeiros, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Integração de novos Assistentes Operacionais, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Formação Internato Médico do CHLO
- ♦ Colaboração em estágios da especialidade médica e especialidades clínicas de enfermagem;
- ♦ Orientação das práticas clínicas;
- ♦ Continuação da elaboração ou atualização de recomendações, procedimentos e normas para o manual de prevenção e controlo de infeção e de resistência aos antimicrobianos do CHLO;
- ♦ Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção e utilização de antimicrobianos e antissépticos;
- ♦ Elaboração da Norma Nacional Enterobactereaceas produtoras de carbapenemases – DGS- Filomena Martins, Clara Carvalho (em curso);
- ♦ Participação em reuniões externas, como oradora convidada:
  - Biodescontaminação automatizada numa *bundle* de prevenção e controlo de infeção – Lisboa e Santa Maria da Feira, Clara Carvalho;

#### **Auditoria de estrutura, processo e resultado**

- ♦ Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infeção (PBCI) – Direção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da LLC;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da infeção urinária associada a cateter vesical;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da pneumonia associada à intubação;
- ♦ Auditorias internas a indicadores de estrutura, processo e resultado;
- ♦ Auditorias internas ao uso de antimicrobianos:
  - ♦ Serviço de Cirurgia Geral I, Unidade de Oncologia, Unidade de AVC, Unidade de Cuidados Intermédios da Medicina IV, UNICARD;
  - ♦ Serviço de Cirurgia Geral II, Gastrenterologia e Neurologia;
  - ♦ Serviço de Cirurgia Geral III, Cardiologia, CCT, Nefrologia e UCI-CCT;
  - ♦ Avaliação da DDD/100 camas/dia e DDD/1000 doentes saídos do CHLO;
  - ♦ Em Novembro o PPCIRA-CHLO, foi auditado por equipa do ECDC.
- ♦



#### **Programa de apoio à prescrição antibiótica**

- Início do Programa de apoio à prescrição antibiótica no HSC.

#### **Colaboração em atividades de gestão**

- Júri de concursos de escolha de material e consumo clínico;
- Acompanhamento à acreditação/ certificação de serviços de internamento;
- Dados de indicadores de Qualidade na área de prevenção e controlo de infeção, identificação de *standards* e padrões de Qualidade para os indicadores de qualidade de PPCIRA;
- Participação nas reuniões de Qualidade e desempenho dos diversos Serviços;
- Assessoria ao Conselho de Administração e outros serviços do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, em assuntos do âmbito do PPCIRA;
- Planeamento e acompanhamento na realização de testes microbiológicos de superfícies;
- Planeamento e acompanhamento de biodescontaminação ambiental.

#### **Projetos de investigação/Participação em projetos de investigação/Publicações**

- Estudo "Caracterização de estirpes bacterianas associadas a infeções associadas aos cuidados de saúde (IACS): a importância dos biofilmes" (em curso);
- "Caracterização de estirpes de bacterianas associadas a Infeções associadas aos cuidados de saúde (IACS): a importância dos biofilmes" (em curso);
- Projecto de investigação – ITQB- "Epidemiologia de *Enterococcus faecium* resistentes à vancomicina (VRE) como foco de infeção em Portugal"
- "Observational study of clinical management of cUTI, cIAI, and HABP/VQBP attributable to carbapenem - resistant Gram - negative infections in the European Union (EU – CARE)" (em curso).

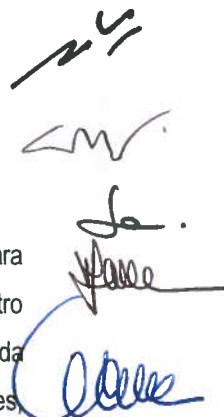
#### **Colaboração em atividades para a acreditação de serviços clínicos do CHLO**

- Integração na equipa de acreditação dos serviços clínicos.

### **6.11. SERVIÇO SOCIAL**

Em 2019 o Serviço Social, na prossecução da sua missão, de proteção de doentes em situação de vulnerabilidade social, esteve mais um ano centrado, especialmente, no acompanhamento multidisciplinar para planeamento de cuidados, enquadrados na resolução das altas hospitalares, e na garantia de condição de segurança e bem estar dos visados.

Durante este ano, na ação desenvolvida do planeamento das altas hospitalares percebemos que, embora o numero de casos no CHLO do sector social (não contemplando aqui os da RNCCI), que exigiram um internamento hospitalar protetor, por razões exclusivas de vulnerabilidade social, tenha diminuído, o



numero de dias subiu exponencialmente, tendo como principal causa, a demora na resposta para integração de idosos dependentes em estrutura residencial (ERPI/lar), em particular por parte do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa. Acresce neste domínio, alguns entraves, decorrentes da impossibilidade judicial, por inexistência de candidato, para nomeação de representante legal de doentes, que estão num grau de incapacidade grave, que os impossibilita gerir a sua pessoa e bens. A severidade crescente das dependências dos doentes, torna por outro lado, tipologias de resposta de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, mantidas ainda na sua versão inicial de prestação cuidados, que contempla pessoas com alguma autonomia, como inadequadas/ insuficientes, perante as necessidades presentes destes doentes. De todo este contexto, tem ocorrido a significativa expansão do nº de dias de internamento inapropriado por caso, que é uma tendência que tem vindo a marcar os últimos anos. A quebra do nº de casos, atribuímos a gradual melhoria da resposta da RNCCI na RLVT, que tem possibilitado integrar mais doentes nas unidade de Media Duração e Longa Duração e Manutenção.

Outra das áreas, prevalentes do trabalho desenvolvido em 2019, é a área da saúde mental, sendo esta transversal a todos os escalões etários da população do CHLO, desde a infância á velhice. Os recursos que o país dispõe são parcos, e encontrar soluções que possam garantir apoio comunitário aos doentes e suas famílias, para um exercício tão pleno quanto possível de cidadania, requer muita intensidade e compromisso elevado, na mediação e mobilização de recursos, bem como na criatividade de soluções ajustadas ás capacidades e quotidiano das pessoas em causa. Decorrente da necessidade de acompanhar multidisciplinarymente estes doentes, e sentindo-se especial vulnerabilidade no apoio a grávidas e puérperas, foi criado neste ano um grupo psiquiatria de ligação/perinatal no CHLO, no qual o Serviço Social integrou desde o primeiro momento. Participa ainda, também desde a sua formação, em 2019, no Núcleo de Resposta da Saúde Mental a Acidentes Graves ou Catástrofes do CHLO.

Esta ano, em período de contingência, esteve também o Serviço Social, ligado á gestão de camas de retaguarda contratualizadas pelo CHLO, e acompanhamento psicossocial de doentes na Ametic e ASFE Saúde- para a valência de cuidados continuados, pós alta clinica, até á resolução da alta hospitalar, bem como acompanhamento de doentes agudos na Clinica de stº António na Reboleira.

De assinalar também que o CHLO, através do seu Núcleo de Formação, disponibilizou ao Serviço Social, sessões de formação distribuídas pelo ano, dirigidas especificamente a esta área técnica, com recurso a formador externo, para: Supervisão em Serviço Social, tendo a equipa beneficiado no aprofundamento conceptual e metodológico, para o exercício profissional mais aperfeiçoado e consciente.

*[Handwritten signatures and initials]*

Para além do atrás mencionado, e das mediações institucionais junto de entidades oficiais e particulares, decorrentes da sua ação regular do serviço, manteve-se atividade:

Na referenciação de doentes para: RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e RNCP (Rede Nacional de Cuidados Paliativos).

Na monitorização semanal dos protelamentos de altas clínicas, atribuídos a contextos do sector social e da RNCCI, com informação à administração/ ARSLVT.

Na disponibilização de dados para o "Barómetro de Internamentos Sociais", promovido pela Associação de Administradores Hospitalares em parceria com o Ministério da Saúde.

Na articulação com as colegas do Hospital José de Almeida (para doentes no âmbito de protocolo com o CHLO).

No NHACJR (Núcleo hospitalar de apoio à criança e jovem em risco), na EPVA/CHLO (equipa de prevenção à violência em adultos), na Rede Social (combate ao isolamento e promoção da saúde em Lisboa, e apoio aos sem abrigo em Oeiras), na UCF (Unidade coordenadora funcional Oeiras para a área materno infantil)

Na formação a técnicos com intervenção em famílias, com crianças em risco, no âmbito da pedopsiquiatria. Acompanhamento de estágios profissionais.

Na articulação com as Universidades, para a realização de vários estágios curriculares.

#### RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2019

	Actos Sociais			Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saídos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Triagem	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
CHLO	7 259	15 069	1 165	7 108	7 259	25 717	174	0,7%

*[Handwritten signatures]*

## 7 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2019

### Janeiro



- ♦ **Janeiras no HSFX**, no dia 6 de janeiro um grupo de cantares cantou as janeiras aos doentes internados no Hospital de São Francisco Xavier.

- ♦ **Homenagem à Enfermeira La Salette Basilio, Primeira Diretora de Enfermagem do Hospital de Santa Cruz**, realizou-se no dia 21 de janeiro.



- ♦ **NeoChord@**– Uma alternativa à cirurgia clássica por abordagem mini-invasiva, os Serviços de Cirurgia Cardiorotácia e de Cardiologia desenvolveram uma nova forma de tratamento da insuficiência mitral.

### Fevereiro

- ♦ **Sistema de Triagem de Manchester na Urgência Obstétrica/Ginecológica**, iniciou o seu funcionamento em 04/02/2019.



- ♦ **Curso "Como Escrever um Artigo Científico"**, realizou-se a 20 de fevereiro, organizado pela Direção do Internato Médico do CHLO.

*[Handwritten signatures]*

- **"Começar de Novo", evento organizado pela Associação Unidas para Vencer no dia 8 de março, a propósito do Dia da Mulher.**

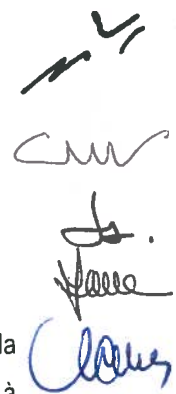


- **3º Aniversário da Unidade de Reabilitação Cardíaca do CHLO** assinalou-se no passado dia 14 de março, com um encontro que reuniu os profissionais da equipa de intervenção do programa com os participantes e alguns dos seus familiares.

- **CHLO distinguido com "Reconhecimento Público" e com o Prémio "Melhor Parceria"**, pela cooperação com os SPMS, no âmbito do caminho percorrido para a desmaterialização do papel, e por ter sido a instituição que mais colaborou com as atividades formativas da Academia SPMS. As distinções foram entregues nos dias 20 e 21 de março.



- **Formação "Prevenção e Controlo da Infecção Associada aos Cuidados de Saúde e Utilização Racional dos Antimicrobianos"**, decorreu nos dias 20 e 27 de março, destinada a médicos internos, organizada pela Direção do Internato Médico do CHLO.
- **Curso do XIV Encontro Científico do CHLO**, decorreu a 22 de março, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica do CHLO.



**Abril**



- **Rastreio da Voz**, decorreu de 11 a 16 de abril, promovido pela Unidade da Voz do CHLO, no Hospital de Egas Moniz, direcionado a profissionais da voz e à população em geral.

- **Concerto no Hospital de São Francisco Xavier**, realizou-se no dia 27 de abril, no contexto da utilização da música para a humanização dos cuidados em saúde, com a participação da Academia de Música de Linda-a-Velha "Os Músicos".



**Maió**

- **Semana Musical do CHLO - 2019**, decorreu de 27 a 31 de maio, com colaboradores, profissionais de saúde, que aliam à sua profissão aptidões, talento e tempo para aperfeiçoar os seus dotes ou preferências artísticas, nomeadamente na música.



- **XIII Jornadas da Dor "Sinergias em dor crónica"**, decorreram a 29 de maio, organizadas pela Unidade de Terapia da Dor do HEM.

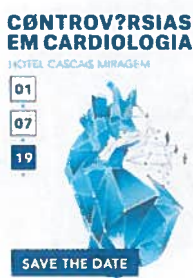


*[Handwritten signatures and initials]*

## Junho

- ♦ **XV Curso de Iniciação à Investigação do CHLO | Introdução aos Estudos de Iniciativa do Investigador**, realizou-se no dia 7 de junho, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica do CHLO.
- ♦ **Prémio João Lobo Antunes distingue estudo com doentes de Parkinson**, da autoria da investigadora Ana Raquel Barbosa, médica do Serviço de Neurologia do CHLO foi vencedora do Prémio João Lobo Antunes 2019, com uma proposta de estudo em doentes de Parkinson com problemas de marcha após cirurgia de estimulação cerebral.

## Julho



- ♦ **Controvérsias em Cardiologia**, evento que decorreu no dia 1 de julho, focado na temática arritmologia, organizado pelo Serviço de Cardiologia do CHLO.

- ♦ **CHLO assinou acordo para melhorar resposta a reclusos**. No dia 23 de setembro os Centros Hospitalares de Lisboa Ocidental, Oeste e de Setúbal e o Hospital Distrital de Santarém assinaram, com os SPMS e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, um conjunto de acordos que visam uma maior integração da informação entre Saúde e Justiça.



- ♦ **CHLO celebrou Protocolo de Colaboração com o Hospital das Forças Armadas**, no dia 24 de julho. Este protocolo visa a prestação de cuidados de saúde conducentes à resolução das necessidades clínicas de doentes inscritos em lista de espera para consulta ou para intervenção cirúrgica no âmbito de várias especialidades.

*[Handwritten signatures and initials]*

- **CHLO participou nas II Jornadas de Investigação em Cuidados Paliativos**, que se realizaram nos dias 26, 27 e 28 de setembro. As equipas de Cuidados Paliativos, intra-hospitalar do Hospital São Francisco Xavier e Comunitária do ACES de Oeiras, apresentaram Poster com comunicação intitulado: "Articulação entre equipas de cuidados paliativos: comunitária e hospitalar. Estudo descritivo de um ano de atividade."



### Setembro

#### Comemorações do 40º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde

- 12 de setembro - **Sessão/Debate: "A importância das Artes na Humanização do Ambiente Hospitalar"**

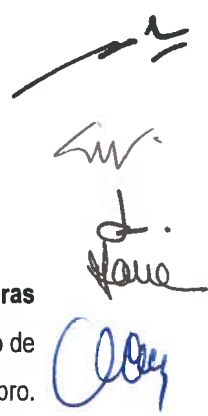


- 19 de setembro – **Reunião "Investigação Clínica no CHLO" | Entrega do Prémio de Investigação Clínica "Carlos Lima 2018"**



- 24 de setembro – **Evento Musical com Profissionais do CHLO: "Dá-me Música".**






♦ **Enf<sup>a</sup> Ana Paula Real recebe Prémio Colaboração Compras Públicas e Louvor Público da SPMS, Enfermeira do Serviço de Cirurgia Geral I do CHLO, prémio entregue no dia 24 de setembro.**

♦ **5º Aniversário da passagem do Voluntariado para a Liga dos Amigos do HSFX, para comemorar esta data, o Voluntariado ofereceu ao Serviço de Urgência Geral 6 cadeiras de rodas.**



♦ **Exposição de Pintura "Percurso" de João Alves, decorreu no HSFX, de 30 de setembro a 18 de outubro, a propósito do Dia Mundial da Saúde Mental que se celebra a 10 de outubro.**

**Outubro**

♦ **Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental da Infância e da Adolescência na Semana Saúde Mental de Cascais, decorreu de 7 a 11 de outubro.**

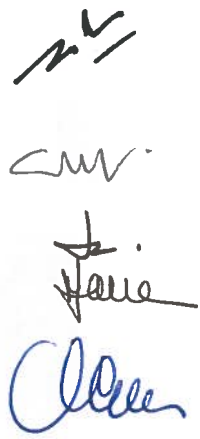


♦ **Formação para Voluntários da Liga dos Amigos do Hospital de Egas Moniz, realizada em 22 de outubro no auditório do HEM.**

♦ **Visita da Imagem Peregrina da Nossa Senhora de Fátima ao Hospital de Egas Moniz, no dia 22 de outubro.**



**Comemorações Dia Nacional da Prevenção do Cancro da Mama promovidas pela Associação "Unidas para Vencer"**




- O Dia Nacional de Prevenção do Cancro da Mama, dia 30 de outubro, foi assinalado com um **momento musical**, seguido de um **Fórum/Debate sobre "Oncosexologia - Vicissitudes da vida sexual no cancro da mama e colorretal"**.

- **Exposição "Vicissitudes da vida sexual no cancro da mama e colorretal"**, decorreu de 19 de outubro a 10 de novembro no HSFX, uma exposição de desenhos, quadros a óleo e fotografias de vários artistas plásticos.



## Novembro



- **Encontro 20 anos de Desafios - Multiplicidade de Olhares (Pedopsiquiatria do CHLO)**, decorreu no dia 20 de novembro, organizado pelo Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental da Infância e da Adolescência do CHLO.

- **Curso de Investigação Translacional**, realizado no dia 22 de novembro, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica do CHLO.



- **"The Patient Journey" - A experiência dos nossos doentes contada na primeira pessoa**, uma iniciativa do Departamento da Qualidade e da Comissão de Ética do CHLO que se realizou no dia 26 de novembro.

**"Comunicando e Protegendo"** realizou-se no dia 27 de novembro, no Auditório do Apoio à Criança e Jovem Ocidental e Oeiras em Hospitalar do CHLO.



- **Conferência "Comunicando e Protegendo"**, realizou-se no dia 27 de novembro, organizada pelo 3 Núcleos de em Risco do ACES Lisboa conjunto com o Núcleo Hospitalar do CHLO.

- ♦ **Exposição Dia Mundial do Prematuro** decorreu de 11 a 22 de novembro, organizada pela equipa de enfermagem da Unidade de Neonatologia.



CMV-  
26  
↓  
Halo  
Clay

- ♦ **Serviço de Endocrinologia assinalou Dia Mundial da Diabetes**, dia 14 de novembro, com uma caminhada para a promoção do bem-estar físico e psíquico.

- ♦ **CHLO e Câmara Municipal de Oeiras assinaram protocolo para ampliação do Hospital de Santa Cruz.** A cerimónia contou com presença a Senhora Ministra da Saúde, no dia 18 de novembro.



## Dezembro




- ♦ **ECDC no CHLO**, no dia 03/12/2019, esta equipa, constituída por 7 elementos, em conjunto com 4 elementos do PPCIRA Nacional, foi recebida pelo Conselho de Administração, pelo GCL-PPCIRA, diretores de serviço e enfermeiros chefes.
- ♦ **Sessão Técnica Controlo da Legionella – Utilização do Dióxido de Cloro como Barreira Química**, realizou-se no dia 4 de dezembro, um Workshop promovido pelo grupo PIOPAL (Programa de Intervenção Operacional de Prevenção Ambiental da Legionella).

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

- **Ecografia no Serviço de Medicina Física e de Reabilitação e colaboração no Curso Euro-Musculus – X**, decorreu de 5 a 8 de dezembro de 2019, em 3 locais, um dos quais foi no Serviço de Medicina Física e Reabilitação, no HSFX.



Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental e ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras



V Encontro da UCF São Francisco Xavier

Local: Auditório Académico do HSF Xavier – 11 de Dezembro de 2019

- **V Encontro da UCF São Francisco Xavier**, decorreu dia 11 de dezembro, organizado pelo CHLO e pelo ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras.

- **Natal do HSFX**, com a habitual Festa de Natal organizada pela Liga dos Amigos do HSFX.
- **Natal do HEM**
  - Festa de Natal - Serviço de Internamento de Psiquiatria e Saúde Mental - 13 de dezembro
  - Venda de Natal da Equipa Comunitária de Lisboa – 16 a 20 de dezembro
  - Festa de Natal - Liga dos Amigos do HEM - 17 de dezembro
  - Missa de Natal - 19 de dezembro



- **Natal do HSC**





## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus Administradores, nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Não ocorreram, ou se prevêem vir a ocorrer, quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de dezembro de 2019.

O total do Fundo Patrimonial do CHLO ascende, em 31 de dezembro de 2019, a 38.261.620,03 euros negativos. Sendo o valor do Património de 156.100.000 euros, verifica-se que se encontra perdido em mais de 50%.

É convicção do Conselho de Administração do CHLO que a atual situação de desequilíbrio não põe em causa o princípio da continuidade das operações no CHLO que, enquanto entidade pública empresarial de enquadramento estratégico-prioritário, será sempre assegurada pelo Estado.

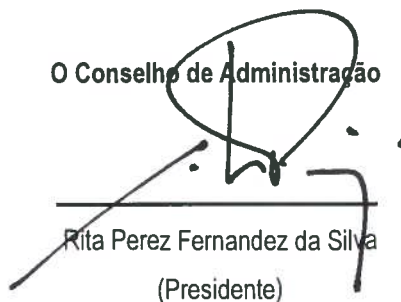
Nesse sentido, o Conselho de Administração e a Tutela nunca deixarão de equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

## 9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis previstas no artigo 7º, alínea h) dos Estatutos publicados no Anexo II ao Decreto-Lei nº18/2017, de 10 de fevereiro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., apresentadas as contas do exercício de 2019, propõe a sua aprovação e que o resultado apurado, no montante de 27.410.752,92 euros negativos, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 27 de maio de 2020

O Conselho de Administração



Rita Perez Fernandez da Silva  
(Presidente)



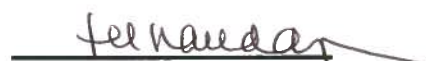
Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva  
(Vogal)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira  
(Vogal)



José Manuel Fernandes Correia  
(Diretor Clínico)



Fernanda Maria da Rosa  
(Enfermeira Diretora)



10

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 10.1. BALANÇO (31 DEZEMBRO)

RUBRICAS	Notas	(euros)	
		2019	2018
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	2;5	55 832 957,12	53 110 901,83
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	2;3	105 965,66	249 683,05
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferendos			
Outros ativos financeiros	18	214 454,28	155 843,70
Ativos por impostos diferidos			
<b>TOTAL ATIVO NÃO CORRENTE</b>		<b>56 153 377,06</b>	<b>53 516 428,56</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Inventários	2;10	8 810 401,12	9 698 171,19
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18	10 086 435,36	6 940 410,55
Estado e outros entes públicos	23	70 012,10	35 000,00
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	2;18	67 870 718,76	64 120 521,65
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros		0,00	2 000,00
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1;18	3 950 971,35	2 394 990,61
<b>TOTAL ATIVO CORRENTE</b>		<b>90 788 538,69</b>	<b>83 191 094,00</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>146 941 915,75</b>	<b>136 707 522,56</b>


## 10.1 BALANÇO (31 DEZEMBRO)

(euros)			
RUBRICAS	Notas	2019	2018
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	18	156 100 000,00	156 100 000,00
Ações (quotas) próprias			
outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	18	14 103 931,97	14 103 931,97
Resultados transitados	18	-215 882 389,90	-238 605 796,94
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	18	34 827 590,82	34 567 754,98
Resultado líquido do período	18	-27 410 752,92	-36 224 566,34
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>-38 261 620,03</b>	<b>-70 058 676,33</b>
<b>PASSIVO</b>			
Provisões	15	6 840 982,03	7 373 615,85
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós - emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		<b>6 840 982,03</b>	<b>7 373 615,85</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	18	75 182 819,55	95 443 979,13
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	18	73 277 904,61	73 674 382,52
Estado e outros entes públicos	23	4 605 117,82	4 055 209,02
Accionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	18	1 948 849,43	2 104 389,34
Outras contas a pagar	18	23 347 862,34	24 032 249,86
Diferimentos		0,00	48 445,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros		0,00	33 928,17
<b>TOTAL PASSIVO CORRENTE</b>		<b>178 362 553,75</b>	<b>199 392 583,04</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>185 203 535,78</b>	<b>206 766 198,89</b>
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>146 941 915,75</b>	<b>136 707 522,56</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

*Handwritten signature of the Certified Accountant.*

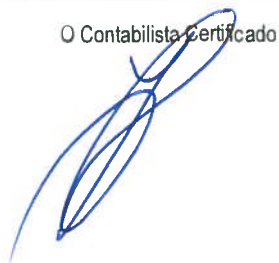
*Handwritten signatures and initials of the Board of Administration.*

## 10.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DEZEMBRO)

(euros)

	Notas	2019	2018
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Impostos, contribuições e taxas	14	3 527 246,67	3 411 327,95
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões	13	190 037 153,32	182 268 611,41
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	31 007 424,25	16 429 781,27
Rend./Gastos imputados de entidades controladas, assoc. e empreend. Conj.		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo da mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-88 259 914,40	-84 335 385,81
Fornecimentos e serviços externos	23	-32 977 860,56	-31 439 186,65
Gastos com pessoal	21,20	-127 595 266,79	-117 225 060,85
Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-12 865,34	24 922,17
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	1 111 288,53	-1 232 199,33
Provisões (aumentos/reduções)	15	532 633,82	-934 708,67
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	18	11 661,37	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13	2 683 255,75	4 427 883,63
Outros gastos e perdas		-304 919,11	-293 600,23
<b>RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES E GASTOS FINANCIAMENTO</b>		<b>-20 240 162,49</b>	<b>-28 897 615,11</b>
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	3,5	-7 374 673,15	-7 241 234,37
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS FINANCIAMENTO)</b>		<b>-27 614 835,64</b>	<b>-36 138 849,48</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13	257 674,68	0,00
Juros e gastos similares suportados		-22 450,46	-55 198,81
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>-27 379 611,42</b>	<b>-36 194 048,29</b>
Imposto sobre o rendimento		-31 141,50	-30 518,05
<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>-27 410 752,92</b>	<b>-36 224 566,34</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração



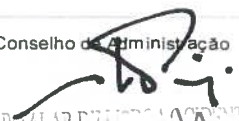
### 10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (31 DEZEMBRO)

RUBRICAS	Notas	2019	2018
(euros)			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADE OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		192 343 120,93	182 240 444,79
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		30 415 868,32	
Recebimentos de utentes		2 476 539,71	2 672 501,83
Pagamentos a fornecedores		-141 858 570,54	-141 518 639,48
Pagamentos ao pessoal		-97 785 143,00	-104 420 715,23
Pagamentos a contribuintes/utentes		-5 017,01	
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais		-11 957 033,67	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-26 370 235,26</b>	<b>-61 026 408,09</b>
Pagamentos / recebimento do imposto sobre o rendimento		-138 842,10	
Outros recebimentos/pagamentos		-14 889 875,14	10 594 321,64
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>-41 398 952,50</b>	<b>-50 432 086,45</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Aívos fixos tangíveis		-5 302 105,75	-5 674 916,17
Aívos intangíveis		-25 919,20	-34 170,34
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		-69 320,85	-54 627,84
Outros aívos		-3 370 152,65	-1 791 083,09
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Aívos fixos tangíveis		710,95	
Aívos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		22 371,64	
Outros aívos			
Subsídios ao investimento		687 174,80	
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-8 057 241,06</b>	<b>-7 554 797,44</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			55 255 702,67
Coertura de prejuízos		51 038 153,36	
Doações			
Outras operações de financiamento			1 671 258,69
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-25 979,06	-160 200,66
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>51 012 174,30</b>	<b>56 766 760,70</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>1 555 980,74</b>	<b>-1 220 123,19</b>
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 394 990,61	3 615 113,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 950 971,35	2 394 990,61
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 394 990,61	3 615 113,80
Equivalentes a caixa no início do período		-47 603,89	-47 603,89
variações cambiais de caixa no início período		0,00	0,00
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>		<b>2 347 386,72</b>	<b>3 567 509,91</b>
De execução orçamental		2 347 386,72	3 540 880,10
De operações de tesouraria			26 629,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 950 971,35	2 394 990,61
Equivalentes a caixa no fim do período		-47 603,89	-47 603,89
variações cambiais de caixa no fim período			
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>		<b>3 903 367,46</b>	<b>2 347 386,72</b>
De execução orçamental		3 903 367,46	2 347 386,72
De operações de tesouraria			

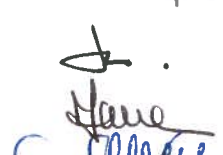
O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração



### 10.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (31 DEZEMBRO)

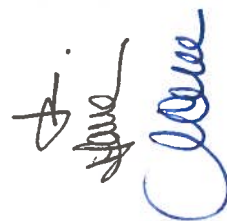
DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Total do Património Líquido
		Capital Património Realizado	Ações (quótas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações	Resultado líquido do Período	
<b>POSIÇÃO INICIAL DO PERÍODO (1)</b>		156 100 000,00	0,00	0,00	0,00	14 103 931,97	-238 605 796,94	34 367 754,99	-36 224 566,34	-70 058 676,33	-70 058 676,33	
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Correção de erros materiais												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização												
Excedentes de revalorização e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital												
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-28 314 746,32	259 835,84	36 224 566,34	8 169 655,86	0,00	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)</b>												
<b>RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+(3)</b>												
<b>Operações com detentores de capital no período</b>												
Subscrições de capital/património												
Subscrições de prémios de emissão												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)</b>	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	14 103 931,97	-215 862 389,90	34 827 590,82	-27 410 752,92	-38 261 620,03	0,00	51 038 153,36

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL EPE

Conselho de Administração



### 0. REFLEXÃO SOBRE A ADOÇÃO DO SNC-AP PELO CENTRO HOSPITAL LISBOA OCIDENTAL

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo DL n.º 85/2016 de 21 de dezembro, determinou que todas as entidades que integram as Administrações Públicas, fiquem sujeitas à sua aplicabilidade.

Cumprindo com o novo enquadramento estabelecido, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental (CHLO) apresentou no exercício anterior, e pela primeira vez, as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas neste normativo.

Levando a cabo uma reflexão sobre esta transição, e em alinhamento com o defendido pelo Tribunal de Contas, acreditamos que a implementação de um processo disruptivo como este na nossa Instituição apenas foi possível graças à capacidade do CHLO e dos seus profissionais em assegurar a qualidade da informação contabilística e, sobretudo, ter a capacidade de a utilizar.

Não obstante, somos conscientes que este processo carece ainda de várias otimizações, nomeadamente (i) ao nível dos sistemas informáticos, que deverão continuar a sua adaptação ao normativo, às regras de reporte ao sistema central (S3CP), aos sistemas de centralização setoriais e a normas interpretativas da CNC; (ii) ao nível dos recursos humanos, que devem continuar a crescer em número e em conhecimento técnico especializado sobre o SNC-AP; e (iii) ao nível da melhoria contínua associada à adaptação regulamentar e normativa do normativo contabilístico às especificidades e desafios inerentes à Administração Pública.

Em suma, e como nota introdutória à componente de Anexo às Demonstrações Financeiras, o CHLO tem desempenhado o seu papel enquanto implementador de mudanças ao nível do *reporting* financeiro, sendo a informação apresentada de seguida o espelho dessa implementação, que consideramos rigorosa e com a qualidade que se espera de uma Instituição com o nosso nível de responsabilidade.



## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

### 1.1. Identidade da Entidade e Período de Relato

**Designação da entidade:** Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE (CHLO)

**NIF:** 507 618 319

**Sede:** Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa

**Código da classificação orgânica:** Funcionamento 121900700 e Investimento 121800700

**Tutela:** Mistério da Saúde

**Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:** O Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado, constituída de acordo com o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.
- Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.



L  
CML  
d.  
Hau  
CML  
CML

## 1.2. Referencial Contabilístico

### a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- i. As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- ii. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- iii. As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- iv. As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

#### Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício de 2019, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

### b) Comparabilidade

No exercício de 2019, não foram identificadas situações de não comparabilidade das rubricas das Demonstrações Financeiras.

### d) Saldos significativos de Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

No que diz respeito a saldos significativos de Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso, deverão ser destacados:

- Aplicação a prazo, de suporte à Garantia Tribunal de Trabalho – 47.603,89 €

### e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31/12/2019, e de forma comparativa com 31/12/2018, a desagregação de caixa e depósitos bancários era a seguinte:

Handwritten signatures and initials: *CMV*, *J.*, *Hau*, and a large blue signature.

1.1 Desagregação de Caixa e Depósitos		
Conta	31/12/2019 €	31/12/2018 €
<b>Caixa</b>	<b>3 919,73 €</b>	<b>13 315,93 €</b>
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>3 899 447,73 €</b>	<b>2 334 070,79 €</b>
Depósitos à ordem no Tesouro	3 879 134,73 €	2 276 685,66 €
Depósitos bancários à ordem	20 313,00 €	57 385,13 €
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>47 603,89 €</b>	<b>47 603,89 €</b>
Depósitos a prazo	47 603,89 €	47 603,89 €
Depósitos de garantias e cauções	- €	- €
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>3 950 971,35 €</b>	<b>2 394 990,61 €</b>

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em euros, sendo esta a moeda funcional de apresentação.

#### a) Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

#### b) Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- i. A natureza de reclassificação
- ii. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada

iii. Razão para a reclassificação.

#### **c) Consistência de Apresentação**

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **d) Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

#### **d) Compensação**

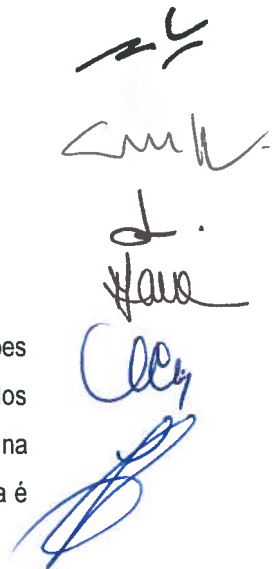
Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

#### **e) Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, CHLO, EPE continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

### **2.2. Outras políticas contabilísticas de relevância**

Paralelamente à preparação geral das Demonstrações Financeiras de acordo com a NCP 1, o CHLO discrimina de seguida as demais políticas contabilísticas de relevância que foram consideradas na elaboração do seu relato financeiro, nomeadamente ao nível da mensuração.



### a) Ativos Intangíveis (NCP 3)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

### b) Ativos Fixos Tangíveis (NCP 5)

#### Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

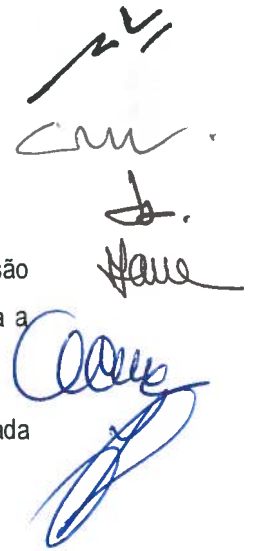
São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT)
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).



Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

#### Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

#### Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção

#### Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada



- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo)
- A obsolescência técnica e comercial
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar.

#### Método de Depreciação:

O método de depreciação utilizado pelo CHLO é o das quotas constantes, refletindo o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade.

#### Valor Residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

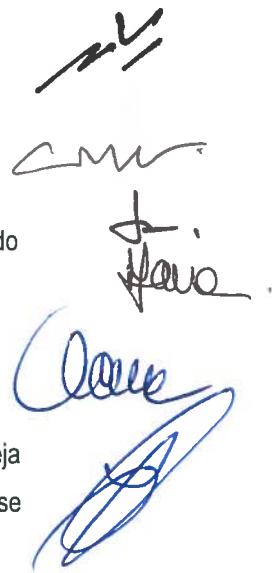
É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

#### Imparidade:

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, isso for exigido por uma outra NCP.



O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

#### Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

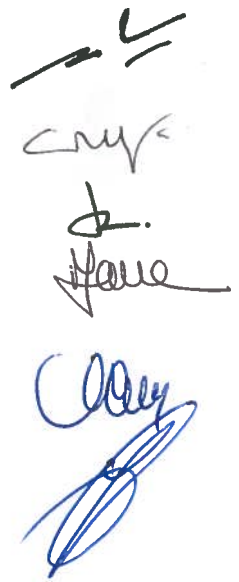
- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação), ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço

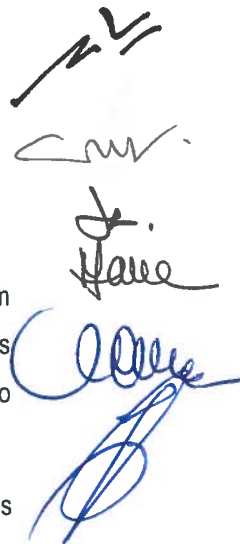
A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.





### c) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

### d) Instrumentos Financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial:

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o CHLO se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os instrumentos de capital próprio são inicialmente reconhecidos pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber em troca. Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração deverá ser ao valor presente da quantia a receber.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

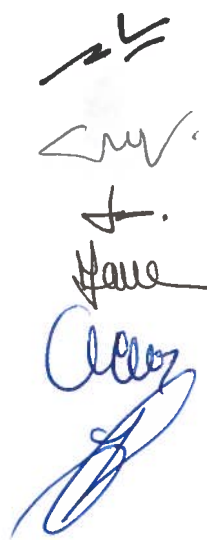
#### Mensuração subsequente:

- Ativos e Passivos Financeiros

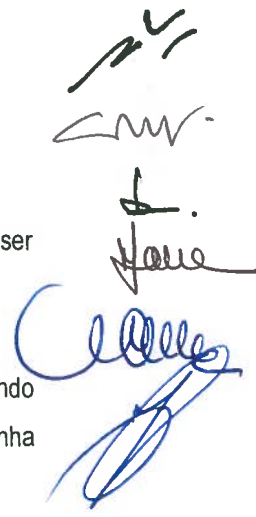
- Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:
  - Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade
  - Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados, numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
  - Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
  - Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado
- Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as condições:
  - Tem uma maturidade definida
  - Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua spread sobre esse indexante
  - Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito)
- Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo ("custo amortizado"), com a seguinte exceção:
  - Passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado (**Nota:** *Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se (i) For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo; (ii) For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo; ou (iii) For um derivado - exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz*)

#### Desreconhecimento:

- Ativos Financeiros
  - Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:
    - Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram
    - A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou
    - A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro



- Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.
- Passivos Financeiros
- Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.



#### Imparidade:

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

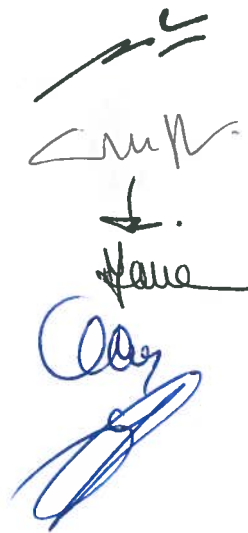
#### Reversão:

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subseqüentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor que o respetivo ativo tinha, antes de ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.



### e) Transferências e subsídios

#### Reconhecimento:

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições, a ele associada
- O mesmo será recebido

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

- Subsídios não reembolsáveis – aqueles que se encontrem relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:
  - Os que respeitem a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma a que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem
  - Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade
- Subsídios reembolsáveis – estes subsídios são contabilizados como passivos, tratando-se de um passivo financeiro (de acordo com o previsto no ponto d, instrumentos financeiros)
  - Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

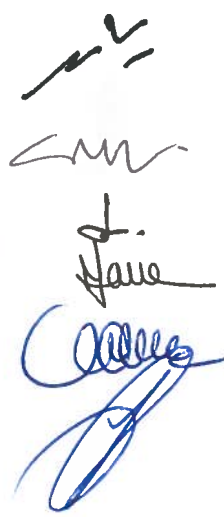
### f) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o CHLO racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.



Para efetuar a estimativa, o CHLO determina o “valor esperado”, que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

#### **g) Provisões e Passivos Contingentes**

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o CHLO reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o CHLO determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

→  
Sup  
d.  
Hau  
Cag  
S

#### **h) Rendimento – Transações com contraprestação**

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

#### Prestação de Serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

#### Venda de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens
- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador
- A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos.

#### Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:

- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

#### **i) Rendimento – Transações sem contraprestação**

##### Reconhecimento do ativo

O CHLO reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em vez de um ativo, poderá ser reconhecida uma diminuição do passivo (quando, por exemplo, o credor perdoa um passivo). Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Quando a obrigação que deu origem ao reconhecimento do passivo for satisfeita, deve ser reduzida a quantia do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

##### Mensuração inicial do ativo

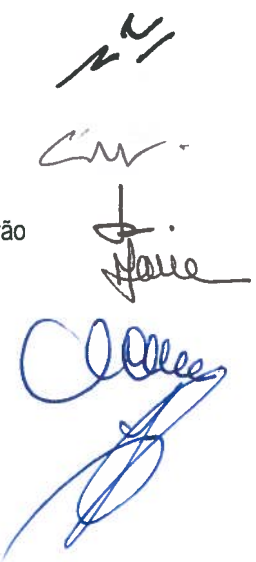
Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

#### **j) Benefícios dos empregados**

O CHLO reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, sendo os mesmos contabilizados no mesmo período temporal em que os funcionários prestaram o serviço.

#### **k) Acontecimentos após a data de balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do



balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### **l) Partes Relacionadas**

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- a) Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata
- b) Associadas (NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos)
- c) Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos
- d) Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas
- e) Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

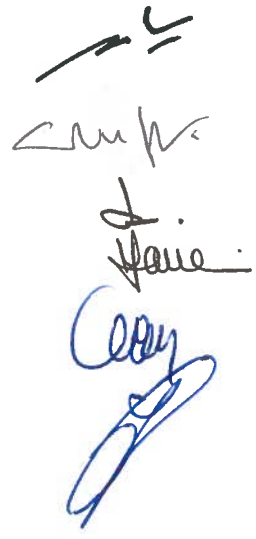
### **m) Especialização de Exercícios**

O CHLO regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

As situações referentes a rendimentos e ganhos, que carecem de especialização, são as seguintes:

- Contrato Programa, Incentivos institucionais e Custos de contexto
- Programas Verticais
- Convenções Internacionais
- Outros subsistemas
- Outras faturas fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Taxas Moderadoras
- Descontos Obtidos (e.g. Apifarma e Payback)

No que diz respeito às situações referentes aos gastos, urge salientar as seguintes:



- Fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC;
- Especialização das Férias e Subsídio de Férias
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos

### 2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

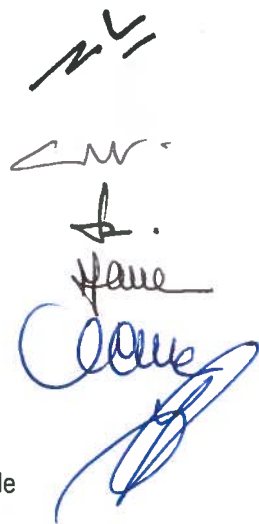
De uma forma global, a preparação das Demonstrações financeiras por parte do Conselho de Administração baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos e estimativas relativas a eventos futuros.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívida a receber de clientes
- Estimativa de férias e subsídio de férias
- Reconhecimento do rendimento associado ao contrato programa
- Programas Verticais
- Convenções Internacionais
- Reconhecimento do rendimento associado a Outros Subsistemas de Saúde e rendimentos fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Reconhecimentos de gastos de fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos
- Descontos obtidos (e.g. Apifarma e Payback).



#### **2.4. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do CHLO, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

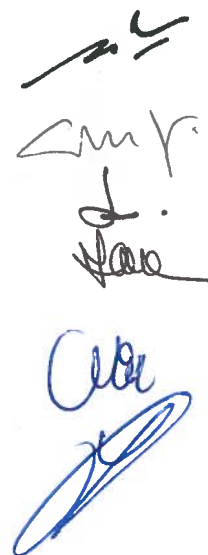
Nesse sentido, as estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas e repercutidas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

#### **2.5. Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros**

Iniciado no exercício económico anterior, em 2019 o CHLO continuou a ter como base de registo e relato financeiro e orçamental das suas operações, o normativo contabilístico SNC-AP.

#### **2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas de valores futuros que se justificarem e se reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face aos acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamento materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.



### 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

#### 3.1. Ativos Intangíveis gerados internamente e outros

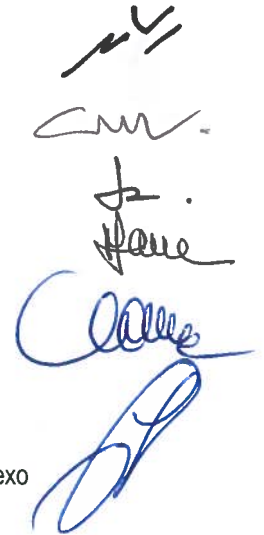
##### a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida

##### b) Métodos de amortização

O método de amortização utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida



Handwritten signatures in black and blue ink, including a large signature in blue ink at the bottom.

**c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumulada, foi a seguinte:

**Al – Ativos Intangíveis – Quantia escriturada no início e no final do período**

Rubricas	Quantia Bruta	Início do Período			Final do Período			
		Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Goodwill</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Projetos de desenvolvimento</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Programas de computador e sistemas de informação</b>	4 799 807,57 €	4 550 124,54 €	- €	249 683,03 €	4 804 235,57 €	4 698 269,91 €	- €	105 965,66 €
<b>Propriedade industrial e intelectual</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Outros</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Ativos intangíveis em curso</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>4 799 807,57 €</b>	<b>4 550 124,54 €</b>	<b>- €</b>	<b>249 683,03 €</b>	<b>4 804 235,57 €</b>	<b>4 698 269,91 €</b>	<b>- €</b>	<b>105 965,66 €</b>

**d) Gastos/ reversões de depreciação e amortização**

Os gastos e reversões de amortizações, respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza



**e) Quantia escriturada e variações do período**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

**AI – Ativos Intangíveis**

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	3.2 - Ativos Intangíveis - quantia escriturada e variações do período							Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	249 683,03 €	4 428,00 €	- €	- €	- €	- €	148 145,37 €	- €	- €	105 965,66 €
Propriedade Industrial e Intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>249 683,03 €</b>	<b>4 428,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>148 145,37 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>105 965,66 €</b>

De forma a sustentar o Quadro anterior, apresentamos de seguida a desagregação das variações por tipologia:

e.1) AI-A – Ativos Intangíveis desagregação das Adições

Rubricas	3.2A - Ativos intangíveis - Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	4 428,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	4 428,00 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>- €</b>	<b>4 428,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>4 428,00 €</b>

e.2) AI-A – Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram diminuições

Rubricas	3.2B - Ativos intangíveis - Diminuições					
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	
Programas de computador e sistemas de informação	- €	- €	- €	- €	- €	
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	
<b>Total</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	

## 4. ATIVOS TANGÍVEIS

### 4.1. Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

#### a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

#### b) Métodos de depreciação utilizados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastros e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedade de investimento do SNC-AP (CC2).

CMF  
J.  
Hou  
C. Almeida  
P.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas**

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida

**d) Ativos Fixos Tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas**

Durante o exercício de 2019, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

**AFT – Ativos Fixos Tangíveis – Quantia escriturada no início e no final do período**

Rubricas	Início do Período					Final do Período				
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
<b>Ativos Fixos em Concessão</b>										
<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>182 928 773,48 €</b>	<b>129 817 871,65 €</b>	- €	<b>53 110 901,83 €</b>	<b>191 837 631,68 €</b>	<b>136 004 674,56 €</b>	- €	<b>55 832 957,12 €</b>	- €	
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	35 865 367,63 €
Edifícios e outras construções	102 163 236,27 €	61 783 622,02 €	- €	40 379 614,25 €	102 211 784,89 €	66 346 417,26 €	- €	- €	- €	11 601 114,84 €
Equipamento básico	61 583 316,30 €	53 224 031,66 €	- €	8 359 284,64 €	65 984 621,28 €	54 383 506,44 €	- €	- €	- €	161 075,88 €
Equipamento de transporte	614 769,63 €	614 769,63 €	- €	- €	798 856,35 €	637 780,47 €	- €	- €	- €	1 000 043,30 €
Equipamento administrativo	11 623 972,08 €	10 809 437,47 €	- €	814 534,61 €	12 088 280,84 €	11 088 237,54 €	- €	- €	- €	- €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	4 355 550,68 €	3 386 010,87 €	- €	969 539,81 €	4 724 697,51 €	3 548 732,85 €	- €	- €	- €	1 175 964,66 €
Ativos intangíveis em curso	2 587 928,52 €	- €	- €	2 587 928,52 €	6 029 390,81 €	- €	- €	- €	- €	6 029 390,81 €
<b>Total</b>	<b>182 928 773,48 €</b>	<b>129 817 871,65 €</b>	<b>- €</b>	<b>53 110 901,83 €</b>	<b>191 837 631,68 €</b>	<b>136 004 674,56 €</b>	<b>- €</b>	<b>55 832 957,12 €</b>	<b>- €</b>	

**e) Ativos Fixos Tangíveis – quantia escriturada e variações do período**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

**AFT – Ativos Fixos Tangíveis**

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas a entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Variações										
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
<b>Ativos Fixos em Concessão</b>	<b>53 110 901,83 €</b>	<b>9 950 771,44 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>7 228 716,15 €</b>	- €	- €	<b>55 832 957,12 €</b>
Outros Ativos Fixos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	40 379 614,25 €	48 548,62 €	- €	- €	- €	- €	4 562 795,24 €	- €	- €	35 865 367,63 €
Edifícios e outras construções	8 359 294,64 €	5 353 781,56 €	- €	- €	- €	- €	2 111 951,36 €	- €	- €	11 601 114,84 €
Equipamento básico		184 086,72 €	- €	- €	- €	- €	23 010,84 €	- €	- €	161 075,88 €
Equipamento de transporte	814 534,61 €	538 313,08 €	- €	- €	- €	- €	352 804,39 €	- €	- €	1 000 043,30 €
Equipamento administrativo			- €	- €	- €	- €		- €	- €	
Equipamentos biológicos	969 539,81 €	384 579,17 €	- €	- €	- €	- €	178 154,32 €	- €	- €	1 175 964,66 €
Outros ativos tangíveis	2 587 928,52 €	3 441 462,29 €	- €	- €	- €	- €		- €	- €	6 029 390,81 €
Ativos tangíveis em curso			- €	- €	- €	- €		- €	- €	
<b>Total</b>	<b>53 110 901,83 €</b>	<b>9 950 771,44 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>7 228 716,15 €</b>	- €	- €	<b>55 832 957,12 €</b>



e.1) AFT-A – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das Adições

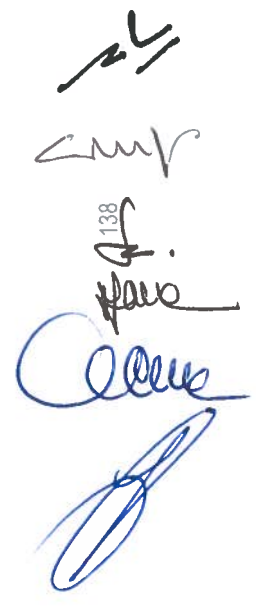
Rubricas	5.2A - Ativos tangíveis - Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio publico, património histórico, artístico e cultural											
<b>Ativos Fixos em Concessão</b>	€	9 886 944,54 €				63 826,90 €					9 950 771,44 €
<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>											
Terenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		48 548,62 €									48 548,62 €
Equipamento básico		5 292 464,00 €				61 317,56 €					5 353 781,56 €
Equipamento de transporte		184 086,72 €									184 086,72 €
Equipamento administrativo		538 288,09 €				24,99 €					538 313,08 €
Equipamentos biológicos											
Outros ativos tangíveis		382 094,82 €				2 484,35 €					384 579,17 €
Ativos tangíveis em curso		3 441 462,29 €									3 441 462,29 €
<b>Total</b>	- €	9 886 944,54 €				63 826,90 €					9 950 771,44 €

e.2) AFT-D – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das Diminuições

5.2B - Ativos tangíveis - Diminuições

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
<b>Ativos Intangíveis</b>						
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Ativos Fixos em Concessão	- €	- €	- €	- €	1 041 913,24 €	1 041 913,24 €
<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	- €	- €	- €	- €	952 476,58 €	952 476,58 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	- €	- €	- €	- €	74 004,32 €	74 004,32 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	- €	- €	- €	- €	15 432,34 €	15 432,34 €
Ativos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>1 041 913,24 €</b>	<b>1 041 913,24 €</b>

Nota: O quadro expressa o valor bruto das diminuições.



## 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

### a) Imparidades de clientes de cobrança duvidosa

Foram reconhecidas imparidades de clientes, de acordo com o seguinte critério:

- Dividas a receber das entidades privadas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da divida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da divida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da divida vencida e 100% divida vencida a mais de 24 meses
- Dividas a receber das entidades públicas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da divida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da divida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da divida vencida e 100% divida vencida a mais de 24 meses
- Dividas a receber em cobrança duvidosa: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da divida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da divida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da divida vencida e 100% divida vencida a mais de 24 meses.

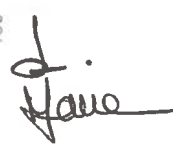
Em 31 de dezembro de 2019, foram reconhecidas as seguintes imparidades:

Ativo (1)	Natureza (2)	31/12/2019			31/12/2018			Imparidade do Período € (9) = (4)-(7)
		Quantia Bruta (3)	Imparidade Acumulada (4)	Quantia Recuperável (5) = (3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Imparidade Acumulada (7)	Quantia Recuperável (8) = (6)-(7)	
Contas a Receber Clientes	Ativo Gerador de Caixa	37 726 896,63 €	27 640 461,27 €	10 086 435,36 €	35 692 160,35 €	28 751 749,80 €	6 940 410,55 €	1 111 288,53 €
Total de caixa e depósitos		37 726 896,63 €	27 640 461,27 €	10 086 435,36 €	35 692 160,35 €	28 751 749,80 €	6 940 410,55 €	1 111 288,53 €

O valor das imparidades de clientes de cobrança duvidosa a 31 de dezembro de 2019, é constituído essencialmente pelo desreconhecimento de créditos a receber de três empresas, por estas terem sido dissolvidas e encerradas judicialmente - Cunha Gonçalves e Barros, Lda - 597.260,00€; Prato Dourado, Lda - 42.816,91€; e Título Guloso, Lda - 156.561,88€.



139



*[Handwritten signatures and initials]*

## 10. INVENTÁRIOS

### a) Política Contabilística e método de custeio usado

Os Inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição, que integram o respetivo imposto sobre o valor acrescentado. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

O CHLO adota o sistema do custo médio ponderado como método de custeio dos seus inventários.

### b) Quantia de inventários registada

#### Detalhe do Inventário

Em 31 de dezembro de 2019, os inventários detalhavam-se da seguinte forma:

10.1 Inventários			
Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	8 848 278,48 €	37 877,36 €	8 810 401,12 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €
<b>Total de Inventários</b>	<b>8 848 278,48 €</b>	<b>37 877,36 €</b>	<b>8 810 401,12 €</b>

O valor da imparidade calculada foi constituído tendo por base o valor dos artigos não movimentados no ano de 2019.

### Movimentos do Período

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial (1)	Compras Líquidas (2)	Consumos / Gastos (3)	Variações nos Inventários da produção (4)	Movimentos no Período				Quantia escriturada Final (9) = (1)+(2)+(3)+(4)-(5)+(6)+(7)+(8)
					Perdas por Imparidade (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Outros reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	9 698 171,19 €	84 763 700,66 €	88 259 914,40 €	12 865,34 €	- €	- €	2 621 309,01 €	8 810 401,12 €	
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
<b>Total</b>	<b>9 698 171,19 €</b>	<b>84 763 700,66 €</b>	<b>88 259 914,40 €</b>	<b>12 865,34 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>2 621 309,01 €</b>	<b>8 810 401,12 €</b>	

O valor apresentado na rubrica "Outros aumentos de inventários" provém do ajuste entre os valores refletidos no sistema contabilístico do CHLO e os valores refletidos no sistema de logística e farmácia. A quantia escriturada reflete o saldo real de inventários, uma vez que à data do fecho ainda existia um número considerável de faturas a registar na contabilidade, já com registo de entrada no sistema de logística e farmácia.

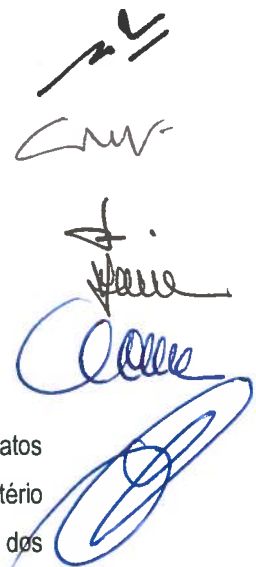
### f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como gasto do período

Rubrica (1)	Saldo inicial 31/12/2018 (2)	Aumentos (3)	Reversões (4)	Utilizações (5)	Saldo Final 31/12/2019 (6)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	25 012,02 €	12 865,34 €	- €	- €	37 877,36 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>25 012,02 €</b>	<b>12 865,34 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>37 877,36 €</b>

O aumento do valor da imparidade, à semelhança do ano de 2018, foi calculado tendo por base o valor dos artigos não movimentados e fora de validade durante ano e 2019.



141



### 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

#### a) Políticas Contabilísticas e métodos utilizados

O Despacho n.º 721/2006, de 11 de janeiro, veio definir as cláusulas contratuais gerais dos Contratos Programa a celebrar entre as unidades de saúde integradas no setor empresarial do Estado e o Ministério da Saúde, para pagamento de atos e atividades. Naquele diploma legal é estabelecido como objeto dos contratos programa a realização de prestação de saúde aos utentes do SNS mediante pagamento de contrapartidas financeiras em função das condições previstas e resultados obtidos.

Os rendimentos resultantes da prestação de saúde pelas entidades públicas empresariais e decorrentes da celebração do contrato programa, assumem a natureza de rendimentos com contraprestação, uma vez que a entidade recebe valor de uma outra entidade (ACSS) para, em troca, realizar a produção contratada, sendo aplicável, quanto à contabilização destes rendimentos, a NCP 13 – Rendimentos de Transações com Contraprestação.

No ano de 2019, para efeitos de reporte das demonstrações financeiras, o CHLO considerou o rendimento mensal respeitante à produção a realizar, tendo por base a produção real obtida à data de 31/12/2019 nos registos informáticos.

#### b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos exercícios de 2019 e 2018, têm a seguinte decomposição:

13.1 Rendimentos com contraprestação		
Rendimentos	31/12/2019 €	31/12/2018 €
<b>Taxas Moderadoras</b>	<b>3 527 246,67 €</b>	<b>3 411 325,68 €</b>
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>190 037 153,32 €</b>	<b>182 268 611,41 €</b>
Serviços específicos do setor da saúde abrangidos pelo Contrato Programa	182 204 499,78 €	174 770 035,22 €
Serviços específicos do setor da saúde excluídos do Contrato Programa	7 832 653,54 €	7 498 576,19 €
<b>Reversões</b>	<b>1 643 922,35 €</b>	<b>24 945,17 €</b>
<b>Outros Rendimentos Suplementares</b>	<b>2 940 747,74 €</b>	<b>4 427 883,63 €</b>
Rendimentos Suplementares	2 579 781,55 €	4 176 636,29 €
Descontos Pronto Pagamento obtidos	257 491,99 €	87 244,76 €
Ganhos em inventários	84 600,36 €	10 176,27 €
Correções relativas a períodos anteriores	- €	5 957,71 €
Outros Rendimentos Suplementares	18 873,84 €	147 868,60 €
<b>Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares</b>	<b>182,69 €</b>	<b>- €</b>
<b>Total</b>	<b>198 149 252,77 €</b>	<b>190 132 765,89 €</b>

Comparativamente ao ano de 2018, verifica-se um aumento nos rendimentos no que se refere ao Contrato Programa em 2019. Por outro lado, regista-se um decréscimo em 2019 nos Rendimentos Suplementares

*[Handwritten signatures and initials]*

em virtude do efeito inverso do Programa de Financiamento Centralizado da Hepatite C. No que se refere às reversões, a diferença de valor entre os dois períodos, justifica-se essencialmente pela redução do montante de 1.111.288,53€ e 460.978,80€ das provisões de Clientes de Cobrança Duvidosa e Processos Judiciais respetivamente.

### Detalhe do Contrato Programa

Detalhe do Contrato Programa - ACS5								
Ano CP	Total Contratado (Incluindo Custos de Contexto)	Faturado	Incentivos	Produção	Custos de Contexto	Penalizações e Deduções	Total Faturado Líquido	Acréscimos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)-(6)	(8)=(7)-(2)-(5)
2019	219 649 312,06 €	180 971 145,51 €	10 718 886,43 €	171 485 613,35 €	30 407 373,12 €	- €	212 611 072,90 €	1 233 354,27 €

### Detalhe da Rubrica: Outros Rendimentos Suplementares

13.1a Detalhe da subrubrica Rendimentos Suplementares		
Rendimentos	31/12/2019 €	31/12/2018 €
<b>Rendimentos Suplementares</b>		
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	902 300,21 €	700 177,45 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	357 075,20 €	285 157,64 €
Outros rendimentos suplementares	1 320 406,14 €	3 191 301,20 €
<b>Total</b>	<b>2 579 781,55 €</b>	<b>4 176 636,29 €</b>

## 14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

### 14.1. Divulgação das Classes de Rendimentos sem Contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidas nos anos de 2019 e de 2018, têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados:

14.1 Rendimentos sem contraprestação		
Rendimentos	31/12/2019 €	31/12/2018 €
<b>Impostos, Contribuições e Taxas</b>	- €	- €
Impostos Diretos	- €	- €
Impostos Indiretos	- €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social	- €	- €
Taxas, multas e outras penalidades	- €	- €
<b>Transferências obtidas</b>	<b>30 407 373,12 €</b>	<b>15 915 031,25 €</b>
<b>Subsídios Obtidos</b>	<b>600 051,13 €</b>	<b>514 750,02 €</b>
<b>Total</b>	<b>31 007 424,25 €</b>	<b>16 429 781,27 €</b>

As verbas extraordinárias atribuídas ao CHLO como verba de convergência ou custos de contexto destinadas a compensar situações extraordinárias não cobertas pelo contrato programa em termos de

*[Handwritten signatures and initials]*

produção, configura a atribuição de um rendimento para o qual não existe contraprestação. O CHLO recebe verbas da ACSS sem haver contrapartida (valores não faturáveis).

De acordo com as diretrizes da Circular Normativa n.º 6/2019 emitida pela ACSS e onde constam as instruções para a contabilização dos Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais, as verbas extraordinárias atribuídas à entidade como verba de convergência e/ou custo

contexto, é registado na rubrica 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos.

#### Detalhe da rubrica Transferências Obtidas de 31 de dezembro de 2019 e 2018

14.1a Detalhe da subrubrica Transferências e Subsídios		
Conta	31/12/2019 €	31/12/2018 €
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>31 007 424,25 €</b>	<b>16 429 781,27 €</b>
Custos de Contexto	30 407 373,12 €	15 915 031,25 €
Reconhecimento de subsídios de investimento e exploração	600 051,13 €	514 750,02 €
<b>Total</b>	<b>31 007 424,25 €</b>	<b>16 429 781,27 €</b>

## 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### 15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

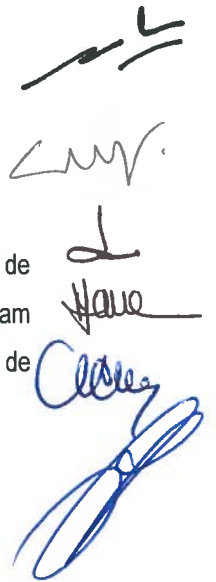
- Existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o exercício de 2019, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de Provisões:

15.1 Provisões					
Provisões (1)	Saldo Inicial 31.12.2018 (2)	Aumentos (3)	Reversões (4)	Utilizações (5)	Saldo Final 31.12.2019 (6)
Impostos	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições	- €	- €	- €	- €	- €
Juros de mora	- €	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	- €	- €	- €	- €	- €
Processos judiciais em curso	2 619 223,81 €	- €	460 978,80 €	- €	2 158 245,01 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	4 754 392,04 €	- €	71 655,02 €	- €	4 682 737,02 €
<b>Total Provisões</b>	<b>7 373 615,85 €</b>	<b>- €</b>	<b>532 633,82 €</b>	<b>- €</b>	<b>6 840 982,03 €</b>

A quantia reconhecida como provisão para processos judiciais, ascende a **2.158.245,01€**. Nas outras provisões, como prudência o CHLO considerou o montante de **4.682.737,02€** de forma a acautelar

possíveis incobranças nas taxas moderadoras do período 2006 a 2019, sendo o montante da dívida de 7.377.151,27€ Tendo em consideração que à data de 31 de dezembro de 2019 as mesmas prescreviam após um período de 3 anos, deverão ser efetuados os pedidos de prescrição pelos utentes ao Conselho de Administração do CHLO.



## 16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O CHLO reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio (vs. Euro) das datas das referidas transações.

## 17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 17/06/2020 pelo Conselho de Administração do CHLO.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2019.

No entanto, e mesmo sem impacto (direto) no exercício de 2019, à data da apresentação do presente relatório, vive-se a nível mundial uma situação bastante complexa derivada da Pandemia COVID-19. Neste sentido, será prioridade do CHLO acautelar todos os esforços de forma a minimizar o impacto negativo esperado em futuros exercícios.

Paralelamente, e relativamente ao prazo de prescrição das taxas moderadoras, a ACSS enviou para os Serviços e Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde a Circular Informativa N°1/2020 onde esclareceu que, "por serem consideradas tributos públicos, (as taxas moderadoras) têm um prazo de prescrição de oito anos contados a partir da data em que ocorreu a realização das prestações de saúde associadas, sendo que, o direito de liquidar caduca caso não ocorra uma notificação válida ao utente, no prazo de quatro anos, aplicando-se para o efeito, o exposto nos artigos 45.º, 46.º, 48.º e 49.º da Lei Geral Tributária, na sua atual redação". Embora sem impacto no exercício de 2019, a Administração do CHLO terá em conta este pressuposto no decorrer da atividade de 2020, que altera de 3 para 4 anos a caducidade do direito de liquidar estes montantes em dívida.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

*Handwritten signatures and initials:*  
 ✓  
 Cur  
 f.  
 Hane  
 (Large blue signature)  
 (Large blue signature)

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

### Cientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outros terceiros são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, sendo subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidades.

- Detalhe de Clientes e Outras Contas a receber

18.1 A - Ativos Financeiros - Clientes e Outras Contas a receber			
Rendimentos	31/12/2019		
	Valor Nominal	Imparidades	Valor Líquido
<b>Clientes</b>	<b>37 726 896,63 €</b>	<b>27 640 461,27 €</b>	<b>10 086 435,36 €</b>
<b>Outras Contas a receber</b>	<b>67 870 718,76 €</b>	<b>- €</b>	<b>67 870 718,76 €</b>
Outras Contas a receber	5 271 131,82 €	- €	5 271 131,82 €
Outras contas a receber (acréscimos)	62 396 848,48 €	- €	62 396 848,48 €
Outras contas a receber (adiantamentos a fornecedores)	76 487,18 €	- €	76 487,18 €
Outras contas a receber (adiantamentos a pessoal)	126 251,28 €	- €	126 251,28 €
<b>Total</b>	<b>105 597 615,39 €</b>	<b>27 640 461,27 €</b>	<b>77 957 154,12 €</b>

- Acréscimos de Rendimentos

Acréscimos de Proveitos	
Descrição	Valor
<b>Faturação - ACSS - Contrato Programa</b>	<b>39 850 314,55 €</b>
<b>Faturação ARS LVT</b>	<b>12 311 496,55 €</b>
<b>Faturação Outras Entidades</b>	<b>8 056 935,21 €</b>
<b>Acréscimos, Descontos - aquisição de medicamentos</b>	<b>2 178 102,17 €</b>
<b>Total</b>	<b>62 396 848,48 €</b>

- Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes

Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes	
Contrato Programa (Ano)	Saldo
2010	7 634 282,18 €
2011	4 092 958,62 €
2012	- 73 400,94€
2013	5 520 095,01 €
2014	3 322 221,87 €
2015	3 307 372,98 €
2016	2 703 912,40 €
2017	21 130 967,91 €
2018	16 668 662,55 €
2019	8 270 793,43 €
<b>Total</b>	<b>72 577 866,01 €</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

A rubrica Adiantamentos a Clientes, contribuintes e Utentes, apresenta o saldo de **73.277.904,61€**. Deste montante destacam-se os adiantamentos recebidos da ACSS cujo montante a 31 de dezembro de 2019 ascende a **72.577.866,01€**. De realçar que durante o ano de 2019 foram fechados os CP de 2013 e 2014, encontrando-se em aberto os CP de 2015 a 2019.

### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- Detalhe da rubrica Fornecedores a 31/dezembro de 2019 e 2018

18.2 Passivos Financeiros		
Rubricas	31/12/2019	31/12/2018
	Valor	Valor
<b>Fornecedores</b>	<b>75 182 819,55 €</b>	<b>95 443 979,13 €</b>
<b>Fornecedores de Investimento</b>	<b>1 948 849,43 €</b>	<b>2 104 389,34 €</b>
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>23 347 862,34 €</b>	<b>24 032 249,86 €</b>
Outras Contas a pagar	4 897 149,41 €	4 784 867,70 €
Outras contas a pagar (acréscimos)	18 450 712,93 €	19 247 056,57 €
Pessoal	- €	325,59 €
<b>Total</b>	<b>100 479 531,32 €</b>	<b>121 580 618,33 €</b>

Comparativamente ao ano de 2018 houve um decréscimo da dívida de aproximadamente de 17,36%.

*Handwritten notes and signatures:*  
 CMV.  
 J.  
 Calves  
 H. Alves

• Acréscimo de Gastos

Acréscimos de Gastos - 2019	
Descrição	Valor
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>16 202 608,62 €</b>
Remunerações a liquidar	16 202 608,62 €
<b>Outros Acréscimos de Gastos</b>	<b>2 248 104,31 €</b>
Outros Acréscimos de Custos	2 248 104,31 €
<b>Total</b>	<b>18 450 712,93 €</b>

Os valores a pagar são referentes a férias e subsídio de férias, encargos e horas extraordinárias, devendo ser pagos em 2020 (mas respeitantes a custos ocorridos em 2019).

Património

Decomposição do Saldo do Património		
Ano	Dec.Lei/ Despacho	Valor
<b>2005</b>	<b>Dec. Lei nº 233/2005</b>	<b>126 860 000,00 €</b>
<b>2015</b>	<b>Despacho nº 3016-B/2015</b>	<b>6 433 333,33 €</b>
<b>2017</b>	<b>Despacho nº 1265/2017</b>	<b>22 806 666,67 €</b>
	<b>Total</b>	<b>156 100 000,00 €</b>

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29/12/2005 em 126.860.000,00€. Pelo aumento de capital registado e realizado em conformidade com o despacho n.º 3016-B/2015, de 24/03/2015, em 6.433.333,33€ e pelo, o despacho n.º 1265/17 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 29/12/2017 que determinou o aumento do capital estatutário no montante de 22.806.666,67€, perfaz atualmente 156.100.000,00€.

O capital subscrito no exercício de 2017 foi realizado no exercício de 2018.

O CHLO beneficiou no exercício de 2019 de 63.826,90€ correspondendo a doações de equipamentos, contabilizados na rubrica de Doações.

• Demonstração das Alterações no Património Líquido

Descrição	Início	Demonstração das Alterações no Património Líquido										Total do Património Líquido	
		Capital/ Património Substituto	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transferidos	Ajustamentos em anos financeiros	Excedentes de revalorização	Doutras Variações	Resultado líquido do período		Total
Património líquido inicial (1)	156.100.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.103.931,97 €	-238.605.795,54 €	0,00 €	0,00 €	34.597.754,58 €	-36.224.566,34 €	-70.058.076,33 €	0,00 €	-70.058.076,33 €
Ajustamentos de transição de referência contabilístico													
Através de políticas contabilísticas													
Correção de erros materiais													
Diferença de conversão de demonstrações financeiras													
Realização de excedentes de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido													
Resultados líquidos do Exercício (2)													
Resultado líquido do Exercício (3)													
Resultado integral (4) = (2)+(3)													
Operações com detentores de capital no período													
Subscrições de capital/ património													
Subscrições de prémios de emissão													
Entidades para cobertura de perdas													
Outras operações													
Posição no fim do período (6) = (1)+(4)+(5)+(6)	156.100.000,00 €	-	-	-	14.103.931,97 €	215.882.389,90 €	-	-	34.827.990,82 €	27.410.752,92 €	38.261.620,08 €	-	38.261.620,08 €

A variação da rubrica Resultados Transitados refere-se, essencialmente:

- Aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2018, no montante de -36.224.566,34€
- O montante de 7.909.820,02 €, registado em Correção de erros materiais, é constituído, pela emissão de duas faturas de 8.076.015,51€ e 579.998,92€, referente aos fechos dos CP de 2013 e 2014 respetivamente, e pela anulação dos créditos a receber no montante de -794.638,71€ (empresas dissolvidas e encerradas judicialmente) e -48.445,00€ pela anulação dos proveitos diferidos (Rendas Prato Dourado)
- As Transferências e subsídios de capital no montante -491.165,86 €, pelo reconhecimento como proveito de subsídios de investimento
- A variação da rubrica Outras variações líquida, regista um aumento de 687.174,80 €, correspondente a subsídios de investimento e 63.826,90 € de Doações de equipamentos
- Entrada de capital no montante de 51.038.153,36 €, de acordo com os Despachos para cobertura de prejuízos de 27/02/2019, 28/02/2019, 30/06/2019 e 27/12/2019 nos montantes de 6.588.345,00 €, 16.528.655,00 €, 3.804.412,36 € e 24.116.741,00 €, respetivamente.

149

*[Handwritten signatures and initials]*

- Decomposição das rubricas de meios financeiros líquidos a 31 de dezembro de 2019

Decomposição das rubricas de meios líquidos financeiros a 31/dezembro de 2019		
Conta	31/12/2019 €	31/12/2018 €
Caixa	3 919,73 €	13 315,93 €
Depósitos à ordem	3 899 447,73 €	2 334 070,79 €
Depósitos a prazo	47 603,89 €	47 603,89 €
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>3 950 971,35 €</b>	<b>2 394 990,61 €</b>

A diferença de valores em depósitos à ordem no final de cada período, deve-se essencialmente ao valor das contribuições e impostos a liquidar em janeiro de 2020 referente às remunerações de dezembro de 2019, bem como a compromissos a realizar nos primeiros dias do ano de 2020.

- Decomposição das aplicações financeiras incluídas nas contas de outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2019

Rendimentos	18.1 B - Ativos Financeiros - Aplicações Financeiras			Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perda por imparidade	Outras	Alienações	Perdas de Justo Valor	Perdas por imparidade	Outras	
<b>Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados</b>										
Ativos financeiros detidos para negociação	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€
Participações financeiras - justo valor	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€
Outros Ativos financeiros	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>										
Participações financeiras - custo	155 843,70 €	€	€	€	€	€	€	€	€	€
Outros Ativos financeiros	€	46 949,21 €	11 661,37 €	€	€	€	€	€	€	€
<b>Total</b>	<b>155 843,70 €</b>	<b>46 949,21 €</b>	<b>11 661,37 €</b>	<b>€</b>	<b>€</b>	<b>€</b>	<b>€</b>	<b>€</b>	<b>€</b>	<b>214 454,28 €</b>

O valor correspondente a outros investimentos financeiros reporta aos valores entregues no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), cuja entidade gestora é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.) de acordo com a lei n.º 70/2013 de 30 de agosto.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. Hane', 'Copy', and a large scribble]*

## 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 19.1. Benefícios definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais, autorizadas pelo Conselho de Administração, tais como trabalho extraordinário, subsídio de prevenção, trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do CHLO, foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O valor das dívidas ativas dos funcionários do CHLO é de 126.251,28€ e diz respeito a reposições devidas.

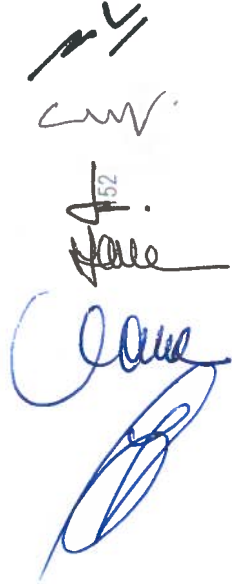
19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS	
Rubrica	31/12/2019 €
Dívidas ativas a funcionários	126 251,28 €

## 20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

### 20.2. Transações entre Partes Relacionadas

O CHLO não detém participação em nenhuma entidade, contudo, e tendo por base as diretrizes da NCP 20, consideramos "entidades relacionadas" as entidades supervisoras / reguladoras e com poder de decisão sobre a entidade, nomeadamente a ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP e a ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo.

20.2. Transações entre partes relacionadas						
Entidade Tercelira	NIF	Faturação Emitida	Saldo Devedor em	Conta	Saldo Credor em	Conta
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423	190 423 320,50 €	816 056,11 €	211	510 192,89 €	221
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423		115 599,56 €	2789191	5 711,36 €	2789291
ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776	2 466 200,63 €	5 599 636,87 €	211	643 190,28 €	221
ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776		2 841 266,80 €	2789191	2 241 388,13 €	2789291
<b>Total</b>		<b>192 889 521,13 €</b>	<b>9 372 559,34 €</b>		<b>3 400 482,66 €</b>	



## 20.6. Pessoas Chave da Gestão

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (2019)						Valor Final (6) = (3)-(4)+(5)
	Fixa	Variável	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Numeratória		
	-1	-2	(3) = (1)+(2)	-4	-5		
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	91 480,36 €	- €	91 480,36 €	3 972,13 €	- €	87 508,23 €	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	72 614,86 €	- €	72 614,86 €	3 268,80 €	- €	69 346,06 €	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	72 614,86 €	- €	72 614,86 €	3 268,80 €	- €	69 346,06 €	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	77 067,62 €	- €	77 067,62 €	3 262,40 €	- €	73 805,22 €	
Enfª Fernanda Maria da Rosa	72 614,86 €	- €	72 614,86 €	3 268,80 €	- €	69 346,06 €	
<b>Total</b>	<b>386 392,56 €</b>	<b>- €</b>	<b>386 392,56 €</b>	<b>17 040,93 €</b>	<b>- €</b>	<b>369 351,63 €</b>	

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (2019)						Outros Encargo Anual da Entidade
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde		
	Diário	Encargo Anual da Entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,77 €	1 092,30 €	ADSE/CGA	11 986,74 €	- €	- €	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	4,77 €	1 135,26 €	ADSE/CGA	8 775,34 €	- €	- €	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,77 €	1 135,26 €	Seg. Social	7 628,04 €	- €	- €	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	4,77 €	1 092,33 €	ADSE/CGA	10 142,76 €	- €	- €	
Enfª Fernanda Maria da Rosa	4,77 €	1 116,18 €	ADSE/CGA	8 809,92 €	- €	- €	
<b>Total</b>		<b>5 571,33 €</b>		<b>47 342,80 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	

153



*[Handwritten signatures and initials]*

## 23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

### 23.1. Projetos de Investimento

23.1 Projetos de Investimento				
Projeto	Designação do Projeto	Total Aprovado	Elegível Aprovado	Recebido
POSEUR -01-1203-000077	Eficiência Energética no CHLO - Hospital São Francisco Xavier	5 360 539,46 €	5 267 894,63 €	- €
POSEUR -01-1203-000079	Eficiência Energética no CHLO - Hospital de Santa Cruz	3 848 939,59 €	3 776 337,23 €	- €
POSEUR -01-1203-000081	Eficiência Energética no CHLO - Hospital de Egas Moniz	2 936 786,69 €	2 869 290,44 €	- €
LISBOA-06-4842-FEDER-000051	Equipamento de tecnologia avançada para a área de oncologia e cardiologia	1 468 836,48 €	1 468 836,48 €	582 015,83 €
POCI-05-5762-FSE-000112	Operações de capacitação da Administração Pública	859 437,91 €	575 823,40 €	69 223,34 €
2016-EU-IA-019	SAPHeIN - implementing SAPHeDOC for the wide adoption of invoicing	- €	- €	35 935,63 €
<b>Total</b>		<b>14 474 540,13 €</b>	<b>13 958 182,18 €</b>	<b>687 174,80 €</b>

### 23.2. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos com estas Entidades tinham a seguinte decomposição:

#### Saldos Ativo

23.2.1 Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Ativo		
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Pagamento Especial por Conta	70 000,00 €	35 000,00 €

#### Saldos Passivo

23.2.2 Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Passivo		
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos a pagar	- €	30 493,85 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado	507 268,98 €	214 304,12 €
Retenções de Impostos sobre Rendimentos	1 501 301,74 €	1 458 521,14 €
Contribuição para Sistemas de Proteção Social	2 565 405,60 €	2 351 889,91 €
<b>Total</b>	<b>4 573 976,32 €</b>	<b>4 055 209,02 €</b>

### 23.3. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2019, a componente de diferimentos, nomeadamente a rubrica de rendimentos a reconhecer, encontra-se saldada.

23.3 Diferimentos		
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos a Reconhecer	- €	48 445,00 €

## 23.4. Gastos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição do saldo dos Fornecimentos e Serviços Externos:

23.4.1 Gastos - FSE			
Rubrica	Descrição	31/12/2019	31/12/2018
621	Subcontratos e concessões de serviços	7 530 438,75 €	8 047 725,70 €
6221	Trabalhos especializados	9 018 369,68 €	8 166 823,64 €
6222	Publicidade, comunicação e imagem	16 489,57 €	8 906,49 €
6223	Vigilância e segurança	1 101 564,47 €	1 003 616,01 €
6224	Honorários	535 600,20 €	778 977,56 €
6226	Conservação e reparação	5 945 914,23 €	5 258 819,95 €
623	Materiais de consumo	10 220,98 €	10 639,71 €
6241	Electricidade	1 913 749,47 €	1 875 979,77 €
6242	Combustíveis e lubrificantes	821 571,27 €	585 858,93 €
6243	Água	793 637,77 €	846 106,84 €
6248	Outros	- €	23 900,63 €
6251	Deslocações e estadas	19 431,75 €	8 210,44 €
6253	Transporte de Mercadorias e outros bens vendidos	- €	121,01 €
6255	Transporte de doentes	1 058 525,82 €	1 094 145,41 €
6261	Rendas e alugueres	432 704,98 €	372 599,92 €
6262	Comunicação	125 111,71 €	172 052,20 €
6263	Seguros	4 220,64 €	22 521,46 €
6265	Contencioso e notariado	14 323,57 €	10 865,76 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	3 514 863,52 €	3 018 136,53 €
6268	Outros Serviços	121 122,18 €	133 178,69 €
<b>Total</b>		<b>32 977 860,56 €</b>	<b>31 439 186,65 €</b>

O saldo de Fornecimentos e Serviços externos apresenta um acréscimo 5% face ao período homólogo, com um total de gastos acumulado, aproximadamente, 32,98 milhões de euros.

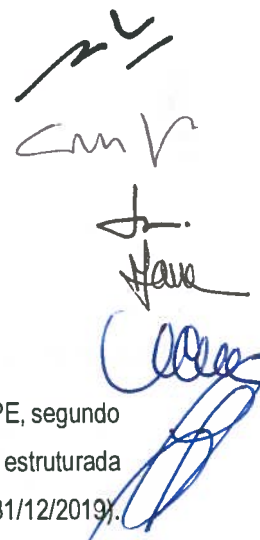
O acréscimo registado é essencialmente explicado pelo aumento dos gastos com Combustíveis e Lubrificantes (+40%), Limpeza, Higiene e Conforto (+16%), e Conservação e Reparação (+13%).

## 12 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais foram preparadas pelo Centro Hospital Lisboa Ocidental, EPE, segundo a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do SNC-AP, traduzindo uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental do CHLO no exercício de 2019 (01/01/2019 a 31/12/2019). Estas demonstrações proporcionam, principalmente, informação relacionada com o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos/ recebimentos.

O relato orçamental, apresentado através de diversos mapas de Demonstrações Orçamentais de Relato, proporciona informação sobre se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através da:

- a) Demonstração de Desempenho Orçamental, evidenciando importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer reportem-se à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Neste mapa também são evidenciados os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, o saldo global, o saldo corrente, o saldo capital e o saldo primário)
- b) Demonstração de Execução Orçamental da Receita na qual são evidenciadas as liquidações que, gerando recebimentos há que verificar se estes correspondem a recebimentos de períodos correntes ou futuros, e se estão devidamente sustentadas, legal ou contratualmente. Deve ainda constar deste mapa informação das previsões corrigidas, resultante das eventuais alterações orçamentais que tenham ocorrido na receita
- c) Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, que tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico. Esta demonstração deve permitir controlar todas as fases da execução do orçamento, nomeadamente os compromissos assumidos e quais os valores pagos e a pagar. Aferindo ainda se os valores executados são líquidos da influência de eventuais cativações e alterações orçamentais que tenham ocorrido durante o ano económico, montante este que será o das dotações corrigidas e, ainda verificando se as operações relacionadas com a abertura e o encerramento da contabilidade orçamental estão bem registadas e de acordo com o referencial contabilístico aplicável;



Para garantir estes objetivos, as demonstrações orçamentais proporcionam informação sobre:

- i) Dotações de despesa e previsões de receita
- ii) Alterações orçamentais permutativas e/ou modificativas
- iii) Cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas
- iv) Despesas pagas e receitas cobradas, tanto do ano em análise como de anos anteriores/futuros
- v) Execução e desempenho orçamental (despesas e receitas)



Handwritten signatures in black and blue ink, including the name 'Hana'.



Faint handwritten signature.

## 12.1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração do Desempenho Orçamental apresenta a seguinte decomposição:

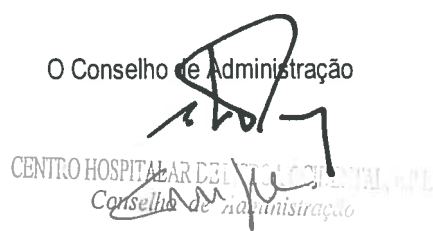
### DORC - Pagamentos

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental							
Rubricas Pagamentos	Fontes de Financiamento					Total	N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheos		
<b>Despesa corrente</b>	<b>268 969 476,19 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>268 969 476,19 €</b>	<b>253 790 873,99 €</b>
D1 Despesas com o pessoal	127 401 811,45 €	- €	- €	- €	- €	127 401 811,45 €	118 741 136,92 €
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	87 337 345,56 €	- €	- €	- €	- €	87 337 345,56 €	82 167 242,68 €
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	15 889 452,83 €	- €	- €	- €	- €	15 889 452,83 €	13 771 242,41 €
D1.3 Segurança Social	24 175 013,06 €	- €	- €	- €	- €	24 175 013,06 €	22 802 651,83 €
D2 Aquisição de bens e serviços	141 158 845,89 €	- €	- €	- €	- €	141 158 845,89 €	134 871 472,98 €
D3 Juros e outros encargos	4 560,81 €	- €	- €	- €	- €	4 560,81 €	136 011,61 €
D4 Transferências e subsídios correntes	100,87 €	- €	- €	- €	- €	100,87 €	11 847,09 €
D4.1 Transferências correntes	100,87 €	- €	- €	- €	- €	100,87 €	96,79 €
D4.1.1 Administrações Públicas	48,40 €	- €	- €	- €	- €	48,40 €	96,79 €
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	48,40 €	- €	- €	- €	- €	48,40 €	- €
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.3 Famílias	52,47 €	- €	- €	- €	- €	52,47 €	- €
D4.1.4 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.2 Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5 Outras despesas correntes	404 157,17 €	- €	- €	- €	- €	404 157,17 €	- €
Despesa de capital	<b>7 981 141,70 €</b>	- €	<b>789 370,03 €</b>	- €	- €	<b>8 770 511,73 €</b>	<b>7 500 305,76 €</b>
D6 Aquisição de bens de capital	7 981 141,70 €	- €	789 370,03 €	- €	- €	8 770 511,73 €	- €
D7 Transferência e subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7 500 305,76 €
D7.1 Transferências de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1 Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.3 Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.4 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.2 Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8 Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>276 950 617,89 €</b>	- €	<b>789 370,03 €</b>	- €	- €	<b>277 739 987,92 €</b>	<b>261 291 179,75 €</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	<b>54 627,84 €</b>
D9 Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D10 Despesa com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	54 627,84 €
<b>Soma [7] = [5] + [6]</b>	<b>276 950 617,89 €</b>	- €	<b>789 370,03 €</b>	- €	- €	<b>277 739 987,92 €</b>	<b>261 345 807,59 €</b>
<b>Operações de tesouraria [C]</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	<b>262 600,45 €</b>
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>- 47 032 590,67 €</b>	<b>51 038 153,36 €</b>	<b>- 102 195,23 €</b>	- €	- €	<b>3 903 367,46 €</b>	<b>2 347 386,72 €</b>
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	- 47 032 590,67 €	51 038 153,36 €	- 102 195,23 €	- €	- €	3 903 367,46 €	2 347 386,72 €
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Saldo Global [2] - [5]</b>	<b>- 49 379 977,39 €</b>	- €	<b>- 102 195,23 €</b>	- €	- €	<b>- 49 482 172,62 €</b>	<b>- 56 394 568,21 €</b>
Despesa primária	276 946 057,08 €	- €	789 370,03 €	- €	- €	277 735 427,11 €	261 155 168,14 €
Saldo corrente	- 41 398 835,69 €	- €	687 174,80 €	- €	- €	- 40 711 660,89 €	- 50 327 219,56 €
Saldo de capital	- 7 981 141,70 €	- €	789 370,03 €	- €	- €	- 8 770 511,73 €	- 6 067 348,65 €
Saldo Primário	- 49 375 416,58 €	- €	- 102 195,23 €	- €	- €	- 49 477 611,81 €	- 56 258 556,60 €
Receita total [1] + [2] + [3]	229 918 027,22 €	51 038 153,36 €	687 174,80 €	- €	- €	281 643 355,38 €	263 693 194,31 €
<b>Despesa Total [5] + [6]</b>	<b>276 950 617,89 €</b>	- €	<b>789 370,03 €</b>	- €	- €	<b>277 739 987,92 €</b>	<b>261 345 807,59 €</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração



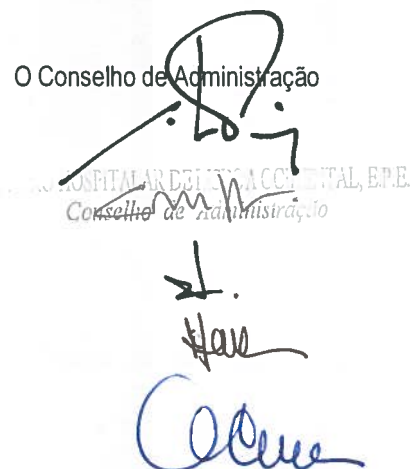
DORC – Recebimentos

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental							
Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento					Total	N-1
	Rec Próprias	Rec Gerais	Financ UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>2 347 386,72 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>2 347 386,72 €</b>	<b>3 567 509,91 €</b>
Operações Orçamentais [1]	2 347 386,72 €	- €	- €	- €	- €	2 347 386,72 €	3 540 880,10 €
Devolução do saldo oper. orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Recebimento do saldo devolvido po entida	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	26 629,81 €
<b>Receita Corrente</b>	<b>227 570 640,50 €</b>	- €	<b>687 174,80 €</b>	- €	- €	<b>228 257 815,30 €</b>	<b>203 463 654,43 €</b>
R1 Receita Fiscal	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.1 Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.2 Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2 Contribuições para sistemas de proteção s	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3 Taxas, multa se outras penalidades	2 467 047,65 €	- €	- €	- €	- €	2 467 047,65 €	2 384 055,86 €
R4 Rendimentos de propriedade	49,69 €	- €	- €	- €	- €	49,69 €	96,79 €
R5 Transferências e subsídios correntes	30 573 609,83 €	- €	687 174,80 €	- €	- €	31 260 784,63 €	16 183 825,90 €
R5.1 Transferências correntes	30 573 609,83 €	- €	687 174,80 €	- €	- €	31 260 784,63 €	15 915 031,25 €
R5.1.1 Administrações Públicas	30 573 609,83 €	- €	- €	- €	- €	30 573 609,83 €	- €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	30 551 238,19 €	- €	- €	- €	- €	30 551 238,19 €	- €
R5.1.1.3 Segurança Social	22 371,64 €	- €	- €	- €	- €	22 371,64 €	- €
R5.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2 Exterior - UE	- €	- €	687 174,80 €	- €	- €	687 174,80 €	- €
R5.1.3 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.2 Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	238 301,58 €
R6 Venda de bens e serviços	194 148 313,40 €	- €	- €	- €	- €	194 148 313,40 €	184 675 821,61 €
R7 Outras receitas correntes	38 1 619,93 €	- €	- €	- €	- €	38 1 619,93 €	219 854,27 €
<b>Receita de Capital</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	<b>1 432 957,11 €</b>
R8 Venda de bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9 Transferências e subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1 Transferências de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1 Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.1 Administração Centra l Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2 Exterior - UE	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.3 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2 Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10 Outrasreceitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 432 957,11 €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Receita Efetiva [2]</b>	<b>227 570 640,50 €</b>	- €	<b>687 174,80 €</b>	- €	- €	<b>228 257 815,30 €</b>	<b>204 896 611,54 €</b>
<b>Receita não efetiva [3]</b>	- €	<b>51 038 153,36 €</b>	- €	- €	- €	<b>51 038 153,36 €</b>	<b>55 255 702,67 €</b>
R12 Receita com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13 Receita com passivos financeiros	- €	51 038 153,36 €	- €	- €	- €	51 038 153,36 €	55 255 702,67 €
<b>Soma [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>229 918 027,22 €</b>	<b>51 038 153,36 €</b>	<b>687 174,80 €</b>	- €	- €	<b>281 643 355,38 €</b>	<b>263 693 194,31 €</b>
<b>Operações de Tesouraria [8]</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	<b>235 970,64 €</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração

## 12.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração do Execução Orçamental da Despesa apresenta a seguinte decomposição:

### DODES – Despesa

Classificações orçamentais detalhadas	DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa													
	Despesas por pagar de períodos anteriores [1]	Doações, Contribuições [2]	Créditos [3]	Descontos [4]	Disponíveis [5]	Compromissos [6]	Compromissos [7]	Obrigações [8]	Despesas pagas brutas [9]	Despesas pagas líquidas	Recebidas	Períodos anteriores [12]	Período corrente [13]	Total [14] = [12] + [13]
<b>Despesa Corrente</b>	90 859 062,41 €	300 630 696,00 €	- €	- €	50 383 940,25 €	351 004 640,25 €	344 158 866,56 €	270 110 348,20 €	1 212 912,01 €	1 212 912,01 €	1 212 912,01 €	64 443 308,51 €	184 524 167,68 €	268 969 476,19 €
D1.1 Remunerações certas e permanentes	1 383,75 €	84 488 864,00 €	- €	- €	4 735 757,29 €	89 224 621,29 €	89 224 621,29 €	87 337 345,56 €	1 170,86 €	1 170,86 €	1 170,86 €	1 170,86 €	15 824 802,18 €	15 889 452,83 €
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	67 830,65 €	11 057 393,00 €	- €	- €	5 351 866,83 €	16 409 259,83 €	16 409 259,83 €	15 889 452,83 €	64 650,65 €	64 650,65 €	64 650,65 €	64 650,65 €	22 494 273,94 €	24 117 513,06 €
D1.3 Segurança social	1 680 739,12 €	20 799 434,00 €	- €	- €	5 131 459,09 €	25 930 893,09 €	25 930 893,09 €	24 175 013,06 €	1 680 739,12 €	1 680 739,12 €	1 680 739,12 €	1 680 739,12 €	58 460 687,07 €	141 158 845,89 €
D2 Aquisição de bens e serviços	89 108 469,83 €	184 142 539,00 €	- €	- €	34 859 781,76 €	219 002 320,76 €	219 002 320,76 €	142 371 757,90 €	4 560,81 €	4 560,81 €	4 560,81 €	4 560,81 €	48 400 €	48 400 €
D3 Juros e outros encargos	- €	172,00 €	- €	- €	4 388,81 €	4 560,81 €	4 560,81 €	48 400 €	- €	- €	- €	- €	- €	48 400 €
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	48,40 €	48,40 €	48,40 €	48,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	48,40 €
D4.1.1.3 Famílias	- €	13 887,00 €	- €	- €	13 834,53 €	28 290,00 €	28 290,00 €	52,47 €	- €	- €	- €	- €	- €	52,47 €
D4.1.4 Outras	- €	- €	- €	- €	296 186,60 €	404 593,60 €	404 593,60 €	639,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	639,06 €
D5 Outras Despesas Correntes	639,06 €	108 407,00 €	- €	- €	51 726,65 €	13 151 726,65 €	12 608 427,79 €	8 770 511,73 €	- €	- €	- €	- €	- €	404 318,11 €
D6 Despesa de Capital	2 460 079,30 €	13 100 000,00 €	- €	- €	51 726,65 €	13 151 726,65 €	12 608 427,79 €	8 770 511,73 €	- €	- €	- €	- €	- €	6 316 165,46 €
D9 Aquisição de bens de capital	2 460 079,30 €	13 100 000,00 €	- €	- €	51 726,65 €	13 151 726,65 €	12 608 427,79 €	8 770 511,73 €	- €	- €	- €	- €	- €	6 316 165,46 €
D9 Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	93 319 341,71 €	313 710 696,00 €	- €	- €	50 445 670,90 €	364 156 366,90 €	356 767 294,35 €	278 922 899,93 €	1 212 912,01 €	1 212 912,01 €	1 212 912,01 €	66 899 654,78 €	190 840 333,14 €	277 739 907,92 €

Classificações orçamentais detalhadas	DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa														
	Compromissos a transferir [15] = [7] - [8]	Obrigações a pagar [16] = [8] - [14]	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
<b>Despesa Corrente</b>	6 845 773,69 €	75 189 590,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D1.1 Remunerações certas e permanentes	0,00 €	1 887 275,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	8 783,22 €	511 023,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D1.3 Segurança social	130,79 €	1 755 749,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D2 Aquisição de bens e serviços	6 808 569,68 €	71 034 905,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D3 Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3 Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4 Outras	28 290,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D5 Outras	0,00 €	436,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D6 Despesa de Capital	543 298,86 €	3 837 916,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D6 Aquisição de bens de capital	543 298,86 €	3 837 916,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	7 389 072,95 €	79 027 506,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração

### 12.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração do Execução Orçamental da Receita apresenta a seguinte decomposição:

#### DOREC – Receita

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita												
Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores		Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas	Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros
			Períodos anteriores	Período corrente				Emitidos	Pagos			
<b>Receita Corrente</b>	<b>255 393 423,00 €</b>	<b>15 418 354,48 €</b>	<b>40 974 671,20 €</b>	<b>- €</b>	<b>231 740 075,04 €</b>	<b>1 902 968,76 €</b>	<b>228 268 521,70 €</b>	<b>10 911,47 €</b>	<b>10 706,40 €</b>	<b>196 472 661,84 €</b>	<b>1 902 968,76 €</b>	<b>10 911,47 €</b>
R5.1.2 Exterior - UE	621 150,00 €	66 024,80 €	- €	- €	687 174,80 €	- €	687 174,80 €	- €	- €	194 154 350,80 €	- €	6 242,47 €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	136 600,00 €	30 414 638,19 €	42 184,40 €	- €	30 510 814,19 €	1 760,40 €	30 551 238,19 €	- €	- €	51 038 153,36 €	- €	- €
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2 833 231,00 €	353 923,80 €	45 020,67 €	- €	2 444 337,95 €	10 051,42 €	2 471 716,65 €	4 669,00 €	4 669,00 €	51 038 153,36 €	- €	- €
R4 Rendimentos de propriedade	- €	49,69 €	- €	- €	49,69 €	- €	49,69 €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €
R5.1.1.3 Segurança Social	- €	22 371,64 €	- €	- €	22 371,64 €	- €	22 371,64 €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €
R7 Outras Receitas Correntes	433 159,00 €	4 032 750,72 €	2 411 239,31 €	- €	1 602 664,93 €	88 134,52 €	381 619,93 €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local	188 224,00 €	188 224,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €
R6 Venda de bens e serviços	251 181 059,00 €	18 575 332,76 €	38 476 226,82 €	- €	196 472 661,84 €	1 803 022,42 €	194 154 350,80 €	6 242,47 €	6 037,40 €	51 038 153,36 €	- €	- €
<b>Receita de Capital</b>	<b>55 969 886,00 €</b>	<b>4 931 732,64 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>51 038 153,36 €</b>	<b>- €</b>	<b>51 038 153,36 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>2 347 386,72 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
R13 Receita com Passivos financeiros	55 969 886,00 €	4 931 732,64 €	- €	- €	51 038 153,36 €	- €	51 038 153,36 €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €
Outras Receitas	2 347 387,00 €	0,28 €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	2 347 387,00 €	0,28 €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €	2 347 386,72 €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>313 710 696,00 €</b>	<b>10 486 621,56 €</b>	<b>40 974 671,20 €</b>	<b>- €</b>	<b>285 125 615,12 €</b>	<b>1 902 968,76 €</b>	<b>281 654 061,78 €</b>	<b>10 911,47 €</b>	<b>10 706,40 €</b>	<b>285 125 615,12 €</b>	<b>1 902 968,76 €</b>	<b>10 911,47 €</b>
DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita												
Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas cobradas líquidas		Receitas por cobrar no final do período		Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros	Períodos seguintes					
	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Receitas por cobrar no final do período				(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	
<b>Receita Corrente</b>	<b>52 580 820,11 €</b>	<b>175 676 995,19 €</b>	<b>228 257 815,30 €</b>	<b>42 554 167,25 €</b>	<b>42 554 167,25 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>					
R5.1.2 Exterior - UE	- €	687 174,80 €	687 174,80 €	- €	- €	- €	- €					
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	48 944,80 €	30 507 293,39 €	30 551 238,19 €	- €	- €	- €	- €					
R3 Taxas, multas e outras penalidades	33 510,54 €	2 433 537,11 €	2 467 047,65 €	12 259,55 €	- €	- €	- €					
R4 Rendimentos de propriedade	- €	49,69 €	49,69 €	- €	- €	- €	- €					
R5.1.1.3 Segurança Social	- €	22 371,64 €	22 371,64 €	- €	- €	- €	- €					
R7 Outras Receitas Correntes	3 729,51 €	377 890,42 €	381 619,93 €	3 544 149,79 €	- €	- €	- €					
R5.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €					
R6 Venda de bens e serviços	52 499 635,26 €	141 648 678,14 €	194 148 313,40 €	38 997 757,91 €	- €	- €	- €					
<b>Receita de Capital</b>	<b>- €</b>	<b>51 038 153,36 €</b>	<b>51 038 153,36 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>					
R13 Receita com Passivos financeiros	- €	51 038 153,36 €	51 038 153,36 €	- €	- €	- €	- €					
Outras Receitas	- €	2 347 386,72 €	2 347 386,72 €	- €	- €	- €	- €					
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	- €	2 347 386,72 €	2 347 386,72 €	- €	- €	- €	- €					
<b>Total</b>	<b>52 580 820,11 €</b>	<b>229 062 535,27 €</b>	<b>281 643 535,38 €</b>	<b>42 554 167,25 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>					

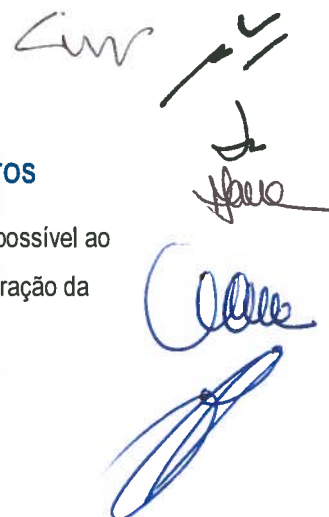
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração

#### 12.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tendo em conta as limitações técnicas existentes ao nível dos sistemas de relato, não é possível ao CHLO efetuar o cruzamento de dados informático necessário para apresentar a Demonstração da execução do plano pluriannual de investimentos.



Handwritten signatures in black and blue ink, including a large blue signature at the bottom.



# 13 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

O anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

## 13.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

O quadro seguinte destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na despesa no exercício de 2019.

Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- i) Permutativas (P) – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global
- ii) Modificativas (M) – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

Alterações Orçamentais da Despesa							
Rubricas	Tipo	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações corrigidas	Observações
			Inscrições/Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D2 - Aquisição de Bens e Serviços	M	- €	1 290 000,00 €	1 290 000,00 €	70 516 932,00 €	70 516 932,00 €	
D6 - Outras Despesas Correntes	M	- €	855 237,00 €	855 237,00 €	- €	- €	
D9 - Outras despesas de capital	M	- €	70 000,00 €	70 000,00 €	- €	- €	
<b>Total</b>		<b>- €</b>	<b>2 215 237,00 €</b>	<b>2 215 237,00 €</b>	<b>70 516 932,00 €</b>	<b>70 516 932,00 €</b>	

## 13.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Em linha com o quadro das alterações orçamentais da despesa, a demonstração das alterações orçamentais da receita destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita no exercício de 2019.

Alterações Orçamentais da Receita							
Rubricas	Tipo	Previsões Iniciais	Receita			Previsões corrigidas	Observações
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
R5 - Transferências Correntes	M	- €	621 150,00 €	- €	- €	621 150,00 €	
R5.1 - Administrações Públicas	M	- €	621 150,00 €	- €	- €	621 150,00 €	
R5.1.2 - Administração Central - Outras Entidades	M	- €	621 150,00 €	- €	- €	621 150,00 €	
R6 - Venda de Bens e Serviços	M	- €	70 000,00 €	70 000,00 €	17 131 391,00 €	17 131 391,00 €	
R13 - Passivos Financeiros	M	- €	- €	621 150,00 €	51 038 154,00 €	50 417 004,00 €	
<b>Total</b>		<b>- €</b>	<b>691 150,00 €</b>	<b>691 150,00 €</b>	<b>68 169 545,00 €</b>	<b>68 169 545,00 €</b>	

Relativamente às alterações orçamentais da despesa e da receita do exercício de 2019, urge destacar os créditos especiais, no total de **70.516.932 €** (despesa) e **68.169.545€** (receita), nomeadamente:

- i) **51.038.154€** referentes a entradas para cobertura de perdas por parte da Administração Central (Estado)
- ii) **17.131.391€** referentes à venda de serviços correntes.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

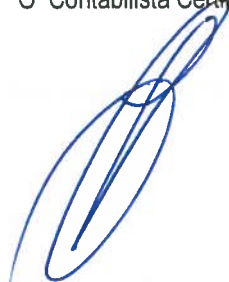
### 13.3. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

No exercício de 2019, não existiram movimentos a registar para apresentação da demonstração de Operações de Tesouraria.

### 13.4. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em conta as limitações técnicas existentes ao nível dos sistemas de relato, não é possível ao CHLO efetuar o cruzamento de dados informático necessário para apresentar as Demonstrações de Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos e de Contratação Administrativa.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração



# 14 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**DECLARAÇÃO**  
**(Justificação para ausência de Certificação Legal de Contas**  
**relativa às Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019)**

Para os efeitos tidos por convenientes, declara-se que o Conselho Fiscal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO), nomeado por Despacho conjunto dos Ex.mos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Saúde, em 28/11/2017, apresentou à tutela financeira em 15 de março de 2018 uma proposta para nomeação de Revisor Oficial de Contas. À data, desconhece-se ter sido efetuada qualquer nomeação.

Na oportunidade, informamos que, até então à data referida, as funções de Fiscal Único do CHLO E. P.E, foram exercidas pela empresa BDO & Associados SROC, LDA.

30/06/2020

O Conselho de Administração


CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração

# 15 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

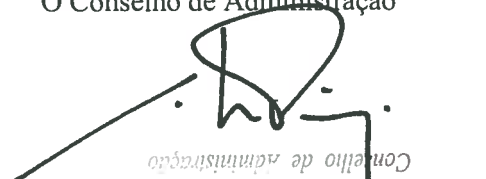
**DECLARAÇÃO**  
**(Justificação para ausência de Parecer do Conselho Fiscal**  
**relativo às Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019)**

O Conselho Fiscal não apreciou o conjunto dos documentos de prestação de contas do exercício de 2019, devido ao facto de, apesar da proposta de nomeação do ROC ter sido apresentada à Direção Geral do Tesouro e das Finanças em 15 de março de 2018, não ter sido ainda, até ao momento, nomeada a sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela auditoria às contas de 2019.

Sem dispor de contas de 2019 auditadas, nem do apoio do ROC para que o Conselho Fiscal possa desenvolver cabalmente a sua função neste âmbito, considerou este órgão que não estão reunidas as condições para se pronunciar sobre o conjunto dos documentos de prestação de contas

30/06/2020

O Conselho de Administração

  
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração  
